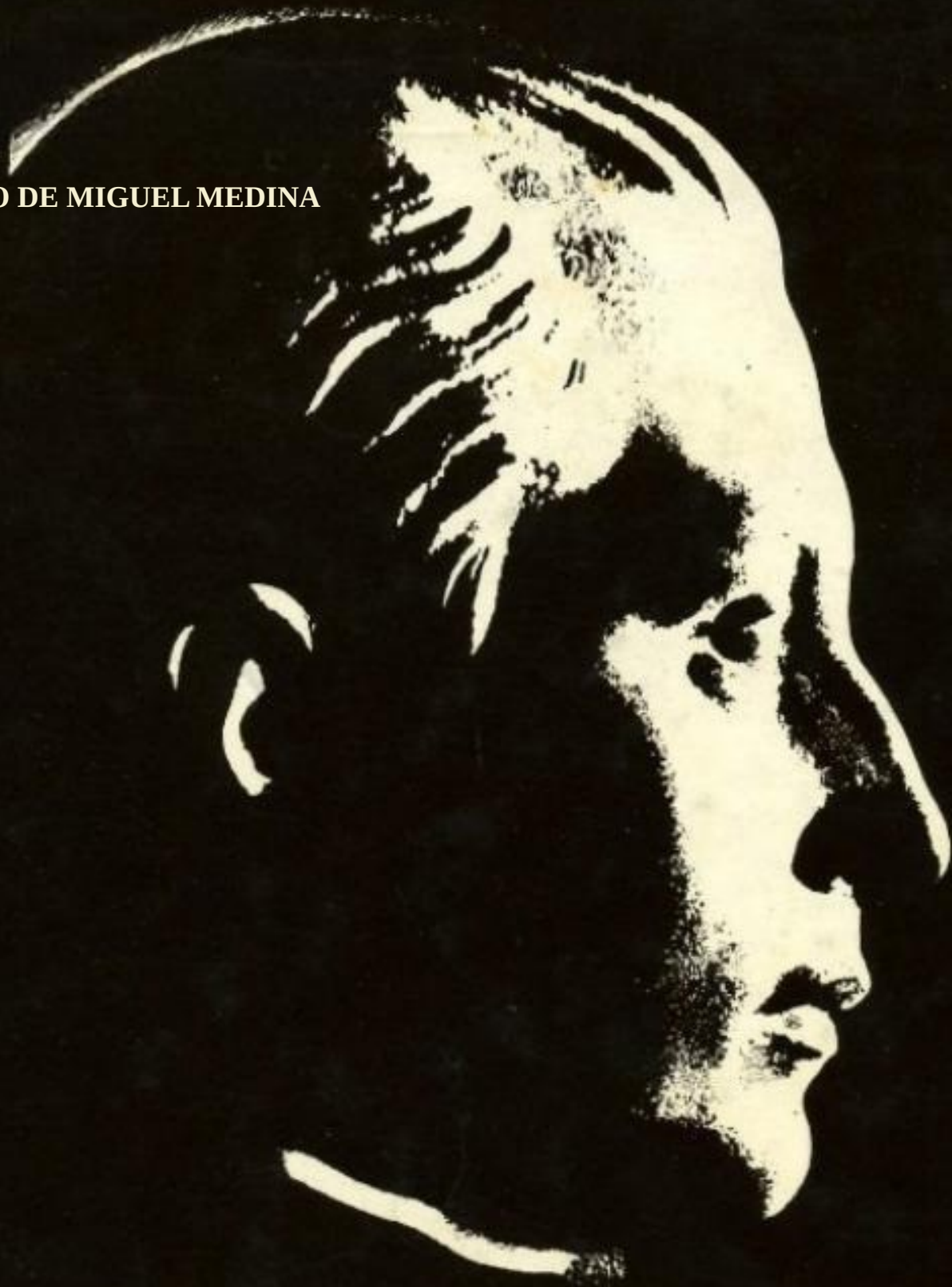


CECILIO DE MIGUEL MEDINA



A Personalidade Religiosa de José Antônio

Cecilio de Miguel Medina

A PERSONALIDADE RELIGIOSA DE JOSÉ ANTÔNIO



Libro & Moschetto Fascista Perfetto

INTRODUÇÃO

Convém esclarecer que nosso trabalho centra-se unicamente na pessoa de José Antonio Primo de Rivera. Não observamos aquelas outras pessoas que o acompanharam na própria fundação da Falange, nem naquelas outras que se fundiram muito cedo com ele; alguns podiam não ser católicos, nem cristãos sequer. Tampouco nos interessa o estudo do que foi a Falange depois de desaparecer José Antonio. Consideramos interessante o tema, mas escapa ao nosso interesse atual.

Precisamos fazer uma precisão cronológica: este trabalho alcança somente a novembro de 1936.

Centramos nosso esforço no fundador de um movimento que ele mesmo chamou totalitário, quando o estado totalitário havia sido condenado pela Igreja, e que ele funda, quando a um católico estava proibido colaborar com dito estado.

Será necessário estudar a doutrina da Igreja sobre os totalitarismos: o que é para a Igreja um estado totalitário; o que condena dele e por que, será preciso analisar que classe de totalitarismo propugnava José Antonio.

Outro ponto interessante será o das relações Igreja-Estado. A doutrina da Igreja sobre ambas as potestades estava perfilada. No novo Estado que programava José Antonio havia matizes especiais que será necessário estudar.

Se o agir segue ao ser, nos parece importante, para compreender as atuações das pessoas, conhecer sua maneira de ser, sua ascendência familiar, sua formação cultural e religiosa, o meio ambiente em que viveram, etc.

Por isso ao tratar de José Antonio introduzimos os dois primeiros capítulos. Sem eles não se compreenderiam com facilidade muitos dos aspectos descritos.

A bibliografia utilizada se deve em sua maior parte a seguidores incondicionais de José Antonio. Conscientes disso recorreremos, na medida

do possível, a fontes de primeira mão como são seus escritos, recolhidos, a maioria das ocasiões, dos semanários F.E. e Arriba. São muitas também as colaborações de José Antonio em outros periódicos da época; procuramos revisá-los. Mas, ainda nestas fontes, especialmente, quando se trata de resenhas de seus discursos, podem ter intervindo outras mãos que interpretavam já ou poliam ao menos.

Outro inconveniente à hora de enfrentarmo-nos com a bibliografia é a visão unilateral por proceder, em grande parte, como dizíamos, de seguidores incondicionais com afã inclusive de mitificar sua figura. Apenas existe bibliografia de “contrários”. Quando esta existia procuramos contrastá-la.

Finalmente convém notar que José Antonio já havia morrido quando se começou a escrever sobre ele, por tanto, não podia desdecir possíveis interpretações não exatas de seu pensamento.

Este trabalho foi possível graças ao estímulo e conselho de uma série de pessoas a quem presto o tributo de minha gratidão. A Pilar Primo de Rivera, que inclusive se dignou prefaciá-lo. A Raimundo Fernández Cuesta, conhecedor como ninguém de José Antonio. A don Fermín Yzordiaqa, pelo material proporcionado, sempre com o maior desinteresse. E de maneira especialíssima ao doutor Gonzalo Redondo, professor da Universidade de Navarra, com cujo contato diário foi possível a ordem e o rigor intelectual.

Faço constar também meu agradecimento mais sincero à Delegação Nacional da Seção Feminina do Movimento pela colaboração prestada à hora de publicar este trabalho. Do arquivo de dita Delegação procedem as fotografias que aparecem nele.

Pamplona, a 22 de abril de 1974.

CAPÍTULO I

VIDA CRISTÃ DE JOSÉ ANTONIO

No dia 4 de março de 1934, José Antonio dirigiu um comício no teatro Calderón de Valladolid. Há uma frase, entre suas palavras, com a qual vamos começar este trabalho:

“Todos sabem que mentem quando dizem de nós [...] que não somos católicos”¹.

No dia 24 de junho do mesmo ano, antes do comício de Salamanca, insistiu no mesmo tema, em uma conversação que manteve com Francisco Bravo Martínez:

“Eu sou católico convencido”².

José Antonio lançava assim uma afirmação que iam sublinhar outros testemunhos. Entre eles, o do mesmo Bravo:

“Era católico, de crenças afirmadas pela luta de consciência, da qual saiu tolerante para com os que não o eram”³.

O mesmo afirmam H. Thomas, que falando de José Antonio nos recorda que “seguia sendo católico”⁴, e o arcebispo de Valladolid; testemunho importante, por tratar-se de um membro da Hierarquia espanhola. No dia 20 de novembro de 1938 celebrou-se na catedral de Burgos, com assistência do Governo, presidido pelo Generalíssimo Franco, um funeral por José Antonio Primo de Rivera. Na oração fúnebre o doutor Gandásegui, arcebispo de Valladolid, reconhece a dificuldade de fazer panegíricos sobre difuntos “por esclarecidos que fossem, que não foram canonizados”⁵, mas, apoiando-se no testamento de José Antonio, dirá:

1 J. A. PRIMO DE RIVERA, *Obras Completas* (Madri 1954), p. 196 (a partir de agora citaremos esta obra com a sigla O. C.).

2 F. BRAVO MARTINEZ, *José Antonio. El hombre, el jefe, el camarada* (Madri 1939), p. 70. A cláusula primeira de seu testamento diz: .Desejo ser enterrado de acordo com o rito da religião católica, Apostólica, Romana, que professo, em terra bendita e sob o amparo da Santa Cruz^ (Vide J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 296).

3 Id., *Historia de Falange Española de las JONS* (Madri 1940), p. 67.

4 H. THOMAS, *La guerra civil española*, 2ª ed. (Paris 1967), p. 73.

5 A oração fúnebre pronunciada pelo arcebispo de Valladolid, em *Dolor y Memoria de España en el segundo aniversario de la muerte de José Antonio* (Barcelona 1939), p. 69. (Esta obra reúne uma série de trabalhos publicados com tal motivo; será citada a partir de agora com a sigla D. y M.)

“Deus ordenou em sua Providência amorosíssima que nos deixasse José Antonio um retrato sublime de seu coração naquelas horas que precederam a sua morte: seu testamento, que é prova palmar de minha afirmação: José Antonio, filho preclaríssimo da Espanha e filho fervoroso da Igreja católica.”

José Antonio merece os títulos gloriosíssimos de filho [...] dócil, bom, fervoroso, amorosamente rendido à Santa Mãe a Igreja católica.

“Não era estoico, era cristão”⁶.

Nós, acordes com o desejo de um dos primeiros afiliados da Falange⁷, intentaremos aduzir quanto encontrarmos na vida e escritos de José Antonio, para ver se é possível sustentar ditas afirmações.

I.1. Práticas

Uma observação prévia, se não queremos expor-nos a ser injustos com o momento histórico: convém destacar a diferença entre pessoa religiosa e pessoa piedosa. A primeira é aquela que cumpre fiel e exatamente seus deveres religiosos. A segunda, a que em suas obras vai mais longe do que impõe o dever.

No tempo em que lhe toca viver a José Antonio não era corrente encontrar-se com cristãos piedosos, se por tais designamos àquelas pessoas de vida íntegra, que ouviam missa e comungavam diariamente, entre outras coisas. Em José Antonio buscamos o cumprimento fiel do mandado pela Igreja.

Começamos com um parágrafo da conferência recentemente pronunciada por sua irmã Pilar:

“José Antonio, durante toda a sua vida, manteve-se nestas práticas que fizeram dele um verdadeiro e inteiro católico, sem alardes, espetacularidades nem floreios, mas fiel em tudo ao espírito da Igreja. Foi,

⁶ A oração fúnebre, em D. y M., p. 69.

⁷ Manuel MATEO, antes comunista, no discurso pronunciado no cinema Madrid em 19 de maio de 1935 disse: “A nós se tem que nos julgar pelo que digamos e pelo que façamos nós mesmos. Em *Arriba*, 23-V-1935, p. 2.

por suposto, sempre, inimigo de que sua vida religiosa transcendesse de sua intimidade“⁸.

8 Pilar PRIMO DE RIVERA, *Recuerdos de José Antonio* (Barcelona 1973), conferência pronunciada no club Mundo, de Barcelona, em 4 de abril de 1973. Em 11 de janeiro de 1974, Pilar nos contava que ao passar pela igreja de San Pascual costumava entrar para rezar.



“A interpretação católica da vida é, antes de tudo, a verdadeira; mas é também, historicamente, a espanhola. Toda reconstrução da Espanha deve ter um sentido católico.” — José Antonio Primo de Rivera

José Antonio cumpria com o preceito dominical de ouvir missa. No dia do ato de fundação da Falange, em 29 de outubro de 1933, comentou ante Julio Ruiz de Alda, Valdecasas e os irmãos Peláez:

“Hoje ouvi missa bem cedo, em um convento de freiras, onde todas rezaram para que Deus nos ilumine”⁹.

Esse dia era domingo.

Em 21 de julho de 1935, também um domingo, antes do comício celebrado em Málaga:

“Com aqueles camaradas fui ouvir missa na catedral, sem sair do pé do altar até que fossem rezadas as três Ave-Marias e a Salve final, porque tinha – disse ele – uma ideia completa das coisas”¹⁰.

Também o vemos assistir a uma missa celebrada em sufrágio pelos falecidos da Falange em 25 de julho de 1935.

Os presos católicos da Prisão Modelo de Madri haviam conseguido que nos dias festivos se celebrasse missa na prisão; a ela assistia José Antonio “fervoroso com seu macacão azul e os braços ao ar”¹¹.

Algun biógrafo registra a notícia de que em 14 de abril de 1936, uma quinta-feira, celebrou-se a santa missa na Prisão Modelo com Fermín Yzardiaga, e que a ela assistiu José Antonio¹². Em conversa mantida com Fermín em 26 de abril de 1973, nos desmentia tal notícia, em tudo o que se referia a ele. Pode ter havido uma confusão de nomes. Quem celebrava a missa para os detidos era o padre Eulogio Izurdiaga; e se naquela quinta-feira houve missa, pode tê-la celebrado este.

Nieves Sáenz de Heredia, prima de José Antonio, recorda em um artigo intitulado *Na vida familiar* e publicado em 1938:

9 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario y textos biográficos. José Antonio íntimo*, 3ª ed. (Madri 1968), p. 679, nota I. (Vide F. XIMENEZ DE SANDOVAL, *José Antonio. Biografía apasionada*, 3ª ed. Madri 1983, p. 95.)

10 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 311. (11) Ibidem, p. 313.

11 J. ARRARAS, *Historia de la Cruzada española* (Madri 1940), p. 514. Alfredo ANTIGÜEDAD, *José Antonio en la cárcel de Madrid* (de 14 de março a 6 de junho de 1936). Interessante reportagem com Raimundo Fernández Cuesta... (Cegama, Guipúzcoa), p. 16. “Aos domingos assistíamos em formação à missa.”

12 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos de José Antonio*, 2ª ed. (Madri 1969), p. 403.

“Não faltava um domingo ou dia de preceito em que não fosse à missa e não respeitasse os dias festivos”¹³.

E sua prima Pilar Primo de Rivera, que coloca fim a este apontamento:

“Todas as devoções e obrigações eram cumpridas fielmente”, refere-se aos anos em que José Antonio permaneceu sob a influência familiar¹⁴.

Quanto ao preceito pascal, não encontramos mais dados do que os do ano de 1936. Ele estava na Prisão Modelo desde 16 de março; nesse ano solicitou e conseguiu que um sacerdote o confessasse e lhe desse a comunhão:

“Para a Páscoa Florida (tinha que estar preparado para tudo) pediu a visita de um sacerdote e comungou com uma unção da qual se acreditava ter-se esquecido”¹⁵.

Sim, apesar das dificuldades, vemos por diversos meios que cumpria com esse preceito, e é fácil supor que o faria também em anos anteriores; assim o confirma, por outra parte, o testemunho dado por sua irmã Pilar.

A família de José Antonio, como muitas famílias da época, costumava celebrar determinadas festas comemorativas com a confissão e a comunhão. Pilar disse em conferência citada que “ele frequentava os sacramentos”¹⁶. Assim aconteceu quando, estando já na prisão de Alicante, os irmãos José Antonio e Miguel, em 11 de julho de 1936, aniversário deste último¹⁷.

José Antonio se preparou para sua morte com a confissão. Foi uma das três coisas que pediu, após escutar a sentença de morte:

“Ao segundo dia de incomunicação pediu a um militante da FAI, chamado Roscano, que lhe buscasse um sacerdote para poder confessar-se”¹⁸.

13 D. y M., p. 176.

14 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 11.

15 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio* (Madri), p. 127.

16 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 12.

17 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p.479 (reproduz a visita que o visconde de Mamblas faz a seu amigo José Antonio, preso em Alicante).

18 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio*, cit., p. 202.

O Comitê Popular Provincial de Defesa de Alicante concedeu tal autorização, mediante ofício, em 18 de novembro de 1936¹⁹. O sacerdote que ouviu sua confissão durou quarenta e cinco minutos²⁰ foi dom José Planelles Marco, detido na mesma prisão e fuzilado em 29 do mesmo mês e ano²¹. Segundo artigo publicado no *ABC* em 23 de novembro de 1950, esse sacerdote declarou ao final:

“Hoje confessei um que vai morrer por todos nós.”

José Antonio diz a seu tio Antón, na carta de despedida, que está tranquilo e “cheio de paz”, depois da confissão. Segundo Carmen Primo de Rivera, quando o visitou pela última vez para despedir-se e José Antonio lhe confirmou que havia se confessado, ela lhe fez a seguinte pergunta:

“Você tem certeza de que foi um sacerdote quem lhe confessou?”
“Sim”, respondeu ele em latim, para lembrar meu irmão²².

Havia visto na confissão a melhor preparação para enfrentar o Juízo de Deus:

“[...] Mas, se não for Ele quem me prolongue a vida, que tudo isto me disponha o melhor possível para o juízo de Deus: ontem me confessei [...] e hoje estou cheio de paz [...]”²³.

Em termos semelhantes se expressa em carta dirigida a sua tia Carmen, que era religiosa:

“Das letras para confirmar-me a boa notícia, a agradável notícia de que estou preparado para morrer bem [...]”²⁴.

Conhece as manifestações íntimas da graça, por isso fala de paz, de agradável notícia, de sentir-se preparado. Essa união de felicidade e graça, consequência da penitência, da qual escrevia já em 18 de janeiro de 1934:

19 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 373, nota.

20 Segundo a declaração jurada de Diego Molina Molina, um dos vigilantes de José Antonio, a confissão durou “uma hora aproximadamente”. (Vide H. R. SOUTHWORTH, *Antifalange. Estudio crítico de “Falange en la guerra de España: la Unificación y Hebilla” de Maximiano García Venero* (Paris 1967, p. 163.)

21 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 373, nota.

22 Carmen PRIMO DE RIVERA, *Mi adiós a José Antonio*, em *Los Quijotes*, de San Juan de Porto Rico, nº 142, de 8 de novembro de 1939. (Recolhido por A. del RIO CISNEROS, em *Los procesos* cit., pp. 246-247.)

23 Carta de despedida a seu tio Antón, em F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., pp. 505-506.

24 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 504. (26) F.E., 18-1-1934, p. 3.

“A felicidade como a graça: no fundo, a felicidade 'é' a graça. E o estado primitivo que, acaso, quando verdadeiro, foi um estado feliz, é como o estado de inocência: não se recupera jamais uma vez perdido. A graça, sim; mas por outro caminho: não o da penitência, por rigor. Quem tenha perdido uma vez a graça inocente não a encontrará senão 'boa', no sentido literário e frouxo da palavra: boa à maneira branca, bondosa, filantrópica, doce, da Sociedade Protetora dos Animais, ou do Exército da Salvação. Essa é uma falsa, satânica maneira de encobrir em falso, com pele fechada em falso, muita carne podre de culpas. Que se volte à graça pela limpeza enérgica, dura, sincera, dolorosa e dolorida da penitência“.

Sem dúvida alguma, José Antonio fala nestes termos da virtude da penitência e do Sacramento da Penitência; e com grande carga poética descreve as notas dessa confissão para dar saída à “carne podre“.

Cumpria o ordenado pela Igreja de forma airosa e elegante; inclusive, expondo-se às ironias de seus amigos. Luisa María de Abarburu, amiga fraterna, desde a infância, dos irmãos Primo de Rivera, recorda uma anedota sobre a maneira como José Antonio guardava a abstinência:

“Uma noite me convidaram para jantar em certa casa. Era uma sexta-feira de Quaresma. Um dos pratos era de carne. José Antonio, ao advertir, rogou discretamente à anfitriã que lhe permitisse prescindir daquele manjar. Então aquela, dirigindo-se a um dos serviçais e como zombando amistosamente, disse: 'Traga uma omelete para o senhorito José Antonio. Hoje é sexta-feira e ele não pode comer carne'. José Antonio, recordo muito bem, respondeu: 'É possível que me condene, senhora; mas por um filé..., por um filé, não valeria a pena'“²⁵.

Na mesma linha, o falangista Fontana refere o ocorrido durante o almoço celebrado em Barcelona, depois do comício de 3 de maio de 1935, quando um dos assistentes pediu costeletas em um dia de vigília. José Antonio sorriu e com aquela firmeza espiritual, que era um constante magistério, repreendeu e ordenou assim:

25 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 228, nota.

“Ora, homem! Que alguém perca o céu por causa de uma loira deslumbrante até se pode explicar; mas que você o perca por uma costeleta...”²⁶.

Quanto à forma de observar o jejum, a avó extremava a delicadeza, segundo lemos no artigo citado de Nieves Sáenz de Heredia:

“Como saía para jantar muitas noites fora de casa, por si não jejuavam onde devia ir, fazia a colação ao meio-dia”²⁷.

E Pilar Primo de Rivera disse na conferência aludida:

“Quando se chegava à idade de jejuar não se perdia um só dia naquela época em que durante a Quaresma havia que jejuar três vezes por semana”²⁸.

É fácil supor, nessa atenção minuciosa com que José Antonio cumpria os preceitos da Igreja, a grande influência de sua infância familiar saudável. Dom Fermín Yzurdiaga percebia nesse ambiente familiar da tia “Ma” as origens da religiosidade sincera de José Antonio²⁹. Em apoio a isso temos a conferência de Pilar Primo de Rivera, que posteriormente chegou às nossas mãos:

“Por tradição familiar, nossa vida se desenvolvia em um ambiente de religiosidade. Todas as devoções e obrigações eram cumpridas fielmente, graças ao cuidado de duas tias que viveram conosco até a morte de minha mãe”³⁰.

Tratava-se de uma família que batizava seus filhos sem demora. José Antonio nasceu em 24 de abril de 1903 e foi batizado na igreja paroquial

26 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 411, nota. Realmente no dia 3 de maio de 1935 foi sexta-feira. Pela Lei Geral da Igreja sobre a Penitência era preciso guardar abstinência todas as sextas-feiras do ano. Mas na Espanha dita lei ficava reduzida pelo privilégio da Bula da Cruzada às sete sextas-feiras da quaresma e às três vigílias de Pentecostes, Imaculada Conceição e Natal, dias em que era obrigatório também o jejum. (Estamos nos referindo ao ano em questão.) O dia 3 de maio foi sexta-feira, mas não da quaresma, pois a Páscoa caiu no dia 21 de abril; tampouco foi vigília de Pentecostes, celebrada no dia 9 de junho. Cabem estas explicações: que José Antonio réu houvesse obtido o privilégio, coisa rara numas épocas em que as mães ou tias se encarregavam de tirar as bulas para toda a família; Pilar nos contava que as bulas se tiravam todos os anos; que, apesar do privilégio, não quisesse usá-lo, algo chamativo; ou que esta anedota -recolhida por José María FONTANA em sua obra *Los catalanes en la guerra de España* (Madri 1966), pp. 34.35- não se refira a esta ocasião, senão a outra viagem de José Antonio a Barcelona.

27 Nieves SAENZ DE HEREDIA, em D. y M., p. 176.

28 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 12.

29 Conversação mantida em 20-V-1973.

30 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 11.

de Santa Bárbara, em Madri, no dia 13 de maio, conforme consta na certidão de batismo³¹. Sua mãe faleceu em 9 de junho de 1908, quando José Antonio tinha apenas cinco anos. No lembrete de falecimento, Dom Miguel Primo de Rivera descreveu assim a esposa:

“Filha, esposa e mãe exemplar. Amou a Cristo e à pátria e, nesses amores de verdade e dever, educou seus filhos...”³².

Passaram então a fazer parte da família as tias dos Primo de Rivera, que prolongaram o clima maternal. Uma delas era dona María Jesús Primo de Rivera y Orbaneja, irmã do pai. Joaquín Arrarás a descreve assim:

“A ternura e a dedicação dessa mulher abnegada deixaram marcas indeléveis nos órfãos, sobretudo no mais velho, José Antonio, que sempre recordava tudo o que devia ao amor e ao sacrifício dessa segunda mãe, a quem chamava carinhosamente de 'tia Ma'. Ela transmitiu ao sobrinho um profundo senso religioso, próprio de um lar cristão, onde se praticam as virtudes e se guardam as tradições familiares como verdadeiros tesouros”.

Pilar Primo de Rivera acrescenta:

“Na casa de María havia, não sei por quê, um quadro do Sagrado Coração e a bênção de Pio X, que era o Papa da nossa infância; rezava-se o rosário em família; montava-se o presépio no Natal e os Reis Magos vinham; participava-se frequentemente dos Sacramentos”.

Esse lar cristão permaneceria unido nos muitos momentos difíceis que a família atravessaria e esse profundo sentido religioso os levaria a buscar a companhia de Deus nas horas mais trágicas. José Antonio lembra onde passou a noite do golpe de Estado de seu pai, a maior parte dela com a família:

“Nós estávamos na Capitania Geral. Atrás do edifício existe um beco que, atravessando a rua, chega até a igreja da Mercê. Na igreja da nossa Padroeira (falava-se no local do quarto distrito da União Patriótica de Barcelona) passamos aquela noite rezando, minhas irmãs e minhas tias”.

31 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 526.

32 J. ARRARAS, *Historia de la Cruzada* cit, p. 389.

Essas “tradições familiares” permaneceram na vida de José Antonio. Quando se despede da tia “Ma” na prisão de Alicante, ele a tranquiliza dizendo:

“Preparava-me fazendo oração e rezando o rosário todos os dias”.

Palavras semelhantes escreveu à tia Carmen em 9 de maio, da prisão Modelo de Madri:

“Aqui, na prisão, não passamos mal o dia. Nossa vida é ordenada e irrepreensível [...]; também tenho minhas horas místicas, de união com Deus, contrito pelo passado e com planos para sua glória no futuro, e que se cumpra sua vontade”³³.

Nessa mesma prisão, diria em outra ocasião:

“A oração tem servido, mais uma vez, para estancar os desgarramentos familiares e [...] os erros, íntimos e sentimentais, daqueles que Deus não permite a nenhum mortal cometer livremente”³⁴.

Outra companhia encontrou na leitura da Bíblia. Leitor incansável, agradece a Carmen Werner pelo presente. Como em muitas famílias de sua época, a Bíblia proporcionava alguns minutos de tranquilidade ao final do dia.

“Tenho sobre a mesa, como última companhia, a Bíblia que você teve o acerto de me enviar para a prisão de Madri. Dela leio trechos dos Evangelhos [...]”³⁵.

Na Bíblia, José Antonio encontra a Revelação da Verdade divina. Ele a resume assim:

“Por um afã de buscar a Verdade divina, por caminhos fora dos Evangelhos”³⁶.

E como não relacionar com as “tradições familiares” essas devoções de José Antonio, que permaneceram tão profundamente enraizadas em sua vida?

33 J. ARRARAS, *Historia de la Segunda República Española*, IV (Madri 1968), p. 164, nota 2.

34 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio* cit, p. 127.

35 Carta de despedida a Carmen Werner, em F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 507.

36 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 229.

Em seu escritório simples e pequeno, cercado de estantes cheias de livros, pendurava um quadro da Virgem do Perpétuo Socorro, legado por sua mãe. “José Antonio amava essa delicada imagem bizantina, de traços suaves e cores de ouro”³⁷.

Pertencia à Ordem de Santa Maria da Misericórdia ou da Mercê dos Cativos, e o escapulário de cavaleiro mercedário “estava sempre estendido à cabeceira de sua cama”³⁸. Ao ser preso em 1936 pediu esse escapulário³⁹. Durante a visita que recebeu na prisão de Alicante de um grupo de mulheres da Seção Feminina da Falange valenciana, uma delas, Ana María Perogordo, fotografou os dois irmãos.

“Vou acabar quebrando a máquina – brincou José Antonio –. Ainda bem que isto nos salva.” E apontava para o escapulário que trazia no pescoço”⁴⁶.

Enrique Pavón Pereyra conta a mesma anedota, com o mesmo conteúdo, embora com palavras diferentes:

“Cuidado – advertiu [brincando ao se ver fotografado] –, posso acabar quebrando a máquina. Estou meio endemoniado.”

Riram com gosto.

– Vocês veem essas medalhinhas da Virgem do Carmo?
– Sem elas me seria impossível quebrar o feitiço e me salvar⁴⁰.

Parece-nos mais próxima da realidade essa segunda versão, além de fazer mais sentido, considerando não só o clima religioso familiar, mas também o fato de contar com uma tia monja⁴¹.

Na família aprendeu-se a ter devoção à Virgem, e parece que ele nunca a esqueceu.

37 A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado*, 2ª ed. (Madri 1968), p. 18.

38 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 679.

39 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 176. (46) Ibidem, p. 209.

40 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio* cit., pp. 156 157.

41 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., pp. 513-515, diz: “sobre o suéter de lã escuro levava presos um escapulário da Virgem do Carmo, o crucifixo que lhe deram sua irmã e umas medalhas que lhe pôs Pilar Millán Astray a véspera de sua morte”.

Quando chegou a Pamplona em 15 de agosto de 1934, acompanhado de Julio Ruiz de Alda, fez sua primeira visita a Santa María la Real, que ali é venerada na catedral⁴².

Pode-se completar esse amor à Virgem com a conversa que José Antonio manteve com Ximénez de Sandoval. Ambos ainda solteiros.

“Entre as muitas coisas a modificar pela Falange, há alguns ditados como esse de que é o Diabo quem dá os sobrinhos a quem Deus não deu filhos. Se Deus dá os filhos, e é verdade, os sobrinhos devem ser dados pela Virgem ou alguma santa muito boa, mas o solteirão como nós”⁴³.

Junto ao escapulário, José Antonio levava no dia de sua morte um crucifixo que sua tia Carmen lhe dera na véspera. “Beijou-o ao entregá-lo”.

“Fico muito feliz, pois não tinha”, disse à sua irmã, e o brandiria em sua mão esquerda no momento de ser fuzilado⁴⁴.

Também no ambiente familiar aprenderia a necessidade dos sufrágios pelos defuntos. “Como cristão, rezo”, quando recebeu a notícia do assassinato de Calvo Sotelo⁴⁵. Em 29 de novembro de 1934, presidiu o primeiro funeral pelos caídos da Falange; uma vez terminada a missa, leu pela primeira vez “a oração pelos mortos” que havia sido composta por Rafael Sánchez Mazas⁴⁶. E em novembro de 1935 encarregou a Agustín de Foxá:

“Vocês que se salvaram da catástrofe, celebrem missas gregorianas por minha alma”⁴⁷.

José Antonio revigorava sua vida religiosa com a prática dos Exercícios Espirituais. Ele mesmo disse:

42 Segundo don Fermín Yzurdiaqa, em conversação mantida com ele, no dia 20 de março de 1973, ali rezaram uns momentos. Gumerisndo MONTES AGUDO, em sua obra *Vieja guardia* (Madri 1939), p. 203, obra exageradamente mitificante, recolhe a mesma notícia.

43 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 21. (51) Ibidem, p. 509.

44 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 393.

45 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 480.

46 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio* cit., p. 74, nota.

47 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 376.

“Fiz os Exercícios duas vezes, uma delas por ocasião de uma grande crise espiritual”⁴⁸.

E sobre eles comentou:

“Serviram-me de grande alívio e vigor”⁴⁹.

Dom Fermín Yzuriaga nos faz notar a influência dessa prática não só em sua vida, mas também em seu pensamento: o sentido militar que tinha da vida, a visão do triunfo e o conceito da virtude da esperança são claramente ignacianos⁵⁰.

Nieves Sáenz de Heredia, no artigo já citado, recorda as palavras que um padre, com quem José Antonio fez os Exercícios, escreveu a María Primo de Rivera, dizendo-lhe que estava certo de que José Antonio era uma alma predileta de Deus⁵¹.

Por ocasião dos Exercícios que projetava fazer na Quaresma de 1936, convidou a seus amigos Ximénez de Sandoval e Agustín de Foxá:

“Faria muito bem a vocês”⁵².

Quando ambos ensaiaram uma leve resistência, prosseguiu:

“Aconselho a vocês como amigo. Agora, se não se colocarem bem com Deus e lhes acontecer de cair, não aleguem lá em cima o ato de serviço para se livrar do Inferno”⁵³.

Agustín de Foxá lhe havia dito que o acompanharia como subordinado falangista, se ele mandasse como chefe. A delicadeza e a fineza de José Antonio apareceram claramente:

“Eu não posso, nem devo, mandar nisso como chefe”⁵⁴.

José Antonio era seguido por jovens que confiavam nele em tudo, mas ele conhecia a existência de um seguimento que não lhe pertencia: o da fé. A fé é um dom de Deus, e o caminho da fé não é o do fanatismo.

48 Ibidem, p. 376, e A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., pp. 678-679.

49 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., pp. 376 y 678-679.

50 Don Fermín Yzuriaga, em conversação do dia 20 de maio de 1973.

51 Nieves SAENZ DE HEREDIA, em D. y M., p. 176.

52 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, pp. 376 y 678-679.

53 Ibidem, p. 231.

54 Ibidem, p. 231.

Como amigo, ensinava o que havia sido dado a ele; porém, como chefe, não tinha autoridade alguma nesse terreno.

“A tolerância em José Antonio era maravilhosamente exemplar. E, como em todos os aspectos de sua vida de chefe da Falange, fazia – segundo seu conselho aos demais – propaganda com o exemplo de sua conduta; e, sem pretender, sua simplicidade nas práticas religiosas, sem alardes nem exibicionismos, incitava muitos à imitação”⁵⁵.

O terreno da consciência não lhe pertencia; por isso, não se arrogava direito algum. Um de seus mais fiéis seguidores era Manuel Mateo, que depois de haver perdido a fé, falava a Ximénez de Sandoval sobre “como ela era necessária para viver”. Ele via por outra parte o comportamento de José Antonio:

“Tinha fé no chefe, e não duvidava de que este conseguiria devolver-lhe a que havia perdido de católico em suas lutas e leituras de sua vida agitada”⁵⁶.

Manuel Mateo pediu a Ximénez de Sandoval:

“Por que, diplomaticamente, você não diz ao chefe que me fale de Deus? Ele sim conseguiria me devolver essa fé que me falta há anos.”

“Eu sou missionário da Espanha, não missionário de Deus”, respondeu José Antonio⁵⁷.

Despreocupação ou consciência de sua incapacidade? O único que Mateo poderia fazer era servir de instrumento para a ação da graça; a fé sobrenatural é dada e devolvida por Deus. O amigo anima, mas não pode mandar, nem obrigar em tema que não é de sua incumbência.

I.II Crenças

José Antonio escrevia em seu testamento, na véspera de morrer:

55 Ibidem, p. 229.

56 Ibidem, p. 365.

57 Ibidem, pp. 229-230.

“Condenado ontem à morte, peço a Deus que, se ainda não me isenta de chegar a esse transe...”⁵⁸.

O doutor Gandásegui afirma que essas palavras são a:

“Confissão de que Deus é o Senhor da vida e da morte...; Confissão de que Deus é a fonte primeira ordenadora de todos os bens e venturas”⁵⁹.

Que Deus é o Senhor da vida manifesta José Antonio ao contar com sua ajuda, e inclusive pedi-la nos momentos importantes; assim terminava a “Carta a um militar espanhol” em novembro de 1934:

“Que Deus nos inspire a todos na conjuntura”⁶⁰.

E desde a prisão de Alicante prometia à primeira linha de Madri, em 29 de junho de 1936, estar com eles no momento decisivo, para, “com a ajuda de Deus”, introduzirem-se “na terra prometida” da Espanha⁶¹.

Quando se discutiu o título do primeiro periódico a fundar no final de novembro de 1933 e se propôs, como tal, a sigla F.E., José Antonio explicava ambas letras recordando as coisas em que havia que ter fé. A fé em Deus figurava entre elas⁶².

Durante a campanha eleitoral de dezembro de 1935 previa já o triunfo do Frente Popular, cuja meta, segundo ele, era

“Queimar a Deus, para poder deixar de esperar n’Ele a redenção que os homens prometem e nunca chega”⁶³.

A imagem de uma Espanha moribunda, pela falta de ideais elevados, e a visão de uns políticos que só pareciam aspirar a “repartir a herança deixada pela morte”⁶⁴, lhe proporcionava uma leve melancolia porque

“Ninguém quer receitar e muito menos juntar as mãos suplicando a Deus, como fazem os homens em sua última esperança”.

58 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 953.

59 A oração fúnebre, em D. y M., p. 70.

60 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 325. Dita frase não aparece, no entanto, na chamada versão original recolhida por A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit., p. 351.

61 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 177.

62 Ibidem, p. 124. (As outras eram Espanha, a juventude e o talento do chefe.)

63 Ibidem, p. 381.

64 S. ROS, *El pulso de la vida*, em F.E., 22-II-1934. p. 11. (73) Ibidem, p. 11.

Suas palavras se mantinham em tom com sua fé; essa fé em Deus lhe conduzia a:

“A convicção inseparável de que a vida humana deve ser regulada por uma sabedoria que a transcenda, por fins que a transcendam e em primeiro lugar por uma sabedoria divina, por um Deus ordenador, sem o qual não concebemos a natureza, nem a história”⁶⁵.

Por sua concepção cristã da história, rejeitaria o comunismo marxista e o socialismo, como veremos, porque

“Como invasão bárbara que é, é excessivo e prescinde de tudo o que pode significar um valor histórico e espiritual; é a antipátria, carece de fé em Deus; daí nosso esforço por salvar as verdades absolutas, os valores históricos, para que não pereçam”.

José Antonio expressava que Deus era também Senhor da morte e assim entendia que seus dias estavam nas mãos de Deus; como é Ele quem controla e dispõe de quantos acontecimentos envolvem sua vida toda.

“Mas isto não se escolhe morrer de uma ou de outra maneira. Deus talvez queira que acabe tudo de outro modo”⁶⁶.

Recorreria a Deus com oração confiante, como vemos na carta com que se despede de Sánchez Mazas.

“Que Ele acolha minha alma [...] e me sustente”⁶⁷.

Era consciente de suas próprias misérias, porém confiava na misericórdia divina.

“E ao julgar minha alma, não lhe aplique a medida de meus merecimentos, mas a de sua infinita misericórdia”⁶⁸.

A fé em Deus Pai cimentará sua confiança em que “o Divino Juiz há de me olhar com olhos sorridentes”⁶⁹.

65 *Extrema experiencia*, em *Arriba*, 28-XI-1935, p. 1. (75) J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 424.

66 Carta de despedida a Sanchez Mazas, em F. XIMENEZ DE SANDOVAL, >. c., p. 503.

67 Ibidem, p. 503.

68 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 953.

69 Carta de despedida a sua tia Carmen, em F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 504.

Em um artigo, que publicava em abril de 1935, fazia um claro reconhecimento do papel que reservava a Jesus Cristo na reforma escolar. Conheceu a expulsão do crucifixo das escolas pelas leis da Segunda República; havia esperado em vão que se cumprisse o propósito de alguns partidos de restaurá-lo; ele o ofereceria como solução ao dizer que se devolvesse a Jesus Cristo o posto-chave que lhe corresponde.

“Após o fortalecimento da paróquia, vem a reforma da escola e da escola com Cristo, que deve ser o elo, cordão e intelectual, da moral e da cultura civil com a moral e a cultura da Igreja”⁷⁰.

Segundo o doutor Gandásegui, no segundo parágrafo da introdução de seu testamento havia uma confissão de fé na obra redentora de Jesus Cristo⁷¹.

Invoca a terceira Pessoa da Santíssima Trindade em situações difíceis. Pediu publicamente sua ajuda quando, em 13 de novembro de 1934, propunha uma série de emendas à Lei de Associações que se debatia no Parlamento⁷². E depois do discurso do Teatro da Comédia, de 29 de outubro de 1933, animava seus camaradas com o conselho do Espírito Santo que estava com eles⁷³.

José Antonio tinha fé na Igreja e em sua missão salvadora; veremos mais adiante como e em que centrava essa missão.

Encontramos também em seus escritos referências, tanto aos anjos como ao demônio.

“Há apenas duas formas profundas de compreender: a do ódio, que destrói, e a do amor, que edifica. Por isso há duas cimas sobre-humanas de inteligência: a diabólica e a angélica”⁷⁴.

No editorial que publicava em *Arriba*, em 4 de julho de 1935, a pena de José Antonio analisava a atuação do demônio, apoiando-se nisso na autoridade dos místicos.

70 *Esquemas de una política*, em *Arriba*, 25-IV-1935, pp. 1-2.

71 A oração fúnebre, em D. y M., p. 70.

72 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 369.

73 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 99.

74 *Mal partida en dos*, em *Arriba*, 23-1-1936. p. 1.

“O supremo recurso do demônio consiste em falsificar a voz de Deus. [Para poder distinguir quando é Deus quem fala, deve-se ter em conta] que as falsificações diabólicas começam com grande aparato de alegria e triunfo e acabam em tristeza e derrota, enquanto as vozes verdadeiras de Deus começam por causar grande humilhação e amargura e terminam na vitória e no júbilo”⁷⁵.

Ponto básico em sua doutrina, para poder compreender o movimento que propunha, será sua concepção do homem e, mais concretamente, da alma do homem. E dizemos básico porque, como veremos, aqui se apoiará para negar que a Falange fosse um movimento anticatólico, ou que defendesse um estado totalitário de estilo fascista ou nazista.

No primeiro número de *F.E.*, de 7 de dezembro de 1933, apareceram os Pontos Iniciais da Falange. Sobre o homem, dizia um deles:

“Falange Espanhola considera o homem como um conjunto de corpo e alma; ou seja, como alguém capaz de um destino eterno, como portador de valores eternos”⁷⁶.

Falaria do “indivíduo como portador de uma alma” no discurso pronunciado em Sevilha em 22 de dezembro de 1935⁷⁷. Em maio de 1936, José Antonio falava da aproximação à Falange do líder socialista Indalecio Prieto. O jornal da Falange Espanhola das JONS das Baleares, *Aquí Estamos*, reproduzia umas palavras de Prieto, que José Antonio fazia suas:

“O homem veio à vida não como uma besta. De diferentes pontos de vista religiosos, todos têm razão ao dizer que o homem é superior ao animal”⁷⁸.

A partir desses pontos de vista religiosos, não se diz apenas que o homem é superior ao animal, mas que em sua criação foi objeto de uma ação imediata de Deus; porque Deus dotou o homem de uma alma racional e espiritual, capaz de compreender e amar; e, sobretudo, porque elevou esse homem à ordem sobrenatural.

⁷⁵ *Falsedad*, em *Arriba*, 4-VII-1935. p. 1.

⁷⁶ *F.E.*, 7-XII-1933, p. 7.

⁷⁷ *Arriba*, 26-XII-1935, p. 3.

⁷⁸ E. ALVAREZ FUGA. *Historia de la Falange* (Barcelona 1969). p. 116.

Mas é sem dúvida nas verdades eternas onde a fé de José Antonio aparece mais clara, e são elas que configuraram especialmente seu pensamento.

Já em 1922 a revista *Raza Española* publicava um poema, *A profecia de Magalhães*, em que José Antonio falava serenamente da morte.

“É infinito o mar, a vida, curta,
nosso poder, pequeno,
mas não recuaremos! Que importa a nossa morte,
se com ela ajudamos a alcançar este sonho?
Se a morte é tão bela,
que importa sucumbir no esforço?
Não importa que morramos! As estrelas
que deixam nossas rápidas caravelas
jamais hão de se apagar; por seu rastro
virão buscar novos caminhos
outros braços marinhos
da nossa religião e da nossa raça...”⁷⁹.

Ele tinha uma ideia bastante clara da importância da morte; por isso, uma de suas preocupações foi estar preparado, até porque nunca gostava de improvisar.

Em 24 de março de 1934, caiu o estudante Jesús Hernández. O autor dos disparos, Miguel García Guerra, encontrou em José Antonio um acusador privado no julgamento do qual sairia absolvido em 10 de abril. Quando José Antonio voltava para casa, sofreu um atentado do qual saiu ileso. César González-Ruano o entrevistou poucos dias depois:

“—Por que teria feito sentido mais morrer naquela tarde?

Ele respondeu:

—Porque só se deve estar preparado para morrer. [...] Sou inimigo das improvisações”⁸⁰.

79 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 17, nota.

80 J. ARRARAS, *Historia de la Segunda República* cit., p. 318, nota 1.

Na véspera de sua morte, ele se despedia assim de seus irmãos:

“Em meio à tristeza de morrer tão jovem, me consola – e deve consolar também a quem leia isto – que outra vez não me pegaria despreparado para a eternidade”⁸¹.

Vejamos como na carta de despedida a sua tia Antónia ele falava de sua preparação para esse momento, em que esperava descansar em paz e ser recebido por Deus:

José Antonio se mostrou diante da morte profundamente humano; nada de estoicismo aparece em suas palavras.

“Espero a morte sem desespero, mas você verá que sem gosto; creio que ainda poderia ser útil na vida, e peço a Deus que me conserve”⁸².

Gostaria de continuar vivendo.

“Esta é quase a última carta que vou escrever, salvo que Deus tenha disposto que eu viva mais, como de todo coração Lhe peço. Não aprecio a morte, embora confie recebê-la com decente conformidade se não houver mais remédio”.

Inclusive teria gostado de morrer de outra maneira.

“Confesso-te que me horripila morrer fulminado pela rajada das balas... Gostaria de ter morrido devagar, em casa e em minha própria cama, rodeado de rostos familiares e respirando um aroma religioso de Sacramentos e recomendações da alma; ou seja, com todo o rito e a ternura da morte tradicional. Mas isso não se escolhe”.

“Porque sua alma era calorosamente religiosa”⁸³, anteporá a vontade de Deus à sua própria.

O pensamento da morte rondava sua cabeça já fazia tempo. Rafael Galcerán, estagiário de advocacia e companheiro inseparável, nos narra uma confidência na qual José Antonio, falando-lhe de ir à morte com

81 Carta de despedida a sus hermanos, em F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 503.

82 Carta de despedida a Ruiz de Alda. ibidem, p. 506. (94) Carta de despedida a Julian Pemartin, ibidem, p. 507. (95) Carta de despedida a Sanchez Mazas, ibidem, p. 503.

83 F. BRAVO MARTINEZ, *Jose Antonio ante la justicia roja* (Madrid 1941), p. 72.

dignidade, comentou que durante um pesadelo em sonhos havia vivido seu próprio fuzilamento⁸⁴.

Por isso, quando se enfrentou com o inevitável, adotou uma postura de dignidade humana, em tom de acordo com sua concepção da morte e à qual havia definido anteriormente como um ato de serviço, na concentração falangista do aeródromo de Extremadura em 3 de julho de 1934⁸⁵. E essa dignidade humana lhe deu serenidade até no preciso momento.

“Fui eu quem se encarregou do comando do pelotão. [...] Quando lhe avisaram que havia chegado o momento não se notou nenhuma mudança em seu rosto”⁸⁶.

Uma testemunha muito próxima dos fatos de 20 de novembro de 1936 foi seu irmão Miguel. José Antonio chegou a pedir-lhe que o ajudasse a morrer com dignidade. Dignidade humana que surge na forma tão natural de responder ao miliciano cuja pressa, enquanto José Antonio se vestia, na manhã do fuzilamento.

“Como só se morre uma vez, é preciso morrer corretamente”⁸⁷.

Mas, junto a esse empenho por enfrentar a morte com dignidade, encontramos em suas palavras a ajuda da fé. Por isso sua morte não é a de um estoico, mas a de um cristão⁸⁸. A fé lhe proporcionou conformidade e resignação. No testamento falará de “decoro resignado”; na carta de Sánchez Mazas de “decoro resignado”, embora o motivo que alegue seja demasiado humano: não querer desistir “junto ao sacrifício de tantas mortes frescas e generosas”⁸⁹; e na dirigida a seu tio Antón de “conformidade cristã”⁹⁰; e a Miguel lhe pedirá ajuda e oração.

84 R. GALCERAN, em D. y M., p. 184.

85 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 186. nota. (Em sua minina linha escrevia em F.E., 1-II-1934, p. 6: “A morte é um ato de serviço, nem mais nem menos. Não há, pois, que adotar atitudes especiais ante os que caem...”)

86 LL. SANTA MARINA, *Hacia Jose Antonio* (Barcelona 198), p. i a l. Recolhe o relato de uma testemunha presencial, alegado por Alfredo Antigüedad R. (100) M. PRIMO DE RIVERA, em *Vértice*, 111-1939.

87 M. PRIMO DE RIVERA, em *La Nación*, de Buenos Aires. 19-III-1939; recolhido por A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 241.

88 A oração fúnebre, em D. y M., p. 71.

89 1. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 953.

90 Carta de despedida a su tío Antón, F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 506.

“Miguel, ajuda-me a morrer, a morrer com dignidade, a morrer como dispõe a Igreja.

Meu irmão queria que não nos dominasse a emoção e que não oferecêssemos àqueles homens que nos odiavam o espetáculo de uma fraqueza. Usamos os quinze minutos para cumprir o último desejo de meu irmão, que quis morrer cristãmente⁹¹.

Miguel não especifica mais, mas pelo teor do texto quase se adivinha que passaram os últimos minutos da despedida rezando.

José Antonio se enfrentou com a morte pensando no que o esperava depois. E isso fortalecia sua resignação e apoiava sua dignidade humana.

Depois de dar de presente o casaco que usava porque “no outro mundo não faz frio⁹², e antes de beijar com devoção o crucifixo⁹³, animará os companheiros que iam morrer com ele.

“Ânimo, rapazes, isto é questão de um momento! Alcançaremos uma vida melhor!⁹⁴.

Acreditava em outra vida depois da morte. Havia afirmado isso em ocasiões anteriores. Quando começa a defender a memória de seu pai, falará das “regiões da paz eterna⁹⁵. No funeral de Matías Montero, depois de um lacônico elogio, disse:

“Que Deus lhe dê seu descanso eterno⁹⁶.

Acreditava na existência do Tribunal de Deus. Em 1935, quando o risco já lhe havia familiarizado com a morte, dizia a Raimundo Fernández Cuesta:

“Quando comparecermos eu e os que me odeiam diante do Divino Tribunal que há de nos julgar a todos, tenho a certeza de que os sicários

91 A. ANTIGUEDAD, *Jose Antonio en la cárcel de . . .* Llicioac. *Un gran reportaje con Miguel Primo de Rivera* (Madrid), p. 64.

92 A. DEL RIO CISNEROS. *Los procesos cit.* p. 241. 1 A. Atl I I QUEDAD, o. c., p. 64.

93 J. ZUGAZAGOITIA. *Historia de la Guerra de España* (Buenos Aires 1940 p. 248.

94 Ibidem, p. 247, y A. ANTIGUEDAD. o. c., p. 64.

95 *La hora de los enanos*, em ABC, 16-111-1931.

96 S. PAYNE, *Falange. Historia del Fascismo español* (París 1965), p. 46, nota.

reconhecerão o tremendo equívoco em que se encontravam e me pedirão perdão“⁹⁷.

Confia na misericórdia divina e dirá a seu último confessor:

“Aguardo agora o Juízo de Deus“.

97 A. DEL RIO CISNEROS, *Jose Antonio, abogado* cit. p. 66. (112) Ibidem, p. 70.

CAPÍTULO II

PERFIL HUMANO

“Ao querer exaltar a figura de José Antonio, chegamos a torná-lo quase um mito. E, a meu modo de ver, sua maior importância está em que era um homem como todos os homens, capaz de fraquezas, heroísmos, quedas e arrependimentos.

[...]

Partimos do ponto de que era homem, embora homem excepcional”¹.

Com estas palavras bastante autorizadas, por virem de sua irmã, empreendemos a análise de como era José Antonio. Como em todo homem encontramos luzes e sombras, e o jogo de ambos elementos ajuda, como sempre, a definir sua personalidade.

II.1. Nobreza de seu caráter

Uma das características mais marcantes de sua personalidade foi a nobreza. O termo nos remete a uma pessoa que tem sentimentos elevados.

“Nunca o vi em um só movimento que pudesse ser atribuído à inveja e muito menos a um interesse mesquinho. Estimava tudo o que era estimável”².

Uma das coisas que rejeitava totalmente era a inveja. Em abril de 1933, quando se censurava o fascismo, José Antonio respondia desfazendo tais acusações e analisando os possíveis motivos.

“Alimentam nelas objeções: o oculto desejo de se proporcionar uma desculpa ideológica para a preguiça ou a covardia, quando não para o defeito nacional por excelência: a inveja, que é capaz de estragar as

1 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 9.

2 R. SERRANO SUÑER, *Semblanza de José Antonio joven* (Madrid 1959), p. 24.

melhores coisas só para que não deem a outrem semelhante ocasião de brilho“³.

A nobreza ditou as retificações em sua vida, porque sentiu necessidade de pedir perdão e o fez. Quase sempre os motivos provinham da mesma raiz, o mau gênio, que em algumas ocasiões não dominava. Junta-se ao seu amor-próprio, o que os conhecidos chamavam de “a cólera bíblica”.

Uma das pessoas que mais tempo passou junto a ele, já desde a infância, Raimundo Fernández Cuesta, responde à pergunta do jornalista sobre a maneira de jogar futebol de José Antonio: “Jogava francamente mal; mas tinha tanto amor-próprio e tal paixão, que se irritava muito se lhe diziam isso”⁴.

Sua irmã Pilar diz sobre o tema: “Tinha José Antonio mau gênio, sobretudo com Miguel, segundo em idade imediatamente depois dele, e muito amor-próprio para os estudos”.

Mais adiante prossegue: “Um dia vimos chegar a José Antonio carrancudo e acreditamos que o haviam reprovado também. No entanto, tinha sido aprovado; só que ele acreditava merecer uma nota mais alta e daí veio seu descontentamento”⁵.

Seu mau gênio lhe causaria alguns transtornos, inclusive nos encontros com os juízes, como veremos.

Seus seguidores conheciam essas debilidades de seu caráter. Francisco Bravo recorda como: “Repreendia suavemente pelo comum; mas às vezes o assaltava a ira e então era temível”⁶.

Era ele, por outra parte, o primeiro em reconhecer tais defeitos, que ficavam obscurecidos por suas grandes virtudes⁷, e em lutar para corrigi-los.

3 S. DAVILA y J. PEMARTIN, *Hacia la historia de la Falange*, I (Jerez 1938), p. 24.

4 A. ANTIGUEDAD, *José Antonio en la cárcel de Madrid* cit., p. 26. (5) Pilar PRIMO DE RIVERA. o. c., p. 10.

5 Ibidem.

6 F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit., p. 68. Segundo Pilar, um tema que tirava José Antonio do sério era a injustiça.

7 S. DAVILA, *José Antonio, Salamanca y otras cosas* (Madrid 1967). p. 28. (9) F. BRAVO MARTINEZ, o. c., p. 68. (10) Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 28.

“Pois não estou satisfeito. Deixei-me levar pela ira e agora estou arrependido. Temo, com este gesto inútil, ter dado a pior lição que em todos estes momentos poderiam receber nossos camaradas”.

Comentou José Antonio depois da cena violenta com os juízes na prisão de Madrid. Nessa ocasião rasgou e pisoteou sua toga de advogado, ao ver como se forçava a justiça.

E Agustín del Río acrescenta: “José Antonio mostrou por aqueles dias (julho de 1936) o verdadeiro desgosto que a si mesmo lhe produziam os excessos de seu caráter, cada vez mais propenso à irascibilidade”⁸.

A cólera lhe inspiraria as palavras que, segundo Arrarás, proferiu ao ser tirado da prisão de Madrid na noite de 5 de junho de 1936: “Nos levam estes canalhas a aplicarmos a lei de fugas.

—Dentro de pouco tempo —grita— farei levantar um patíbulo neste mesmo pátio para vocês!”⁹.

Por isso, em quase todas as cartas com que se despediu de seus colaboradores mais íntimos há alguma súplica de perdão.

Na dirigida a Ruiz de Alda, já falecido: “Perdoem-me todos, e a você de maneira especial, o que às vezes eu possa ter ferido com as farpas de meu caráter”¹⁰.

Na enviada a Sánchez Mazas: “Perdoe-me [...] o insuportável do meu caráter. [...] Te asseguro, creio que se ainda Deus me evitar morrer, seria em diante bem distinto”¹¹.

Da mesma forma na escrita a Fernández Cuesta e Serrano Súñer¹².

Dois temas conseguiam encolerizá-lo especialmente: a fragmentação da Espanha e a falta de linha clara na conduta. Mas sobre isso falaremos mais adiante.

No entanto, não era rancoroso.

8 A. DEL RIO CISNEROS y E. PAVON PEREYRA. *José Antonio, advogado* cit., p. 61.

9 J. ARRARAS, *Historia de la Cruzada* cit, p. 514.

10 Carta de despedida a Ruiz de Alda, F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 506.

11 Carta de despedida a Sánchez Mazas, ibídem, p. 505.

12 Carta de despedida a Fernández Cuesta y Serrano Súñer, ibídem, p. 505. (16) S. DAVILA, o. c., p. 28.

“E sempre estava a ponto para esquecer um ataque ou para perdoar uma ofensa”¹³.

Assim, quando Manuel Delgado Barreto, diretor de *La Nación*, jornal no qual havia colaborado com frequência, atacou a Falange, escreverá uma carta sentindo tal mudança de atitude, mas em que não haverá dureza alguma.

“Me dói que fique esse recorde de uma amizade longa. Não lhe invejo em sua situação de agora, mas tampouco lhe guardo rancor”¹⁴.

O mesmo ocorreu com a ruptura do marquês de la Eliseda com a Falange. Nele havia encontrado a Falange em seus inícios o principal apoio econômico para seus gastos, até que o marquês se afastou porque disse que o movimento “não era suficientemente católico”¹⁵.

Sua nobreza o levava a tratar com consideração até os mesmos adversários. Durante o comício de Sevilha de 22 de dezembro de 1935, José Antonio afirmou em seu discurso:

“Não temos recusado nunca uma luta de frente, não nos importa em esta manhã de domingo ser os primeiros em pedir o indulto de Jerónimo Misas”¹⁶.

Este condenado pela justiça havia sido declarado convicto, e confesso assassino do falangista Antonio Corpas¹⁷.

Ximénez de Sandoval narra como foi eliminada a candidatura de José Antonio nas eleições de 36. Seus seguidores perguntavam os nomes dos culpados. Mas

“Não houve maneira de acusar concretamente ninguém.

13 F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit., p. 68.

14 A. DEL RIO CISNEROS y E. PAVON PEREYRA, *Epistolario* cit., página 613.

15 H. R. SOUTHWORTH, o. c., p. 81. (Nesta obra, frente às razões da ruptura que expõem por uma parte o marquês de la Eliseda e por outra José Antonio -o marquês havia se retirado por não compartilhar o rigor de vida da Falange-, vid. F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 227, na qual cita a réplica que José Antonio enviou ao marquês desde as colunas de ABC, 31-XI-1934, Southworth agrega uma terceira, que não demonstra: o marquês de la Eliseda era um fervoroso monárquico; a Monarquia não se distinguiu precisamente pelo bom trato dado ao ditador, quando este caiu, coisa que José Antonio não lhe perdoou nunca. Pilar nos dizia no dia 11 de janeiro de 1974 que José Antonio não atuou nunca como um ressentido ante nenhum monárquico.)

16 F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 386.

17 *Ibidem*, p. 389, e A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 401.

Profundamente cristão, perdoava e esquecia”¹⁸.

Uma das pessoas que mais atacou a Falange, uma vez expulso dela em 16 de janeiro de 1935, foi Ramiro Ledesma. Em maio de 1936 Ramiro visitou José Antonio na prisão de Madri, e se reconciliaram definitivamente¹⁹.

No relato do último processo de José Antonio, em que o juiz instrutor, Federico Enjuto, aparece este diálogo que sustentaram juiz e réu, depois de pronunciada a sentença de morte:

— “Eu não o odeio, nem estou ressentido com seu proceder. Suponho que não poderia fazer outra coisa. — Fui insultado pelo senhor sem a menor consideração” (disse Enjuto). — “Acredite que me arrependo disso. Retiro todas as ofensas” concluiu José Antonio²⁰.

Ao despedir-se do pessoal da prisão de Alicante, na madrugada de seu fuzilamento, pediu perdão ao diretor e aos oficiais pelas moléstias causadas²¹.

As palavras do doutor Gandásegui na oração fúnebre as reforçam:

“Um dos ensinamentos e preceitos mais humanos e mais divinos, mais santificadores e mais civilizadores é o ensinamento e preceito do perdão das injúrias e do amor aos nossos inimigos. É claro que sem abalar as normas da justiça e sem descuidar das medidas de segurança e defesa que exige a ordem social e a vida da pátria.

Esses ensinamentos brilhavam no espírito de José Antonio e o preceito gravado estava em seu coração. Escreveu no nono parágrafo da introdução de seu testamento: *“Perdoo com toda a alma a todos os que possam ter me causado dano ou ofensa, sem nenhuma exceção, e rogo que me perdoem todos aqueles a quem deva a reparação de algum agravo, grande ou pequeno.”*²².

18 Ibídem, p. 389.

19 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 404.

20 Relato de Federico Enjuto, datado em Toulouse, de passagem para a América e aparecido em *La Nación*, de Buenos Aires, 14-VII-1938, em A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 391.

21 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., pp. 511-512; e A. DEL RIO CISNEROS, o. c., p. 247.

22 a oração fúnebre, em D. Y M., p. 72.

Stanley Payne nos refere a existência de duas notas que José Antonio redigiu em agosto de 1936. Nelas jogava de profeta e expunha o resultado de uma guerra civil, se ganhassem uns ou outros. Nada bom apresentava, como assegura Payne:

“Se ganhassem as esquerdas, ficaria destruída toda possibilidade de restabelecer os históricos fundamentos religiosos do catolicismo na Espanha. Se ganhassem as direitas, trariam consigo a mais negra reação, apoiada unicamente na força e asfixiariam as energias vitais da nação”²³.

Em ditas notas de José Antonio aparece:

“Uma única saída: a deposição das hostilidades e o início de uma época de reconstrução política e econômica nacional, sem perseguições, sem ânimo de represálias, que traga à Espanha uma paz tranquila, livre e atarefada”.

José Antonio não era rancoroso, ainda que apareça em ocasiões irônicas, até com uma ironia roçando a sátira²⁴. Os motivos foram proporcionados quase sempre por partidos de direita. Trataremos mais adiante do enfrentamento de José Antonio e da CEDA. Sirvam-nos agora, para apoiar a afirmação anterior, a ironia com que José Antonio respondia na F.E. às opiniões de Gil Robles sobre a Falange:

“Entre *El Heraldo* [periódico em que escrevia Gil Robles] e a *Acta Apostolica Sedis* há pouco mais ou menos a mesma distância que entre o anátema do senhor Gil Robles e o anátema do Vigário de Cristo”²⁵.

José Antonio nos refere que as palavras pronunciadas por ele, depois do fracasso de Gil Robles nas eleições de 1936, tinham unicamente um tom irônico. Segundo *La Voz*, José Antonio havia dito nesse dia na Direção Geral de Segurança que:

“Parecia que tivesse sido afixado tão cedo o colossal cartaz com a efígie de Gil Robles. Ele devia estar lá por três dias a mais, para que

23 S. PAYNE, *Falange* cit., p. 109. (28) *Ibíd*em, p. 110.

24 F. BRAVO MARTINEZ. o. c., p. 68 diz: “Amava a ironía mais que a sátira.”

25 J. A. PRIMO DE RIVERA, *Anatema*, em F.E., 1-III-1934, p. 1. (31) A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 623.

tivesse servido de escárnio e vergonha diante da Espanha e o tivessem queimado as multidões”.

José Antonio esclarecia na carta de explicação:

“Ao falar do enorme retrato do senhor Gil Robles na Puerta del Sol, fiz isso com um leve tom irônico, incompatível com a extensão dos desejos de incêndio e exemplaridade multitudinária. Os que me conhecem sabem que só muito raramente adoto tons demasiado solenes”²⁶.

Na *F.E.* de 12 de julho de 1934, com um artigo intitulado *Assim se governa*, chegava até à sátira mordaz. Tentava encurralar a Falange e sabia bem por parte de quem.

“Já sabemos quem inspira a perseguição. Mas o que magnifica esse rancor, que a inveja dos agentes da Ação Popular não nos tira o que ninguém nos dá”²⁷.

No entanto, nunca deixou que as maiores dificuldades o dominassem, como a contrariedade que lhe causou a prisão em Madri em 17 de março de 1936²⁸. Até via na perseguição “a réplica e a verdade irrefutável”, como escrevia a Eugenio Montes da prisão de Alicante²⁹.

Esses sentimentos elevados também o levariam a aprender e ensinar a obedecer. Seu pai havia pedido “máximo rigor e severidade para o recruta” quando o inscreveu em uma Companhia de Escoteiros³⁰. Ali aprendeu a obedecer.

Em 1934 ensinava assim:

“Os chefes podem se equivocar, porque são humanos, mas, pela mesma razão, também podem se equivocar os chamados a obedecer quando julgam que seus chefes erram. Com a diferença de que, nesse caso, o erro pessoal, tão provável como no chefe e muito mais provável, se soma à desordem que representa a negativa ou a resistência a obedecer”³¹.

26 *Ibíd.*, p. 653.

27 J. A. PRIMO DE RIVERA, *F.E.*, 12-VIII-1934, p. 1.

28 J. ARRARAS, *Historia de la Cruzada* cit., p. 461, e A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 191.

29 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 650.

30 A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado* cit., p. 4.

31 J. A. PRIMO DE RIVERA, *Disciplina*, em *F.E.*, 18-I-1934, p. 1.

Ensinaria a obedecer pedindo isso aos súditos e aos que os chefes comandavam³². E Lluys Santa Marina recordará como, naqueles primeiros tempos da Falange, o seguiam arrastados por sua nobreza, ainda que “sem compreendê-la às vezes”³³. Propunha uma vida exigente, para a qual era necessário ajudar-se mutuamente. Lembrava isso em 22 de novembro de 1933:

“Neste pequeno grupo que hoje inicia a luta não haverá superiores nem inferiores: somos como nos primeiros tempos da Companhia de Jesus, um grupo de homens de boa fé que devemos nos censurar uns aos outros para acertar”³⁴.

II.2. Profissional sério

Algo a destacar em sua vida foi a exigência consigo mesmo.

“A síntese de sua vida pode resumir-se como a de um homem cuja conduta está sempre sujeita à exigência, à precisão, à veracidade. Nunca fazia nada por sair do passo”³⁵.

Essa exigência o levou a aproveitar o tempo. “Porque perderia o tempo com as excursões de domingo”, deixou logo a Companhia de Escoteiros em que o havia alistado seu pai³⁶. E no mesmo dia em que, em 1931, alguém lhe perguntou se encontrava facilidades em seu trabalho:

“Extraordinárias, por todos os aspectos, ainda que, como lhe disse antes, nunca estou contente comigo mesmo. Sinto constantemente uma rebeldia, filha de um intenso afã de superação”³⁷.

Abriu caminho por si mesmo, sem servir-se em nada do poder de seu sobrenome. Na mesma entrevista, à qual aludiam as palavras anteriores, se lhe perguntou sobre os benefícios pessoais que lhe teria trazido o poder de seu pai:

32 J. A. PRIMO DE RIVERA, em *Arriba*, 9-I-1936, p. 1.

33 LL. SANTA MARINA, o. c., p. 95.

34 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 678.

35 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 17.

36 *Ibíd.*, p. 10. A própria Pilar nos recordava no dia 11 de janeiro de 1974 que em casa José Antonio não estava nunca com as mãos sobre os joelhos

37 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 163; recolhe uma entrevista publicada em *Crónica*, de Madrid, 3-VII-1931.

“Quer saber quanto eu ganhei durante o primeiro ano da Ditadura? Pois... mil oitenta e cinco pesetas. Exatamente. Como compreenderá, então eu não podia faltar ao trabalho, ainda que fosse por todas as recomendações que eu pudesse ter, e, em troca, ganhei tão pouco, porque isso mesmo me impedia de trabalhar com a tranquilidade de espírito e de consciência que eu precisava para estar seguro de mim mesmo. Justamente quando mais ganhei foi nos anos que se seguiram à Ditadura, já vê você”³⁸.

No exercício sério de sua profissão residia o segredo de sua eficácia. Pilar Primo de Rivera diz a respeito:

“Era indubitavelmente um apaixonado por sua profissão, um homem, como ele diria mais tarde, que sabe que a luz que entra cada manhã por sua sacada, vem iluminar a tarefa justa que lhe está destinada na harmonia do mundo”³⁹.

Dessa obrigação diária ele escrevia já em dezembro de 1930, em um artigo publicado pela *Unión Monárquica* sob o título *Espanha: a lançadeira dorme no tear*. Eram uns momentos muito politizados e José Antonio ridicularizava o fato de que não se falasse de outra coisa além de política.

“Todos nos sentimos médicos para diagnosticar o mal da Espanha, e nenhum repara que ele mesmo é uma parte desse mal. Muito mais útil que escrever cem artigos é pôr-se a fazer bem algo—, o mais modesto, ainda que seja consertar sapatos, dar corda em relógios, limpar os trilhos do bonde...

Pudera ressuscitar para nos governar o mais maravilhoso dos governantes, e a Espanha não se curaria. Não pode curar-se enquanto os carpinteiros não forem melhores carpinteiros, os matemáticos melhores matemáticos e os filósofos melhores filósofos.

[...]

Não há outro remédio que aplicar-se, cada um ao seu, à doce escravidão do trabalho. Seja nossa oração todas as manhãs: Te ofereço,

³⁸ Ibidem, p. 163.

³⁹ Pilar PRIMO DE RIVERA. o. c., p. 13.

Espanha, o trabalho que vou realizar durante o dia; para que te ponhas a caminho de ser perfeita; e não regatearei fadiga em minha tarefa até concluí-la com perfeição. Se não fizermos isso, não conseguiremos nada.”⁴⁰.

Nessa oração que José Antonio dirige, o posto de Deus parece ocupá-lo a Espanha. E dizemos parece, porque a grande carga poética que tem dificulta um pouco o sentido real. Para explicá-la em sentido de *estatolatria*, haveria que recorrer a outros textos paralelos; mas neles quase sempre há um fundo transcendente. Está mais em linha com a ideia do estilo de Ortega y Gasset, que ao falar da pátria costuma servir-se e utilizar os mesmos objetos que o culto reserva unicamente para tratar da divindade.

Não cremos, portanto, que se possa sustentar que José Antonio defendia um panteísmo estatal, pois com frequência se refere a Deus, cujos direitos estão por cima dos da pátria.

Dessa obrigação, da qual vínhamos falando, que cada um deve aplicar-se em sua tarefa concreta, voltava a falar no prognóstico para o ano de 1931, que publicou *La Nación* no dia 1º de janeiro:

“Quisera que o ano de 1931 trouxesse a cada espanhol um firme propósito de cumprir bem seu dever (com o “seu”); nada de lançar-se a fazer o “espontâneo” nos deveres alheios). Se não for isso no ano 1931,

40 J. A. PRIMO DE RIVERA, *España: la lanzadera duerme en el telar*, Unión Patriótica, 15-XII-1930, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., páginas 96-97. Estas últimas palavras soam um pouco estranhas, pois parecem resumir um certo panteísmo estatal. Mas, para poder julgá-las é necessário ter em conta a doutrina moral católica sobre o culto à pátria. Santo Tomás define a virtude da piedade como “um hábito sobrenatural que nos inclina a tributar aos pais, à pátria e a todos os que se relacionem com eles a honra e o serviço devidos” (2-2, 101,3). Por conseguinte, a pátria é sujeito da virtude da piedade, que nos inspira formalmente o culto e veneração à pátria, enquanto princípio secundário do nosso ser, educação e governo. Os deveres para com a pátria podem resumir-se num só: o patriotismo, definido como o amor e a piedade para com a pátria enquanto terra dos nossos maiores e antepassados. O patriotismo, bem entendido, é uma verdadeira virtude cristã. As manifestações do patriotismo são um amor de predileção sobre as demais nações, um respeito e honra à sua história, tradição, instituições, etc., um serviço como expressão do nosso amor e veneração (o principal serviço é o cumprimento fiel das leis), e a defesa, dando inclusive a vida, se chegar a ser preciso. Santo Tomás diz que, depois de Deus, a ninguém deve o homem mais que aos pais e à pátria, e como pertence à religião dar culto a Deus, assim também, em segundo lugar, pertence à piedade dar culto aos pais e à pátria (2-2, 101,1). A mesma palavra “culto”, que se pode traduzir por “serviço”, não tem a mesma força quando diz relação à virtude da religião que quando se refere à virtude da piedade. Por outra parte, a oração é um ato da virtude da religião, e a religião é uma virtude moral que inclina a vontade do homem a dar a Deus o culto devido como primeiro princípio de todas as coisas. Toda usurpação desse culto devido ao primeiro princípio é algo proibido pela moral católica.

que ocorra em 1931 e nos anos sucessivos me parece que valerá pouco para a Espanha”⁴¹.

E insistirá em julho do mesmo ano, na aludida entrevista publicada na revista *Crónica* de Madrid:

—Que ideais e aspirações o senhor tem?

—A vida, em linhas gerais, traz cada dia uma preocupação e um interesse novo. Isso é maravilhoso, vivê-lo íntima e intensamente, vendo sempre adiante com bons olhos e confiança. Em alguns momentos sinto o desejo de poder servir à Espanha de um modo grande e intenso. Certo é que pode servir-se desde qualquer ponto; mas eu, por ter vocação, gostaria de um posto de comando, no qual pudesse colocar toda minha pessoa e minhas energias a serviço da pátria”⁴².

E desse dever diário falava em 1934 com aqueles aldeões de Corral de Almaguer que lhe convidaram a beber uma copa⁴³.

José Antonio conhecia a dureza do cumprimento diário do dever, porque havia aprendido já em sua infância a “não buscar o cômodo: como não o espetacular”⁴⁴. Consciente do pouco atrativo que às vezes oferecem as incomodidades diárias, falava da necessidade de localizar esse sacrifício.

“Não é verdadeira abnegação, normalmente, aquela que escolhe a prova, mas sim a que a espera a todo instante, com o mesmo ânimo, que Deus envia. Costuma ser muito mais difícil suportar sem queixas as incômodas contrariedades cotidianas do que romper isoladamente, inflamado pela ocasião, em um ato heroico. Ao ato heroico nunca falta nunca, visto de longe, uma auréola atrativa; enquanto que a realidade diária é quase sempre, além de incômoda, prosaica. Assim, a culminação da virtude está no cumprimento constante e obscuro daquilo que se chama simplesmente dever”⁴⁵.

41 J. A. PRIMO DE RIVERA, *Pronóstico para el año 1931*, La Nación, 1-I-1931, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 100.

42 *Crónica*, de Madrid, 3-VIII-1931, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 163.

43 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 179.

44 Pilar PRIMO DE RIVERA. o. c.

45 J. A. PRIMO DE RIVERA, *El milagro de la Guardia Civil*, La Nación, 20-XII-1930, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 98.

Se nos textos anteriores se podia perceber muito atenuado o panteísmo orteguiano, parece que aqui o pensamento de José Antonio ganha outra altura, por seu claro matiz cristão.

No artigo citado, *O milagre da Guarda Civil*, insistirá na necessidade de apegar-se ao próprio dever, cada qual ao seu.

“Talvez o traço mais marcante de nosso caráter nacional consista na inclinação a —esquivar o dever—. Não por covardia —às vezes é mais difícil o que empreendemos do que o que deixamos—, mas por inquietude, por falta de —seriedade na vocação—. Raramente há espanhol que não se considere chamado precisamente àquilo que não lhe corresponde fazer. Se eu fosse ministro da Fazenda... —Como se deixassem governar o Banco da Espanha por um de nós...— E ao mesmo tempo que isso acontece renunciam em seu espírito às maravilhosas invocações que implantaria, se atrasam e se acomodam no cumprimento de sua verdadeira missão”⁴⁶.

Anos mais tarde, em 1934, voltava a tratar do tema, em um artigo publicado em *F.E.*, intitulado *Senhorismo*.

“O ocioso, convidado à vida sem contribuir em nada para as tarefas comuns, é um tipo destinado a desaparecer em toda comunidade bem organizada”⁴⁷.

Ainda demoraria para amadurecer seu conceito de pátria, como uma tarefa de todos, e já falava da importância do trabalho individual desde a perspectiva do bem comum. Foi no citado artigo milagre da Guarda Civil:

“Falta-nos quase por completo o sentido social, esse gosto de sentir-se parte de um todo harmônico, de comportar-se como peça essencial para que o conjunto da máquina funcione bem. Aqui se refere à Espanha; preferimos não passar de peça solta, com tal que seja independente, melhor do que entrar como roda secundária em um mecanismo maravilhoso. A aspiração de quase todos nós continua sendo, como escrevia Ganivet, a de sermos regidos por uma Constituição individual onde não haja mais que

46 *Ibíd.*, p. 98.

47 *F.E.*, 25-I-1934, p. 3.

um artigo: Este espanhol está autorizado para fazer o que lhe der vontade.”⁴⁸.

Encerramos este parágrafo com o aspecto de seu trabalho que mais respeito lhe proporcionou, inclusive entre seus próprios adversários: a seriedade. Pilar Primo de Rivera destaca essa faceta.

“Levantava-se ao clarear do dia para centrar as questões em seu ponto”.

Adquiriu logo notoriedade no exercício da advocacia, porque evitava as situações fáceis. Joaquín Arrarás assinala nele os instintos “da ordem, do sentimento do dever e da responsabilidade” revestidos “de um sentimento humano que lhes dá calor e cordialidade”⁴⁹.

“Desde o primeiro dia [de abrir o escritório]! impõe a todos respeito por seu decoro e honestidade.

[...]

Da honestidade profissional faz ordem e sacerdócio, e dissuade nobremente aqueles que lhe confiam assuntos contrários ao direito; atende e assiste aos pobres, com razão, quando a têm, e com generosidade sempre, e a todos quantos o consultam incute a convicção de que a advocacia é em si uma milícia a serviço da moral e da ética. – Tenho uma clientela de loucos – escreve por este tempo a Serrano Súñer – e ganho pouco dinheiro, mas estou contente.”.

Insistiremos, no momento de falar da lealdade, em uma série de aspectos mais dessa seriedade profissional.

II.3 Elegância no trato

Ramón Serrano Súñer, um de seus melhores amigos de universidade, tratou José Antonio o suficiente para conhecê-lo bem. Diz assim:

48 J. A. PRIMO DE RIVERA, *El milagro de la Guardia Civil*, ibídem, p. 99 (55) Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c. (56) Ibídem, p. 18.

49 J. ARRARAS, *Historia de la Cruzada*, I cit., p. 391. (58) Ibídem, p. 391.

“José Antonio era um homem muito cumpridor. Jamais deixava passar sem felicitar em um santo, nunca deixava de expressar sua congratulação pelo triunfo ou pelo êxito — grande ou pequeno — de um amigo, nem de fazer-se presente em seu infortúnio”⁵⁰.

Escrevia em 16 de julho de 1935 à sua tia Carmen, monja descalça, a quem recordava que não devia dar tanta importância a qualquer um que falasse mal dele.

“Meu magnânimo coração te perdoa nesta festividade da Virgem do Carmo”⁵¹.

Estava atento às festas importantes de seus amigos. Em março de 1934 escrevia a Pemartín desejando-lhe um feliz enlace matrimonial⁵².

Porém era nas cartas de agradecimento onde melhor exteriorizava a fineza de seu espírito. Como aquela de 15 de março de 1930, em que agradecia a Juan Ignacio Luca de Tena a condolência pela morte de seu pai. Dava-lhe graças especialmente por suas “palavras justas para confortá-lo”, ainda que não os “ligasse uma amizade íntima”.

“Se todos se comportassem como você comigo agora, que importariam as discrepâncias políticas?”⁵³.

Ou aquela outra, com a mesma data, dirigida a César González Ruano depois de uma entrevista.

“Li sua entrevista e agradeço muito sinceramente a forma afetuosa em que está feita. Meu horror à exibição se tranquilizou, em parte, ao receber de você, com tom inconfundível de sinceridade, a promessa de que não apareceria na entrevista nada que pudesse mortificar-me”⁵⁴.

Ou aquela anterior no tempo, com a qual, ao finalizar sua carreira, agradecia a seu pai tudo quanto se havia sacrificado por ele e, sobretudo, por haver tornado possível que fosse advogado⁵⁵.

50 R. SERRANO SUÑER, *Semblanza* cit., p. 24.

51 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 614.

52 *Ibíd.*, p. 586.

53 *Ibíd.*, pp. 563-564.

54 *Ibíd.*, p. 562.

55 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c.

Espírito fino, rejeitava de plano o mexerico. Em 1934, José Antonio escrevia na F.E. um artigo intitulado *Murmuração*.

“A Falange é milícia. E uma das primeiras renúncias que o militar exige é a renúncia à murmuração. Os soldados não murmuram. Os falangistas não murmuram. A murmuração é o esgoto, quase sempre covarde, de uma energia insuficiente para cumprir em silêncio com o dever”⁵⁶.

Preocupou-se especialmente em não causar incômodo a ninguém. Na declaração jurada de Diego Molina Molina, recolhida por Herbert R. Southworth, aparece o pedido que José Antonio fez ao sargento do pelotão de fuzilamento, de que lavassem o sangue que ficasse no pátio da prisão para que seu irmão não o visse⁵⁷. Jiménez de Sandoval recolhe a mesma petição, porém dirigida ao diretor da prisão. O destinatário não afeta, no entanto, o sentido da aplicação do texto⁵⁸.

Na véspera de sua morte, enquanto esperava a visita de seus familiares, pediu a Deus “calma e sangue frio” para não atormentá-los com um gesto de fraqueza⁵⁹.

Essa delicadeza o levava a ver-se em suas próprias dimensões. Ramón Serrano Súñer, falando da juventude de José Antonio, diz:

“Tinha um sentimento religioso muito honestamente humano, sabia-se um pobre pecador”⁶⁰.

Ele mesmo agradecia nestes termos um estudo grafológico de sua personalidade em 1929:

“Estou-lhe muitíssimo agradecido pelo estudo, mas me parece que deve ser mais amável do que sincero, pois não posso crer que, ao custo de algum pequeno defeito, como os que me descobre, haja em mim tantas coisas boas. Isto sim lhe digo de verdade: quando me julgo a mim mesmo, encontro sempre muitos mais motivos de descontentamento que de satisfação”.

56 F.E., 18-I-34, p. 1.

57 H. R. SOUTHWORTH. o. c., p. 163.

58 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 501.

59 *Ibíd.*, p. 507.

60 R. SERRANO SUÑER, *Semblanza* cit., p. 25. (70) A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 561.

Os pequenos defeitos aos quais aludia o estudo eram o conhecimento do próprio valor, e um “caráter algo impaciente”.

Seu amor pela verdade, como veremos na seção seguinte, o levava a pensar assim sobre a humildade:

“A pacífica posse da verdade é prêmio reservado aos humildes. Quase todas as grandes descobertas vieram por surpresa, quando menos estava a mente envaidecida por soberbo pressentimento da próxima conquista”⁶¹.

Sem dúvida alguma, essa simplicidade sua foi algo que não precisava forçar. Em 9 de janeiro de 1935 apareceu em *El Pueblo Vasco*, de San Sebastián, uma entrevista que lhe fazia José María de Salaverría. José Antonio começava dizendo que teria sido mais próprio ir à casa do jornalista, porque, além disso, naquele momento, tinha a casa em desordem.

“Acaso seria porque o senhor temesse...?”

– Não, não! Eu não temo nada – interrompeu-me sorridente [...]”⁶².

Continuava o jornalista:

“Este “yo no temo nada”, que Primo de Rivera pronuncia com toda naturalidade, lhe cai muito bem. [...] Mas em suas palavras não se disfarça o menor acento de fanfarronice infantil. Estou por assegurar que Primo de Rivera é a negação da jactância e empáfio”⁶³.

E essa simplicidade seria muitas vezes a razão de que o seguissem grupos inteiros de rapazes entusiasmados com seu porte elegante, inclusive quando mandava. Escrevia em uma carta datada de 20 de janeiro de 1936:

“Podes crer que não me sinto nunca “chefe” no sentido do externo e aparatoso. [...] A exibição, os aplausos, são cargas que devem levar-se sem cair na soberbia de crer-se superior às massas (coisa que não costuma ser verdade, porque nas massas há infinitas vidas humildes cheias de valor

61 J. A. PRIMO DE RIVERA. *Acerca de los intelectuales*, La Nación, 29-VII-1930, em A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit., p. 67.

62 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 366.

63 *Ibidem* p. 366.

profundo), mas tampouco na vaidade de crer-se mais porque aplaudem a um”⁶⁴.

E como conclusão, sirva-nos outra confissão sua no testamento:

“Arrastei a fé de muitos camaradas meus em medida muito superior ao meu próprio valor (demasiado bem conhecido por mim)”⁶⁵.

II.4. Leal

Leal é uma pessoa que guarda a devida fidelidade; por tanto, um homem de quem se pode confiar, porque é veraz. Quem ama a verdade, busca necessariamente a justiça. Daqui que pessoa leal seja quase sempre sinônimo de pessoa justa. Quando empregamos o termo “justo” o entendemos referido à virtude da justiça.

Se em José Antonio ressaltou alguma virtude, sem dúvida foi esta. Amava a verdade e isto lhe reportou o respeito até de seus adversários. Gil Robles, que dedica breves linhas a analisar os traços característicos dos grandes oradores parlamentários dos anos 30, chama a José Antonio “espírito sincero”⁶⁶.

“Seu amor à verdade e à justiça o leva sugestivamente ao conhecimento e ao serviço do Direito, com aquele apaixonado rigor que reclama a esclarecida certeza humana quando razão e coração concordam em nobres fins. José Antonio nos oferece a exemplaridade moral de sua inteligência, em busca infatigável do justo nas relações humanas”⁶⁷.

Sua formação jurídica seria e seus princípios morais fizeram dele um defensor equilibrado do justo.

A sua prima Nieves Sáenz de Heredia, que se empenhava em ter razão em certo pleito, lhe perguntou em certa ocasião:

-Se Deus quisesse conduzir-te ante o Supremo Tribunal dos Céus, insistirias na demanda pretendendo ter de vossa parte a justiça?

64 F. BRAVO MARTINEZ, *José Antonio* cit., p. 221.

65 J. A PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 953.

66 J. M.a GIL ROBLES. *Discursos parlamentarios* (Madrid 1971). p. 680.

67 A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado* cit., p. XVII.

-Não, nesse caso não insistiria -respondeu Nieves contristada.

-Pois fica sabendo que eu vos pergunto isso mesmo desde lá de cima⁶⁸.

Raimundo Fernández Cuesta, companheiro e colega, nos fala da importância que José Antonio dava aos critérios de moralidade.

“Farei constar, que, embora o amor que José Antonio teve por sua profissão foi grandíssimo, isto não lhe fez nunca acolher assuntos que estivessem em pugna com seu critério de estrita moralidade, e indicarei que não quis ocupar-se nunca do trâmite do divórcio”⁶⁹.

Conhecedor da existência de uma ordem moral objetiva, segundo a qual o divórcio, como contrário a uma propriedade essencial do matrimônio, se opõe a dita ordem moral, veremos como o rejeitava de plano, embora na legislação espanhola houvesse sido aprovado.

O amor à verdade o obrigava às vezes a ser duro, porque foi intransigente sempre neste terreno. Nos inícios de sua profissão como advogado, pelo ano de 1925, dizia em uma ocasião a Serrano Súñer que preferia uma clientela de “loucos” que deixava, inclusive pouco dinheiro,

“Aos excessivamente cordatos, a quem tenho que expulsar do escritório quando se mostram estranhados de que não me ponha do lado da iniquidade”.

E Serrano Súñer recorda também:

“Era sincero, e por sê-lo, implacável com toda sorte de simulações e duplicidades”.

Porque amava a verdade reconhecia os méritos de seus mesmos adversários, como naquela ocasião de 26 de fevereiro de 1925 em que o catedrático Jiménez de Astia se negou a dar uma conferência no Ateneo de Albacete, porque dias antes havia falado ali José Antonio. Depois de uns parágrafos em que assoma sua ironia, continuava sem ela fazendo ênfase na notabilidade como jurista de seu ofensor⁷⁰.

68 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 679.

69 *Ibidem*, p. 10. (80) *Ibidem*, p. 553. (81) R. SERRANO SUÑER, *Semblanza* cit., p. 25.

70 A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado* cit., p. 32.

Em maio de 1935 falava da falta de preparação política das direitas que tinham que suprir a “competência” com a “habilidade” e a “autoridade” com a “complacência” e os “favores”. Em dita ocasião, no entanto, se referia a Gil Robles como “merecedor de melhor destino”⁷¹.

No comunismo, do que o separava todo um abismo ideológico, localizou o bom que via nele, já que podia recolher-se “sua abnegação e seu sentido da solidariedade”⁷².

Quando se apresentou às eleições de 1931 manifestava a Luis Muñoz Lorente em uma entrevista publicada em *La Nación* de 30 de novembro, que o motivo de apresentar-se a deputado era o de defender a memória de seu pai.

“Não gosto de acusar a ninguém, embora, naturalmente, tampouco me agrade escutar acusações que considero falsas”⁷³.

Era inimigo também das recomendações, porque isso podia levar a injustiças contra outras pessoas⁷⁴. Encontramos uma exceção: foi quando pediu a Valledor que recomendasse os afiliados à Falange para a agência do Banco dos Previsores do Futuro⁷⁵. O interesse, sem dúvida, motivou tal atitude; mas as dificuldades que esses afiliados enfrentavam para conseguir emprego, justamente por serem falangistas, também devem ter influenciado José Antonio.

No que se manteve sempre inflexível foi na administração da justiça. “O que mais me repugna é o chantagem jurídico. Essa ideia de que, por algumas moedas, dadas na hora certa, possam colocar um inocente na cadeia, ou tirar de lá um canalha, é uma coisa que me revolta. Penso que nunca existirá uma pátria enquanto não existir justiça. E o primeiro passo é afastá-la radicalmente de qualquer contato político. O segundo, pagá-la bem. O terceiro, fuzilar sem hesitação o mau juiz”⁷⁶. Justiça igual para todos, pedia ele no manifesto de janeiro de 1936, antes das eleições. “No exercício de sua profissão, ele defendia “leis que com igual rigor sejam

71 *Arriba*, 9-V-1935, p. 1.

72 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 424.

73 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 127.

74 *Ibíd.*, p. 553.

75 Carta a Sancho Dávila, *ibíd.*, p. 604.

76 D. y M., reportagem feita a Serrano Súñer, e em A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado* cit., p. 33.

cumpridas por todos“; isso é o que falta. Uma extirpação implacável dos maus costumes inveterados: a recomendação, a intriga, a influência; uma justiça rápida e segura, que se alguma vez ceder, não seja por covardia diante dos poderosos, mas por bondade para com os humildes”⁷⁷.

Gozava de fama de incorruptível. “Porque este senhor [José Antonio] é incorruptível ao dinheiro e, o que é mais raro ainda na juventude, ao sucesso fácil. Renunciaria a todos os sucessos do mundo por não defender o que acredita ser uma injustiça. [...] Jamais atua como assessor ou conselheiro de sociedades anônimas. Nunca aceita salário. Não recomenda nem permite que ninguém recomende a juízes ou magistrados assuntos de seu escritório”⁷⁸, dirá dele Agustín del Río Cisneros. E ele mesmo referirá na polêmica sustentada no Parlamento com Burguete: “Não recebi salários em envelopes fechados da Telefónica, nem de ninguém”. Conserva-se a carta que enviou a don Pascual Ruiz Salinas, juiz de Primeira Instância de Almagro. Alguém alardeava de conhecê-lo e de poder influenciá-lo. José Antonio assegura não conhecer ditas pessoas: “Mesmo que a conhecesse [gente], guardar-me-ia muito bem, como me guardo sempre, de fazer a menor indicação ou recomendação a juízes e magistrados”⁷⁹. Continua a carta desculpando-se por ter que fazer tais declarações.

“Não há nada que possa me ofender mais do que a suposição de que posso influenciar os tribunais. [...] Mesmo que essa gente de que me falas tivesse sido minha amiga (o que não é, por sorte), teria feito o bastante ao me atribuir o que me atribui para perder minha amizade”.

Esta preocupação com a justiça lhe ditará alguns dos últimos encargos que faz a seus irmãos na véspera de sua morte.

“Faz anos que tenho guardadas 2.000 pesetas de uma pobre anciã chamada Práxedes Merino, da qual há antecedentes no escritório. Se não conseguirdes adivinhar seu paradeiro, nem o de seus parentes, empregai as 2.000 pesetas em obras de caridade.”

“Devo dois ternos ao alfaiate”⁸⁰.

⁷⁷ Arriba, 16-I-1936, p. 1.

⁷⁸ A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado* cit., p. 18. (91) *Ibíd.*, p. 18.

⁷⁹ A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 560. (93) *Ibíd.*, p. 560.

⁸⁰ Testamento, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 548.

II.5. Optimista ante a vida

Julián Pemartín conta que pelo ano de 1928, em uma reunião na qual estava José Antonio, alguém sustentava um critério pessimista da existência. (José Antonio lhe objetou impetuoso. Para ele, em cambio, a vida era tão fecunda que todos os dias dava gracias a Deus sinceramente por ter posto aquele manancial entre suas mãos”⁸¹).

O fato de que fosse seguido por uma juventude entusiasmada dificilmente poderia se explicar se não tivesse sido um otimista, ou seja, uma pessoa com uma ideia positiva das coisas e em primeiro lugar da vida. Por isso sentia repulsa dos programas “cheios de contras e baixos, e recordava que tal linguagem não era o seu”⁸².

O sentido religioso que possuía lhe fez ver as coisas pelas quais valia a pena jogar a vida. E quando as metas estão claras, enfrentar os meios, ainda que duros, para alcançá-las, costuma ser fácil.

“Porque jogar a vida é menos frequente do que parece. A vida não se joga nunca mais que por uma razão fortemente espiritual”⁸³.

Possivelmente foi esta ideia que o obrigou a pôr todos os meios para salvar uma vida que ainda podia ser útil. “E que não me concedeu Deus para que a queimasse em holocausto à vaidade como um castelo de fogos de artifício”⁸⁴. Captou também a capacidade de emenda que possui a própria vida, e por isso deu entrada na Falange a pessoas cujo passado havia sido obscuro.

Em 19 de janeiro de 1935 escrevia uma carta a Juan Pujol, diretor do diário *Informaciones*, de Madrid. Em dito periódico se havia publicado um artigo, cujos acertos José Antonio agradecia, mas que vertia a seu turno uma série de erros sobre a Falange. Analisavam-se “os componentes e algumas de suas defecções” com expressões depreciativas. Escrevia José Antonio:

81 J. PEMARTÍN, em D. y M., p. 45.

82 J. A. PRIMO DE RIVERA, discurso de Zaragoza de 26 de janeiro; nele ele julgava a campanha eleitoral. *Arriba*, 30-I-1936, p. 2.

83 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 163.

84 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. XXII. São palavras do próprio José Antonio em seu testamento.

“O elemento que se introduziu na Falange das JONS não consistia em “uma legião de indocumentados procedentes do campo marxista“, prejudicial para “toda essência pura, mística e profundamente espanhola de nosso Movimento“. Os antigos marxistas incorporados à Falange das JONS conduzem-se de um modo intachable e aportaram o sentido profundo de totalidade e de disciplina que nos meios marxistas se adquire. O mau era um grupo -não legião- de pessoas cultivadas, fora de todo ideal político, nos fundos infrassociais mais turvos da vida humana. Estes elementos, revolucionários de aluguel, são os que tiveram que sair da Falange das JONS, não por estabelecer unidade de pensamento, nunca rompida entre nós, mas por higiene”⁸⁵.

Na entrevista, já aludida, que publicou *El Pueblo Vasco*, de San Sebastián, o jornalista dá como uma razão de otimismo de José Antonio:

“José Antonio vê-se que é incapaz de reter em sua alma qualquer espécie de poço enfermiço; sem dúvida [...] porque a conformação de sua personalidade está feita para o otimismo”⁸⁶.

Acreditamos que era otimista porque encontrou sentido à sua vida, precisamente servindo aos demais.

II.6. Espírito de serviço

O doutor Gandásegui resumia assim toda a vida de José Antonio na oração fúnebre: “Ele soube viver e, sobretudo, soube morrer, como um servo bom”⁸⁷.

Em 1933 publicava uma carta no ABC, na qual tentava esclarecer a Juan Ignacio Luca de Tena o que era o fascismo. Nela se lê: “Só se alcança dignidade humana quando se serve. Só é grande quem se sujeita a preencher um lugar no cumprimento de uma empresa grande”⁸⁸.

85 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 606. Raimundo Fernández Cuesta nos dizia no dia 12 de janeiro de 1974 que José Antonio se referia a um grupo que acompanhou a Ansaldo.

86 *El Pueblo Vasco* de San Sebastián, 9-I-1935, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 366.

87 A oração fúnebre, em D. y M., p. 69.

88 J. A PRIMO DE RIVERA, ABC, 24-II-1933, em O. C., p. 47.

Serviço, em primeiro lugar à pátria. Conhecia o aforismo de Horácio *Dulce et decorum est pro patria mori*. Mas, “bem entendido, que o patriotismo alcança sua culminação heroica não só quando se morre pela pátria, mas quando se sacrifica abnegadamente por ela”⁸⁹.

Nesse afã de serviço à Espanha, foi à frente com seu exemplo e com sua palavra. Em 20 de agosto de 1933 dizia em Torrelavega, falando do serviço à Espanha:

“Para acender essa fé nova não basta uma maneira de pensar, faz falta um modo de ser: um sentido ascético e militar da vida; um gozo pelo serviço e pelo sacrifício, que, se for preciso, nos leve, como a cavaleiros andantes, a renunciar a todo regalo até resgatar a amada cativa que se chama nada menos que Espanha”⁹⁰.

No comício de Carpio del Tajo, disse entre outras coisas em 27 de janeiro de 1934: “A vida não vale a pena se não for para queimá-la no serviço de uma empresa grande”⁹¹.

Este serviço é tarefa principal do chefe; em Haz, 12 de outubro de 1935, escrevia no artigo *Acerca da revolução*: “O chefe não deve obedecer ao povo; deve servir-lhe que é coisa distinta; servir-lhe é ordenar o exercício do mando para o bem do povo, procurando o bem do povo regido, ainda que o próprio povo desconheça qual é seu bem; ou seja, sentir-se de acordo com o destino histórico popular, ainda que se discorde do que a massa apetece”⁹².

Anteriormente havia escrito em *La Nación* com o título *O heróico silêncio*:

“Para merecer o título de governante não basta oferecer à pátria os melhores esforços; não basta esgotar a saúde e ofertar a vida pelo bem do povo que se governa; não basta afastar-se de quantos cuidados exigem a família e a fazenda próprias. É preciso chegar a mais: o desapego de toda recompensa, inclusive daquela que consiste no aplauso público. Deus quis fazer do ofício de governante um escolhido entre os escolhidos. Por isso,

89 J. CORTS GRAU. *Curso de derecho natural*, 4.ª ed. (Madrid 1970), p. 449.

90 Resenha de *La Nación*, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., páginas 177-178.

91 F.E., 1-III-1934, p. 7.

92 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 663.

sem dúvida, permitiu que os mais ilustres diretores de povos colhessem amarga safra de ingratidões. Tal foi o maior sinal de privilégio que pôde outorgar-lhes: privar sua missão de todo regalo humano; deixá-la em sua qualidade nua e gloriosa de “dever”⁹³.

Esta missão só pode cumprir-se com o sacrifício. Exige tudo e sem recompensa humana muitas vezes. E José Antonio, que havia recebido da Providência quanto um homem pode ambicionar, “Foi capaz de abandonar tudo, de sacrificar tudo, precisamente pelo serviço de uma causa (...), o serviço da Espanha”⁹⁴.

Renunciou a outros possíveis rumos de sua vida, de menos riscos e inseguranças⁹⁵ por essa urgência de serviço à Espanha.

“Eu fui também dos que aspiraram a viver em sua cela. Mas não podemos nos isolar na cela. Primeiro, porque sobe da rua muito ruído. Depois, porque o desentendermo-nos do que passa fora não seria servir ao nosso destino universal, mas converter monstruosamente nosso destino em universo.

A função de serviço, de artesanato, cobrou sua dignidade gloriosa e robusta. Ninguém está isento -filósofo, militar ou estudante- de tomar parte nos afãs civis. Conhecemos este dever e não tratamos de burlá-lo”⁹⁶.

Esse sacrifício que imprimia à sua vida, e que posto no dilema de escolher entre sua namorada e a Falange se decidiu pela última, fez muito atraente sua pessoa. Foi o primeiro na renúncia. Quando morreu Matías Montero, em 9 de fevereiro de 1934, José Antonio se encontrava caçando. Em meio ao remorso comentou:

“Minha saída ao campo de hoje é o último ato frívolo a que assisto em minha vida”⁹⁷.

Com sacrifício ia formando a seus seguidores para a luta consciente, o diria mais tarde, de que “as almas como os corpos se forjam no

93 *La Nación*, 12-II-1930, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, página 23.

94 J. SUE VOS, *Vida, obra y muerte de José Antonio* (Almería 1949). p. 11.

95 A. DEL RIO CISNEROS. *Los procesos* cit., p. XII.

96 *Ibíd.*, p. XII. (111) *Ibíd.*, p. X.

97 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 19.

sacrifício”⁹⁸. Nos Pontos Iniciais da Falange se dizia bem claro: “Os que chegarem a esta cruzada terão que prestar o espírito para o serviço e para o sacrifício”⁹⁹.

E lhes ensinará a viver com privações naqueles viajes de propaganda, quando se carecia de meios. Entregavam-lhes dez pesetas para dez dias.

“Uma peseta não é muito em si. Mas pensai que quem a leva sois falangistas. Se for necessário, compartilhai-a com alguém mais pobre que vós, não duvideis em fazê-lo. E se for possível -o é porque vós sois jovens e alegres, e a juventude e a alegria sempre são acolhidas com carinho e calor em todas as partes- essa peseta vos deve sobrar e deveis devolvê-la ao regresso”¹⁰⁰.

Em segundo lugar, serviço aos demais, porque “Estamos feitos para viver socialmente, para aprender uns dos outros e ir-nos polindo com o atrito”¹⁰¹.

E fará mais atraente sua figura com a união que propunha de sacrifício e alegria.

“Não sejais, em nome da pátria, mal-humorados e elegíacos. Estes não ajudam de certeza a trazer a primavera. Em nome da pátria levai como coisas sagradas e inseparáveis tragédia e alegria. Ao longo de todo o mistério da História uma é sempre como o enigma da outra. O segredo do 'aleluia!' de Belém, era a tragédia, mas o segredo do 'consummatum' do Calvário era a alegria. Nosso ritual vai repetindo sobre todas as coisas da Espanha: Jubilate, amém!”¹⁰².

Novamente nos encontramos ante uma terminologia para a qual cabem três explicações:

- ou uma divinização do Estado, que víamos difícil em José Antonio;
- ou uma herança orteguiana, mais poética que panteísta -Pilar Primo de Rivera recolhe na conferência citada como “Ortega sentia o orgulho de

98 *Ibíd.*, p. 447. nota. Palavras com que renunciou a que lhe levassem à cadeia comida especial.

99 F.E., 7-XII-1933. p. 7.

100 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 237.

101 *La Nación*, 29-VII-1930, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 66.

102 F.E., 1-III-1934, p. 1.

ter influenciado a mente de José Antonio”. E no dia 11 de janeiro de 1974 nos dizia que José Antonio admirava a Ortega-;

- ou a mesma religião cristã, que lhe falava desse limite em que o humano e o divino se unem na Pessoa de Jesucristo.

Só com a terceira de ditas explicações se pode pedir tanto quanto ele exigia; ou seja, só quando se transcende o plano meramente humano se pode propor uma vida tal de renúncia. Parece, por outra parte, que pedia tanto porque estava em jogo a defesa dos interesses espirituais também. Dizia assim no Parlamento, ao julgar os sucesos de Astúrias de outubro de 1934:

“Ninguém joga a vida por um bem material. Os bens materiais, comparados uns com outros, se pospõem sempre ao bem superior da vida. Quando se arrisca uma vida cômoda, quando se arriscam umas vantagens econômicas é quando se sente um cheio de um fervor místico por uma religião, por uma pátria, por uma honra ou por um sentido novo da sociedade em que se vive.

Teria sido muito bom que o senhor presidente do Conselho de Ministros, capaz de torcer tantas vezes suas crenças quando assim servia à verdade ou à pátria, nos houvesse dito: “É certo, não há mais que duas maneiras sérias de servir: a maneira religiosa e a maneira militar -ou, se quiserdes, uma só, porque não há religião que não seja uma milícia nem milícia que não esteja aquecida por um sentimento religioso-; e é a hora já de que compreendamos que com esse sentimento religioso e militar da vida tem que restaurar-se a Espanha”¹⁰³.

E só quando se lute e haja ressurgido a pátria, se poderá obter descanso. “Só então logrará esse repouso que é o melhor descanso que dá Deus nosso Senhor para os heróis que foram mártires pelos pecados de sua geração”¹⁰⁴.

É possível pensar que José Antonio separasse perfeitamente os conceitos Pátria e Deus? Pode alguém que fez dita separação, quando lutou

103 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 330.

104 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 217.

pela pátria, esperar o prêmio da parte de Deus? Ou é que estando em jogo os interesses religiosos de um povo morrer pela pátria é morrer por Deus?

Os termos “militar” e “religioso” parecem falar de duas realidades distintas: o militar levaria à defesa heróica da pátria, ao que obriga a virtude da piedade; o religioso falará de outra exigência muito maior para com a pátria, mas não por ela mesma, senão por essa realidade que está por trás da virtude da religião: Deus. José Antonio parece que distingue claramente ambas as realidades, inclusive objeto de virtudes distintas; mas não como mundos isolados, senão como algo que se entrelaça constantemente. Não há confusão entre eles. Mas dificilmente pode o homem dissecá-los. Quando José Antonio fala do serviço à pátria, precisamente porque é um homem religioso e sincero, não pode eliminar este transfundo, objeto de outra virtude, que influi e informa o primeiro.

Nesse limite de entrelaçamento de Deus e pátria pode colocar-se o pensamento de José Antonio.

CAPÍTULO III

PENSAMENTO RELIGIOSO DE JOSÉ ANTONIO

Há uns pontos chaves na doutrina de José Antonio que nos ajudam a perfilar sua personalidade religiosa. Em muitos deles se vê uma linha clara, na qual, sem dúvida, influiu sua mesma formação; em outros se observa como um incômodo de peça que não acaba de encaixar em uns moldes preparados.

É conveniente recordar que a atividade de José Antonio se desenvolveu ao longo de quinze anos, pouco mais ou menos, e que a data limite foi 20 de novembro de 1936. Se olvidarmos isto, podemos tergiversar seu pensamento; não podemos julgá-lo com o que mais tarde deparem os tempos em matéria doutrinal.

Encontramo-nos com um homem que se definiu a si mesmo “católico convencido”, como víamos já, e com uma doutrina da Igreja que tem também uns órgãos de interpretação. Vejamos, se podemos fazer nossa a afirmação citada do doutor Gandásegui em “A oração fúnebre”: “José Antonio [...] filho [...] dócil, bom, fervoroso, amorosamente rendido à Santa Mãe a Igreja Católica”¹.

III.1. Sua postura ante a Igreja

Ponto focal de sua doutrina religiosa foi o das relações Igreja-Estado. Gabriel Jackson diz simplesmente: “[José Antonio] era partidário também da separação da Igreja e do Estado”².

Veremos em primeiro lugar o que ensinava a Igreja a respeito, para analisar posteriormente o ensino de José Antonio.

¹ A oração fúnebre, em D. y M., p. 69.

² G. JACKSON, *The spanish Republic and the Civil War, 1931-1939* (New Jersey 1965), p. 179.

A completa separação entre a Igreja e o Estado havia sido condenada por todos os Papas, desde Pio IX a Pio XI. Figurou com o número 55 entre os erros do Syllabus³.

Leão XIII repetiu a mesma condena na maioria das ocasiões em que falou das relações entre a Igreja e o Estado: na encíclica *Cum multa* de 8 de dezembro de 1882⁴, *Humanum genus*, de 20 de abril de 1884⁵, *Immortale Dei*, de 1 de novembro de 1885⁶, *Libertas praestantissimum*, de 20 de junho de 1888⁷, *Au milieu des sollicitudes*, de 16 de fevereiro de 1892⁸.

Pio X incidirá na doutrina de seu antecessor na encíclica *Vehementer nos*, de 11 de fevereiro de 1906⁹.

Pio XI o fez em diversas ocasiões, mas nos referiremos, por ir dirigida à Espanha, à encíclica *Dilectissima nobis*, de 3 de junho de 1933¹⁰.

Citamos expressamente dois dos textos aludidos, para poder ver além disso o que se entendia por separação entre a Igreja e o Estado.

Leão XIII escrevia na *Libertas praestantissimum*: “Muitos pretendem a separação total e absoluta entre a Igreja e o Estado de tal forma que todo o ordenamento jurídico, as instituições, os costumes, as leis, os cargos do Estado, a educação da juventude, fiquem à margem da Igreja. Como se esta não existisse. Concedem, no máximo, aos cidadãos a faculdade, se quiserem, de exercitar a religião em privado. Contra estes liberais mantêm seu vigor os argumentos com que temos rejeitado a teoria da separação entre a Igreja e o Estado, com o agravante de que é um completo absurdo que a Igreja seja respeitada pelo cidadão e ao mesmo tempo desprezada pelo Estado”¹¹.

Em 15 de outubro de 1931 as Cortes da Segunda República Espanhola aprovaram, por 175 votos contra 59, a lei referente às

3 *Doctrina Pontificia*, II. *Documentos Políticos* (Madrid 1958), p. 33.

4 P. GALINDO, *Colección de Encíclicas y Documentos Pontificios*, I (Madrid 1962), p. 30.

5 *Ibidem*, p. 38.

6 *Ibidem*, pp. 57-58.

7 *Ibidem*, pp. 71 y 78.

8 *Doctrina Pontificia* cit, p. 309.

9 *Ibidem*, p. 384.

10 P. GALINDO, o. c., p. 130.

11 LEÃO XIII, *Libertas praestantissimum*. *Doctrina Pontificia* cit., p. 256.

Confissões e Associações¹². O Papa Pio XI enviou a encíclica citada, em que se lê:

“Temos visto com amargura de coração que nela, já desde o princípio, se declara abertamente que o Estado não tem religião oficial, reafirmando assim aquela separação do Estado e da Igreja que, desgraciadamente, havia sido sancionada na nova Constituição.

Não nos detemos agora a repetir aqui quão gravíssimo erro seja afirmar que é lícita e boa a separação em si mesma, especialmente em uma nação que é católica em quase sua totalidade. Para quem a penetra a fundo, a separação não é mais que uma funesta consequência [...] do laicismo, ou seja, da apostasia da sociedade moderna, que pretende afastar-se de Deus e da Igreja”¹³.

O Papa expõe brevemente os danos que se seguem de tal separação: se atenta contra a juventude que se pretende educar sem religião, se profanam os direitos sagrados da família e se ataca a mesma autoridade civil, que a longo prazo não é acatada nem respeitada. Em nome da lei e da liberdade que invoca a mesma se infere um ataque unicamente à religião católica, que é vigiada e limitada no ensino e no exercício do culto¹⁴.

A Igreja não só condenava os regimes que advogavam pela separação, senão que além disso, sobre os católicos que favorecessem dita separação, pesava uma condenação expressa:

“Os católicos, por consequência, nunca se guardarão bastante de admitir e promover tal separação. [...]

Mas na França [...] a Igreja não deve ficar situada na precária situação que tem à força em outros povos. Menos ainda podem os católicos favorecer esta separação, desde o momento em que conhecem perfeitamente os propósitos que abrigam os adversários, defensores da separação”¹⁵.

12 C. SECO SERRANO, *Historia de España*. VI. *Época Contemporánea* (Barcelona 1958). p. 31.

13 PIO XI, *Dilectissima nobis, Doctrina Pontificia* cit., pp. 628-629.

14 PIO XI, *Dilectissima nobis, Doctrina Pontificia* cit. pp. 629-630.

15 LEÃO XIII, *Au milieu des sollicitudes, Doctrina Pontificia* cit., p. 310.

Esta doutrina pontifícia foi muito repetida pelos bispos das distintas nações. Para o caso da Espanha contamos com a pastoral *Horas graves*, escrita pelo doutor Gomá em 12 de julho de 1933, aos poucos dias de tomar posse da sede primada de Toledo¹⁶.

Temos, por tanto, duas ideias fundamentais no Magistério ordinário da Igreja: a condenação da separação entre a Igreja e o Estado, e a condenação de todo católico que favorecesse dita separação.

José Antonio falou certamente de separação entre ambas as potestades.

No comício do teatro da Comédia, de 29 de outubro de 1933, durante o ato fundacional da Falange, aludia já ao problema.

“Queremos que o espírito religioso, chave dos melhores arcos de nossa história, seja respeitado e amparado como merece, sem que por isso o Estado se imiscua em funções que não lhe são próprias nem compartilhe—como o fazia, talvez por outros interesses que os da verdadeira religião—funções que sim lhe correspondem realizar por si mesmo”¹⁷.

Nos Pontos Iniciais de Falange Española aparecidos no primeiro número de F.E., de 7 de dezembro de 1933, dedicava-se o apartado 8 ao espiritual. A ideia de separação entre a Igreja e o Estado voltava a insinuar-se, pois, afirmado o catolicismo como fundamento da reconstrução da Espanha, explicava-se assim o papel da Igreja:

“Tampouco quer dizer que o Estado vá assumir diretamente funções religiosas que correspondem à Igreja.

Nem menos que vá tolerar intromissões ou maquinações da Igreja com dano possível para a dignidade do Estado ou para a integridade nacional”.

Em outubro de 1934, teve lugar em Madrid o Primeiro Conselho Nacional de Falange Española das JONS (a fusão de Falange e JONS se havia realizado em 13 de fevereiro desse mesmo ano¹⁸. De dito Conselho

16 A. GRANADOS, *El cardenal Gomá, primado de España* (Madrid 1969), pp. 59-61.

17 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 67. (18) F.E., 7-XII-1933, p. 7.

18 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 144.

saíram os 27 Pontos programáticos que logo seriam reduzidos a 25. Neles se falava da separação da Igreja e do Estado, se bem incorporando o sentido católico à “reconstrução nacional”¹⁹.

A norma programática da Falange, redigida em novembro de 1934 e firmada por José Antonio, dizia no ponto 25:

“Nosso Movimento incorpora o sentido católico – de gloriosa tradição e predominante na Espanha – à reconstrução nacional.

A Igreja e o Estado concordarão suas faculdades respectivas, sem que se admita intromissão ou atividade alguma que diminua a dignidade do Estado ou a integridade nacional”²⁰.

Este era o programa religioso que José Antonio propugnava. Mas estaria dentro da condenação da Igreja a separação que ele propunha? Poderia um católico ver-se livre de dita condenação, não só “favorecendo”, mas programando ele mesma essa separação? Ambas as perguntas são de difícil resposta.

Evidentemente, não houve uma condenação explícita do Movimento posto em marcha por José Antonio, quando sim foram condenados outros programas políticos, como a Action Française pela encíclica *Nous avons lu*, de Pio XI, de 5 de setembro de 1926²¹, ou o próprio fascismo italiano, na medida em que se opunha à doutrina e à moral cristã – não o regime fascista em si –, pela encíclica *Non abbiamo bisogno*, que o mesmo Pontífice assinou em 29 de junho de 1931²².

19 C. SECO SERRANO, o. c., p. 76.

20 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 334.

21 PIO XI, *Nous avons lu, Doctrina Pontificia* cit., pp. 519-523. (Quando o marquês de la Eliseda rompeu com a Falange, uma vez aprovado o ponto 25 do programa doutrinal, deu como motivo, em um artigo publicado no ABC, 30-IX-1934, o entender que a Falange havia adotado em relação à Igreja uma atitude semelhante à da *Action Française*, condenada pelo Vaticano como herética. José Antonio, na réplica que o mesmo diário madrilenho publicava no dia seguinte, expunha as razões, segundo ele, da decisão do marquês de la Eliseda. Acrescentava que determinar a qualificação doutrinal da Falange não competia a ditas pessoas, já «que a Igreja tem seus doutores para qualificar o acerto de cada qual em matéria religiosa; mas que, desde logo, entre os doutores não figura até agora o marquês de la Eliseda», ABC, 31-XI-1934.)

22 PIO XI, *Nous avons lu, Doctrina Pontificia* cit., pp. 581-603. O doutor Gandásegui, arcebispo de Valladolid, disse na oração fúnebre de 20 de novembro de 1938: «A Espanha que sonhava o fundador da Falange é uma Espanha em consonância com o espírito espanhol e católico que informa, e anima, e vivifica e engrandece, e sublima o testamento de José Antonio.» Não parecem estar muito em tom tais palavras com as que refere Salvador de Madariaga a propósito da trasladação dos restos de José Antonio no dia 20 de novembro do ano seguinte: «O enterro das cinzas de José Antonio ao pé do altar da igreja de El Escorial deu muito que pensar ao episcopado, pois era sintoma de um novo espírito não tão respeitoso dos valores tradicionais da Espanha como vociferava serlo». vid. S. DE MADARIAGA, *España*. 6.ª ed. (México 1955), p. 701. *Ensaio de História contemporânea*.

Talvez a Falange Espanhola das JONS propusesse uma separação especial, que convém analisar mais a fundo. Segundo Francisco Bravo, autor do rascunho do programa:

“O ponto 25 foi o que mais fez pensar a José Antonio quanto à sua redação. Integravam a Falange homens de todas as tendências e origens. Muitos de sua velha guardia eram agnósticos ou indiferentes em matéria religiosa. Outros, em cambio, profundamente católicos. Era necessário reconhecer a espiritualidade e o valor histórico do catolicismo espanhol, incorporando-o à reconstrução nacional, deixando a salvo o totalitarismo estatal do Movimento e suas aspirações a que a função do Estado se desenvolvesse com plenitude de autoridade”²³.

Pode ter sido esta a razão, ou pode ter sido outra mais profunda. O certo é que José Antonio propunha uma separação com matizes especiais.

Nos textos aduzidos há um reconhecimento da Igreja e de sua própria missão. Os Romanos Pontífices falavam dessa separação que leva a “prescindir da Igreja”²⁴, ou ao menos “a separar por completo a política da religião”²⁵. E inclusive na *Dilectissima nobis*, Pio XI explicava a separação da Igreja e do Estado²⁶.

José Antonio não só reconhecia a Igreja, senão que em escala de sociedade a colocava em um nível pelo menos de igualdade ante o Estado, necessário para poder concordar com ela. Nos Pontos Iniciais da Falange lia-se:

“Quer dizer que o Estado novo se inspirará no espírito religioso católico tradicional da Espanha e concordará com a Igreja as considerações e o amparo que lhe são devidos”²⁷.

Em 24 de junho de 1934 José Antonio assegurava:

23 E. ALVAREZ PUGA, o. c., p. 66.

24 LEÃO XIII, *Humanum genus*, *Doctrina Pontificia* cit., p.

25 Id., *Cum multa*, *Doctrina Pontificia* cit, p. 30.

26 PIO XI, *Dilectissima nobis*, ibídem, p. 628.

27 F.E., 7-XII-1933, p. 7.

“Nós faremos uma Concordata com Roma na qual se reconheça toda a importância do espírito católico da maioria de nosso povo, delimitando faculdades”²⁸.

E no verão do mesmo ano em que se reuniu com representantes do Bloque Nacional e de Renovação Espanhola, firmando um acordo, conhecido com o nome de *Os dez pontos de El Escorial*, fixou-se no ponto oitavo:

“Diante da realidade histórica de que o regime religioso e o sentido da catolicidade são elementos substantivos da formação da nacionalidade espanhola, o Estado incorpora a suas fileiras o amparo à religião católica, mediante pactos previamente concordados com a Igreja”²⁹.

No pensamento de José Antonio havia, por tanto, uma ideia clara: cimentar a reconstrução da Espanha sobre o fundamento da fé católica, desterrada pela Constituição da Segunda República. O que entendia por “sentido da catolicidade” podem explicá-lo umas palavras de don Fermín Yzurdiaga, aparecidas em *Arriba España* em 6 de janeiro de 1937:

“A nosso juízo abarca dois pontos: um doutrinal e outro prático. O primeiro consiste na submissão ao dogma e reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja com caráter de sociedade perfeita, cujas potestades não as recebeu do Estado, senão diretamente de Jesucristo.

O segundo compreende o que poderíamos chamar a posta em marcha da doutrina. A recristianização da sociedade segundo a norma evangélica, reivindicando o verdadeiro sentido do catolicismo e desmascarando os hipócritas que a desprestigiam.

“O sentido pagão no culto à pátria e de subordinação à raça, à força, etc., que se observa em alguns movimentos estrangeiros de tipo análogo, se substitui no nosso por uma forte dose de espiritualismo, muito de acordo com nossa tradição. Esta é a mística da nova ordem que forjamos”³⁰.

28 F. BRAVO MARTINEZ, *José Antonio* cit., p. 70.

29 J. M.^a GIL ROBLES, *No fue posible la paz*, 2.^a edição (Barcelona 1968), p. 442, nota.

30 M. GARCÍA VENERO, *La Falange en la guerra de España: la unificación y Hedilla* (París 1967), p. 311.

José Antonio falava de garantias para o exercício do culto, enquanto Pio XI se referia na *Dilectissima nobis* às travas que, em nome da liberdade, punha a Segunda República. Em 24 de junho de 1934 José Antonio afirmava:

“O culto será respeitado e protegido”³¹.

E sobre o ensino religioso, ponto quase vedado na constituição republicana, José Antonio pedia aos mestres nacionais, através de folhas volantes que circularam em agosto de 1935:

“Ajudai-nos a salvar a Espanha. [...] Afastai do espírito das crianças todo sentimento de egoísmo individual e de classe; ensinai-lhes a crer em Deus”³².

Na concepção que tinha da Igreja não cabia misturar a religião com a política, nem se mostrava disposto a ceder neste terreno, que podemos considerar como chave para explicar muitas de suas afirmações³³.

Isto o levou, em seus anos universitários, a opor-se à criação de uma associação de estudantes católicos dentro da Universidade. Os demais estudantes, também católicos, ao opor-se a eles, seriam chamados “contratáticos”³⁴. Sempre foi contrário à política dos partidos que monopolizavam –politicamente– o catolicismo³⁵. Porque:

“Os católicos de fé robusta, sabedores de que a Igreja não impõe uma determinada profissão política, se irritavam contra aquela incesante involução dos titulares da fé.”³⁶.

Para o universitário José Antonio as associações estudantis deviam ter um específico propósito de estudo; o resto dividia³⁷. No entanto, “Criou-se a Associação Oficial de Estudantes, na qual logo surgiram discrepâncias. Sempre tem havido e haverá na Espanha gente católica que não se considera tal se não adjetiva de católicas todas as suas atividades –

31 F. BRAVO MARTÍNEZ, *José Antonio* cit., p. 70.

32 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 321.

33 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 12. No dia 11 de janeiro de 1974 Pilar nos falava do respeito com que José Antonio tratava qualquer tema religioso.

34 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 28, nota.

35 *Ibidem*, p. 28. Nestes momentos trabalhamos este tema.

36 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio* cit., p. 31.

37 A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado* cit., p. 15.

inclusive aquelas que nada têm a ver com as ideias religiosas. Necessitam, ainda dentro de um Estado, oficial e exclusivamente católico, qualificar de tal sua atuação. E se são estudantes não de ser católicos. E se operários, católicos. E se médicos, católicos. E se sacerdotes, católicos: Não basta a conduta, a devoção, a consciência. É preciso levá-lo no cartão, na lapela, no forro do chapéu. [...] Entre os estudantes, um grupo de boa fé e de reto propósito – em aliança com gente de quem não podemos opinar tão generosamente – sustentou a tese de criar, à margem ou dentro da associação, outra com caráter e definição católica – diz Serrano Súñer. José Antonio se opôs com toda a energia àquela perigosa desagregação. [...] José Antonio – para quem sempre foi uma preocupação a de separar o cristianismo do puramente eclesiástico –, como diria Zweig de Erasmo – se opôs a isso, empregando ante os estudantes dissidentes por católicos [...] e seus inspiradores políticos, o que Serrano Súñer denomina acertadamente o luxo de sua dialética impecável: O Estado chama e admite a todos os estudantes à Universidade. Nós não temos a culpa de que se exija de nós, por exemplo, uma confissão religiosa para gozar do ensino. Portanto, não plantem vocês um problema que o Estado não planta. Façam vocês associações para fomentar a piedade entre os jovens, mas não as façam para participar na Universidade profissionalmente, que é para o que o Estado nos convoca. Não invadam vocês a órbita do Estado. E em última instância: se vocês criam uma entidade estudantil com caráter de católica à margem da do Estado e sendo presumível que a do Estado conservaria alguns estudantes, é indubitável que estes estudantes aparecerão como menos católicos pelo simples fato de interpretar melhor as leis, e que se sua associação luta contra a deles – é impossível que a deles comece – para estar totalmente em contra da sua a definir-se como contrária à sua definição; ou seja, a ser contracatólica.”³⁸.

É conhecido, por outra parte, o interesse dos Romanos Pontífices, a partir de Leão XIII, por assegurar que as democracias cristãs estivessem “convenientemente controladas pelos bispos”³⁹. Desta forma, quando a

38 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., pp. 27-29.

39 E. E. Y. HALES, *La Iglesia católica en el mundo moderno, desde la Revolución francesa hasta el presente* (Barcelona 1962), p. 319.

Igreja perdeu o poder político no último terço do século XIX, continuou atuando na atividade política dos povos.

Na Espanha, “Um desses novos dirigentes conservadores era don Angel Herrera, diretor do influente diário financiado pelos jesuítas *El Debate* e chefe da Ação Católica. [...] Acreditava que a Igreja e seus membros tinham que se submeter ao Governo existente, enquanto este não lhes privasse das liberdades necessárias. Considerando a Monarquia como uma via sem saída para a Espanha, tratou de mobilizar as forças do catolicismo espanhol para um movimento político pragmático, orientado em um sentido parlamentar, vinculado aos interesses da Igreja, mas respeitoso com o Regime republicano”⁴⁰.

Quando triunfou a CEDA em 1933, o semanário falangista *F.E.*, em um artigo titulado *Triunfaram as direitas*, pronosticava sua futura atuação. Entre os pontos do programa se dizia:

“Reanudação das relações com o Vaticano. Já se fala de quem será favorecido com o cargo: é don Felipe Rodés, republicano de sempre, ex-ministro da Monarquia, tocado neste momento de catolicismo. O senhor Rodés é advogado de algumas ordens religiosas”⁴¹.

Joaquín Arrarás recorda que a aproximação da Ação Popular à República era tal que produzia as opiniões mais dispares:

“Os personagens mais conspicuos da CEDA justificavam a tática do partido. Não era improvisada nem caprichosa, mas muito estudada e com altas aprovações de Roma, onde se havia pesado minuciosamente o prós e os contras. Com efeito, o litígio entre posibilistas e intransigentes se dirimia na capital italiana com tanta intensidade como na Espanha. Como defensores eminentes da primeira posição figuravam monsenhor Tedeschini, núncio de Sua Santidade em Madrid; o cardeal de Tarragona, doutor Vidal y Barraquer; don Angel Herrera, e o prosecretário monsenhor Pizzardo. Do outro lado estavam o cardeal Segura e o arcebispo de Toledo,

40 S. PAYNE, *Falange* cit., pp. 19-20.

41 *F.E.*, 7-XII-1933, p. 4.

alarmados pelo que estimavam excessivas concessões em matéria doutrinal, que não admitia claudicações”⁴².

José Antonio encontrou dentro dos que se chamavam “católicos” esta clericalização dos assuntos temporais. Ele sabia, o que recordaria pouco depois E. Gilson, que se o laicismo havia levado à separação da Igreja e do Estado, muito pior inimigo podia resultar o clericalismo⁴³.

“Pois o clericalismo não é tampouco a religião nem a Igreja, e menos ainda, o dogma católico: é ao contrário uma das piores concepções que lhes ameaçam; a utilização da ordem espiritual com vistas a fins temporais, a exploração da ordem temporal sob a capa da religião”⁴⁴.

E já no comício do teatro da Comédia afirmou:

“Queremos menos palavreado liberal e mais respeito à liberdade profunda do homem”⁴⁵.

Nos Pontos Iniciais da Falange esclarecia ainda mais:

“A interpretação católica da vida é, em primeiro lugar, a verdadeira; mas é, além disso, historicamente, a espanhola”⁴⁶.

A continuação, depois de delimitar os campos da política e da religião, completaria sua postura nos pontos programáticos de outubro de 1934.

“O ponto 25, que se referia à Igreja, levantou uma tormenta de discussões. Na declaração se afirmava unicamente que não se permitiria a interferência da Igreja em assuntos seculares; ao mesmo tempo que se declarava explicitamente que a Falange era profundamente católica e totalmente respeitosa para com os fins religiosos da Igreja”⁴⁷.

José Antonio assinalava a necessidade da separação para sanar a mistura de política e religião, mas uma separação concordada e de mútua colaboração entre a Igreja e o Estado. Em *Arriba* apareceu em abril de

42 J. ARRARAS, *Historia de la Segunda República* cit., p. 310.

43 J. BECARUD, *Cruz y Raya (1933-1936)*, n.º 88 de *Cuadernos Tauros* (Madrid 1969), p. 24.

44 *Ibíd.*, p. 24.

45 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 66.

46 F.E., 7-XII-1933, p. 7.

47 S. PAYNE, *Falange* cit, p. 59.

1935 um artigo titulado *Esquema de uma política de aldeia* em que se falava dessa colaboração.

“E ali se começará por algo que não compete totalmente a nós, ao Estado, mas também por algo que o Estado deve regular em sua liberdade e ajudar em sua dignidade e esplendor. Na realidade se começará pela ajuda de Deus, pela organização do mundo moral, pela elevação da ordem religiosa. É necessário que o centro espiritual da aldeia seja a paróquia, como órgão supremo de sua moralidade. Defenderemos as paróquias de aldeia com mais tenacidade que as Universidades. Não nos gosta falar destas coisas por duas razões: 1.^a Porque excedem em sua totalidade à tarefa do Estado. 2.^a Porque jamais queremos fazer delas uma bandeira de engajamento eleitoral. Mas alguma vez é necessário. Nosso Estado havia de colaborar com a Igreja, oferecendo-lhes quantos meios temporais e legais estejam a nosso alcance para o robustecimento das paróquias camponesas (e das não camponesas também), para a reta formação do clero, para o vigor da hierarquia episcopal. Nada como a liberdade e fortaleza da Igreja, na esfera que lhe é própria, evita sua mistura deplorável com a política. Na aldeia, em torno da paróquia robustecida, poderiam funcionar com regularidade e sem misturar-se jamais com a política todas aquelas obras sociais católicas, que tanto podem fazer por elevar o mundo campesino e devolver-lhe suas melhores tradições”⁴⁸.

Defendeu, publicamente inclusive, os direitos da Igreja. Como exemplo ficou sua atuação no Parlamento na noite de 13 de novembro de 1934, enquanto se debatia o projeto da Lei de Associações. José Antonio se opunha a ele porque “Será absolutamente iníquo, será absolutamente perigoso e não terá nenhuma saída”⁴⁹.

Não quis servir-se da Igreja.

“Não era, pois, um católico profissional, desses que têm sido recentemente aludidos por um cardeal insigne, Ottaviani, que se servem do

⁴⁸ Arriba, 25-IV-1935, p. 1.

⁴⁹ J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 369.

catolicismo e o utilizam para seus assuntos e conveniências pessoais, políticas, econômicas, et sic de quan plurimus”⁵⁰.

Teve grande respeito pela Igreja e inspirou ao seu redor a mesma atitude. Este tema foi de não menor importância em suas relações com Ramiro Ledesma. Embora no Manifesto das JONS, anterior à fusão destas com a Falange, lesse-se “máximo respeito para a tradição religiosa de nossa raça”⁵¹, Ramiro Ledesma foi sempre o mais oposto a um clerical. Para ele o Estado tinha que ser mais forte que a Igreja católica.

“Nada acima do Estado! Portanto, nem sequer a igreja por muito Católica e Romana que seja” escrevia em *La Conquista del Estado*, de 16 de maio de 1931⁵².

É explicável que com expressões assim, Ledesma chocasse com José Antonio, cujo movimento propugnava uma postura diferente.

“Somente sua atitude para com a Igreja diferencia a Falange do fascismo de Mussolini: um falangista, ainda que seja ateu, respeita a Igreja católica como ideal histórico da Espanha”⁵³.

A Ledesma Ramos foi expulso da Falange sua hostilidade à Igreja, entre outras coisas⁵⁴. Enquanto que José Antonio teve sempre para com ela uma postura correta e enérgica⁵⁵.

50 R. SERRANO SUÑER, *Semblanza* cit., p. 25. A linha de José Antonio poderia estar melhor na expressada por Bergamín na revista *Cruz y Raya*. Um grupo de católicos franceses havia escrito uma carta a propósito do Governo da Áustria em que falava do «Governo oficialmente católico». Em março de 1934 escrevia Bergamín na dita revista um artigo no qual criticava dita postura nos seguintes termos: «Menos que nenhuma religião, o catolicismo pode adjetivar e adjetivar-se, amparando com seu nome divino a gestão, cesarista em definitiva de qualquer Estado, com êxito ou sem ele, e seja qual for sua forma ou seu estilo. Nem sequer para justificá-lo. Nem sequer para defender-se, que quizá seria este um modo profano de secularizar-se, uma secularização profanadora de sua própria razão.» Vid, *Cruz y Raya*, n.º 12, III-1934, p. 146. Jean Bécarud em sua pequena obra *Cruz y Raya* explica o possível sentido das palavras de Bergamín: «Não quer dizer isso que Bergamín relega a religião à vida privada, a esse célebre santuário da consciência, lugar comum de certos anticlericais, mas para ele —não é o catolicismo bandeira, nem cepa de nenhum partido—.» Vid, J. BECARUD, o. c., p. 20.

51 R. LEDESMA RAMOS, *¿Fascismo en España?* (Barcelona 1968), p. 98. (Parece que o ponto referente à Igreja que apareceu no Manifesto: «Máximo respeito à tradição católica de nossa raça. A espiritualidade e a cultura da Espanha vão enlaçadas ao prestígio dos valores religiosos» foi uma concessão de Ledesma Ramos a Onésimo Redondo. Assim como a declaração de Ledesma Ramos em uma nota das JONS em julho de 1933 que dizia: «Não constituímos um partido confessional. Não somos certamente confessionais, não aceitamos a disciplina política da Igreja, mas tampouco seremos anticatólicos.» Vid, H. R. SOUTHWORTH, o. c., p. 73.)

52 H. R. SOUTHWORTH, o. c., p. 73.

53 BROUÉ ET MICHÈLINE, *La Révolution et la Guerre d'Espagne* (Paris 1961), p. 34.

54 Ibidem, p. 34, nota.

55 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 229.

Eram ortodoxas a atitude e a doutrina de José Antonio? Vê-se que a separação proposta por ele é muito distinta da que condenam os documentos pontifícios. Frente ao desconhecimento da Igreja por parte do Estado que estes aduzem, José Antonio fala de concordata; frente à perseguição, se arbitra uma série de colaborações, de ajudas e de respeito. José Antonio rejeitou toda classe de confucionismo religioso-político; mas também havia sido esse o tema latente em toda a *Immortale Dei*, de Leão XIII. Na *Dilectissima nobis*, Pio XI condenava uma legislação que atentava contra os direitos da Igreja e dos mesmos cidadãos ao dificultar o ensino religioso e permitir o divórcio. José Antonio, como veremos logo, se opôs a tal legislação com seu programa de “separação”.

III.2. Espanha e Catolicismo

Se as relações entre a Igreja e o Estado preocuparam seriamente José Antonio, como acabamos de ver, foi talvez a ruptura entre duas realidades historicamente unidas, catolicismo e Espanha, o que mais o exasperou.

O catolicismo havia acompanhado a atividade política dos espanhóis ao longo de muitos séculos, e agora era arrancado da própria Constituição. Pública foi a afirmação de Azaña: “A Espanha deixou de ser católica”, no debate parlamentar de 13 de outubro de 1931.

José Antonio tinha ideias próprias sobre o assunto, mas, antes de examiná-las, convém recordar que o tema religioso foi um dos que fez encalhar a marcha do Regime republicano espanhol, instaurado pacificamente em 14 de abril de 1931. Talvez a razão deva ser buscada, como diz Ángel Ganivet, na ruptura da própria tradição levada a cabo pela Segunda República.

“Tudo o que na Espanha se construir com caráter nacional deve estar sustentado sobre os alicerces da tradição. Isso é o lógico e isso é o nobre, pois tendo-se arruinado na defesa do catolicismo, não caberia maior afronta que ser traidores com nossos pais, e acrescentar à tristeza de uma

derrota, talvez transitória, a humilhação de nos submetemos à influência das ideias de nossos vencedores”⁵⁶.

Antonio Ramos-Oliveira interpreta dito texto da forma seguinte:

“Ganivet acredita que a Espanha se encontra fundida com seu ideal religioso e que quem se empenhe em descatalizá-la perde o tempo”⁵⁷.

E afirma a continuação que se desfocou o tema religioso ao convertê-lo no problema fundamental da Segunda República Espanhola⁵⁸. Realmente diz que “o liberalismo espanhol” perdeu “a batalha com a Igreja católica no terreno político”, ainda depois de século e meio de anticlericalismo. Mas a razão não há que buscá-la no sentimento religioso do povo espanhol que ao se sentir ferido se levantou para defender sua religião, senão na oligarquia “pedestal” em que se apoiava a Igreja, relutante em fazer uma revolução social.

Não obstante, Ramos-Oliveira admite que o mal enfoque que o Governo republicano deu à questão religiosa acelerou sua ruína. Cita umas palavras de Azaña, nas quais o líder republicano se perguntava e respondia da maneira seguinte:

“Cada vez que repasso os anais do parlamento constituinte e quero discernir onde se jogou o porvir da política republicana e onde se atravessou a questão capital que tem servido para torcer o rumbo da política, meu pensamento e minha memória vão, inexoravelmente, à lei de Congregações religiosas, ao artigo 26 da Constituição, à política laica, à neutralidade da escola...”⁵⁹.

Depois acrescenta o mesmo Ramos-Oliveira:

“O principal erro estava, a meu entender, na solução unilateral dada pela República ao problema religioso.

[...]

“A ideia de negociar com Roma não tinha apenas partidários em 1931. [...] Três anos mais tarde, um tal Pita Romero se aproximava do

56 A. GANIVET, *Idearium*. 7.^a ed. (Madrid 1944). p. 29.

57 A. RAMOS-OLIVEIRA, *Historia de España*, III (México 1952), p. 112.

58 Ibidem, pp. 113-116.

59 A. RAMOS OLIVEIRA. o. c., p. 146. (61) Ibidem, p. 147.

Vaticano, humilhando a República e a Espanha, em solicitação de um compromisso. [...] A República Espanhola ia afinal a Canossa. Mas à Santa Sé não lhe urgía já [...] a Concordata”.

Vemos que, em definitiva, reconhece também a importância do problema religioso no fracasso republicano. Na mesma apreciação coincidem J. Vicens Vives e C. Seco Serrano.

Do primeiro são estas palavras:

“Em nome de um anticlericalismo oitocentista, superado no ocidente da Europa, decretaram uma série de medidas (expulsão dos jesuítas, substituição do ensino religioso, controle dos bens eclesiásticos, etcétera) que só exacerbaram os ânimos, sem buscar uma solução real aos problemas planteados”⁶⁰.

Vicens Vives afirma que a política anticlerical feriu “os sentimentos de convencidos republicanos e do neutralismo burguês que havia votado contra a Monarquia em abril de 1931”⁶¹. O extremismo dos dois primeiros anos no tema religioso colocou o Governo nas mãos da CEDA em 1933.

E C. Seco Serrano insiste em como em 1936 se havia culminado o ataque do anticlericalismo.

“Exceto no País Basco, no resto da zona republicana, o radicalismo anticlerical, que surgira em 1931, derivou para uma perseguição sistemática do sentimento religioso; os templos foram arrasados, e milhares de sacerdotes e religiosos de ambos os sexos sofreram o martírio.

Que durante meses e ainda anos – escreve Madariaga – bastasse o fato de ser sacerdote para merecer a pena de morte [...], é um fato plenamente confirmado”⁶².

As relações concordadas entre a Espanha e o Vaticano ficaram rompidas de fato durante o Governo republicano.

“Na prática, a Concordata de 1851 deixou de ter validade: o programa de ação antirreligiosa se manifestou primeiro na queima de igrejas de maio

60 J. VICENS VIVES. *Historia de España y América*, V (Barcelona 1961). pp. 148-149.

61 Ibidem, pp. 431-432.

62 C. SECO SERRANO. o. c., p. 315.

de 1931, e se concretizou depois na célebre frase *A Espanha deixou de ser católica*⁶³.

Pois mal foi instaurado o Regime, “A política laicista se concretizou imediatamente em um programa de cinco pontos: separação da Igreja e do Estado, abatimento das ordens religiosas, laicismo no ensino, secularização dos cemitérios e matrimônio civil e divórcio”⁶⁴.

A Segunda República se esforçou em dismantelar a Igreja, porque era um dos pilares da Espanha antiga que queria destruir⁶⁵.

José Antonio via esta realidade: uma pátria dividida por motivos religiosos, ao mesmo tempo uma Espanha fraca; e ao voltar-se para a História para ver como havia sido a Espanha grande, a encontrou apoiada na religião católica. Mas, além disso, ele era católico convencido da necessidade da religião católica. E homem de crenças e realidades, falará da necessidade de que a Espanha se reencontre a si mesma precisamente apoiada na religião. Enquanto os que programavam a reconstrução da Espanha, queriam fazê-lo prescindindo da religião, ao longo da atividade política de José Antonio, veremos como se expressava a respeito, o que pensava da religião e de sua necessidade ao falar da Espanha.

Na campanha eleitoral de 1933, ele dizia em Cádiz, no dia 12 de novembro:

“A Espanha, segundo nos dizem, já não é católica. A Espanha é laica. Isso é mentira. Não existe o que é laico. Diante do problema dramático e profundo de todo homem, perante os mistérios eternos, não se pode nos responder com evasivas. Ou é a voz de Deus que responde a essas perguntas, ou é a voz satânica do antideus, mesmo que disfarçada no sorriso hipócrita de don Fernando de los Ríos”⁶⁶.

E no dia 17 do mesmo mês, ele lembrava em Jerez de la Frontera:

“Segundo eles [os governantes do primeiro período de dois anos], já não há um único espanhol católico e a Espanha deixou de ser uma nação

63 Ibidem, p. 315.

64 V. PALACIO ATARD, *Cinco historias de la República y de la guerra* (Madrid 1973), p. 45.

65 Ibidem, p. 74.

66 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 74.

crente e, portanto, se a Espanha não fosse católica, teria que ser satânica; porque não se pode falar em povos laicos”⁶⁷.

Poucos dias depois, ele fundaria a Falange, e no início de dezembro apareciam os Pontos Iniciais de seu programa. O capítulo oitavo era ocupado por:

VIII. O Espiritual.

“A dimensão espiritual foi e continua sendo a força motriz decisiva na vida dos homens e dos povos.

O aspecto preeminente do espiritual é o religioso.

Nenhum homem pode deixar de formular as eternas perguntas sobre a vida e a morte, sobre a criação e o além.

A essas perguntas não se pode responder com evasivas: é preciso responder com a afirmação ou com a negação.

A Espanha sempre respondeu com a afirmação católica.

A interpretação católica da vida é, em primeiro lugar, a verdadeira: mas é além disso, historicamente, a espanhola.

Por seu sentido de catolicidade, de universalidade, a Espanha conquistou do mar e da barbárie continentes desconhecidos. Conquistou-os para incorporar aqueles que os habitavam a uma empresa universal de salvação.

Assim, pois, toda reconstrução da Espanha tem de ter um sentido católico”⁶⁸.

Ao longo de 1934 insistiu na necessidade do catolicismo para que a Espanha fosse o que tinha que ser. Em fevereiro apareceu um artigo em F.E., no qual, comparando a atitude de alguns de seus inimigos pessoais, que querendo convencer-se de que ele não existia, lhe dedicavam um “frio silêncio”, escrevia:

“Existem, quase sempre, as coisas das quais precisamente se diz que não existem com reiteração suspeita. [...] Aquele que disse que a Espanha

⁶⁷ *Diario de Jerez*, 18-XI-1933. em A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit., p. 216.

⁶⁸ F.E., 7-XII-1933, p. 6.

havia deixado de ser católica promoveu, imediatamente, a evidência do catolicismo espanhol”⁶⁹.

No número 11 de F.E. voltava a escrever no dia 19 de abril que as características espirituais do ressurgimento espanhol deviam ser as mesmas que fizeram da Espanha a “senhora do mundo”⁷⁰. E no número seguinte falava assim do século XIX, sob o título A Espanha que Desfaz:

“O século do liberalismo e do socialismo, e do futurismo e do egoísmo: mas com a ausência dos dois únicos ismos verdadeiros: o cristianismo de Jesus e o espanholismo de todos nós”⁷¹.

José Antonio creu ser possível também que o povo espanhol, ferido em seus sentimentos religiosos, se levantasse em armas, pois “Os espanhóis reagem sempre por estímulos espirituais, não por necessidades materiais”⁷².

Em 14 de março de 1936, ele lançava da Cárcel Modelo de Madrid o manifesto à Falange e a toda a Espanha.

“Como anunciou a Falange antes das eleições, a luta já não está travada entre direitas e esquerdas que se alternam no poder. [...] Hoje estão frente a frente duas concepções TOTAIS do mundo; qualquer que vença interromperá definitivamente o turno habitual; ou vence a concepção espiritual, ocidental, cristã, espanhola da existência com tudo o que supõe de serviço e sacrifício, mas com tudo o que concede de dignidade individual e de decoro pátrio, ou vence a concepção materialista, russa, da existência”⁷³.

José Antonio queria que a Espanha se encontrasse a si mesma, e não entendia uma Espanha sem a religião católica, pois o catolicismo se encontrava na própria essência da Espanha. Citamos o testemunho de uns intérpretes qualificados da Falange.

69 F.E., 1-II-1934, p. 1.

70 F.E., 19-IV-1934, p. 5.

71 F.E., 26-IV-1934, p. 3.

72 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 613.

73 F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 443.

Don Fermín Yzurdiaga sentiu-se atraído, precisamente, pelo sentido católico que José Antonio imprimia à Falange, e se alistou nela para seguir apoiando e potencializando dito catolicismo⁷⁴.

Federico Urrutia, entre as quatro razões supremas que justificam, segundo ele, a catolicidade da Falange, aponta:

“A segunda, a ânsia de que a Espanha se encontre totalmente a si mesma em sua missão evangélica e em seu destino cristianizador.

A terceira, a intransigência dogmática e ortodoxa dos postulados que nos legou José Antonio”⁷⁵.

E o mesmo autor fala do esforço da Falange por ressuscitar a alma católica da Espanha, já que sua história assinala talvez o mais alto grau de esforço ao serviço de Deus⁷⁶. Afirma também que a luta contra a religião se acentuou em 31 de abril de 1931.

“Para nos converter em uma massa de gado a seu serviço, o mesmo truque de sempre: descatolizar-nos. [...] Os vigaristas internacionais sabiam bem que assim como a Espanha cumpre a missão que conduz à sua grandeza somente do braço da Igreja, e pela razão superior de Deus, se converte em um povo indigno [...] no momento em que se aparta deste conceito, que é o nervo de nossa alma: Cristandade”⁷⁷.

“Concluimos esta seção com a explicação de Juan Beneyto Pérez acerca do que é incorporar o sentido católico.

“Alguns dos que precisamente censuram este ponto dos 25 Pontos Iniciais devem se dar conta do que significa isto de incorporar nada menos que o sentido católico. Se incorporássemos o catolicismo ou a doutrina canônica ou o espírito da Igreja, não faríamos um trabalho tão efetivo e poderoso. Incorporar o sentido católico quer dizer que unimos ao nosso Movimento a maneira propriamente tradicional de ser, inclusive com a prestância que há de dar-lhe o fato de reconhecer que é um valor que predomina.

74 Conversação mantida com ele, 24-III-1973.

75 F. de URRUTIA. *¿Por qué la Falange es católica?* (Madrid 1942). pp. 77-78.

76 *Ibíd.*, p. 9.

77 *Ibíd.*, pp. 61-63.

O catolicismo esteve unido a toda empresa nacional [...].

Não podia incorporá-lo crendo que dentro dele estava o vaticanismo internacionalista e demoliberal da última época, quando o Centro alemão e os populismos italiano, austríaco e espanhol puderam fazer imaginar uma liga cristã frente às internacionais judaico-maçônicas. Nada disso, não porque não sejamos católicos, mas porque somos nacionais e queremos ver o catolicismo fundido na Espanha, não como coisa que possa nos separar dentro da pátria. Por isso pedimos uma Concordata na qual se regulamentem as faculdades do Estado e as da Igreja sem que se admita intromissão ou atividade alguma que menoscabe a dignidade do Estado ou a integridade nacional. Isto é: não vamos repetir aqui as discussões sobre ensino, esportes, juventude, etc., que enfrentaram um dia o fascismo e a Igreja na Itália. Tudo isso está resolvido. ... Isso é tudo, e é bastante para dar a segurança de que o catolicismo da Falange é autenticamente espanhol e que nosso nacionalismo não cai nas censuras que a Igreja pode fulminar”⁷⁸.

III.3. Liberdade e dignidade humanas

Uma das acusações que se lançaram logo sobre a Falange foi que ela era inimiga da liberdade. No número 3 de F.E., de 18 de janeiro de 1934, rebatia-se dita acusação da forma seguinte:

“Os que tal dizem, possuem uma ideia obtusa e atrasada do que são os momentos necessários da relação política. Crêem que autoridade, hierarquia, ordem, disciplina são os inimigos da liberdade, quando são a liberdade mesma e somente como obra-prima da liberdade, entre homens soberanamente livres, têm existido e podem existir”⁷⁹.

Possivelmente a acusação foi motivada pelo mesmo discurso fundacional, no qual José Antonio se declarou abertamente contra o estado liberal, porque, segundo ele, os “cidadãos livres”, em um estado liberal, morrerão de fome, “rodeados da máxima dignidade liberal”⁸⁰. Quando

78 J. BENEYTO PÉREZ. *Genio y figura del Movimiento* (Madrid 1940), pp. 89-91.

79 Liberdade e Unidade, F.E., 18-I-1934, p. 1.

80 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 63.

concretizou a atuação da Falange em dito discurso, depois de rejeitar tanta “palavrería liberal” e de pedir “mais respeito à liberdade profunda do homem”, falou da necessidade de possuir “um sistema de autoridade, de hierarquia e de ordem”, e inclusive apelou ao uso da violência, se fosse preciso, para impô-lo⁸¹. Logicamente se explica a acusação.

José Antonio insistiu na ideia anterior no dia 3 de março de 1935 durante o comício do teatro Calderón de Valladolid.

“O homem tem que ser livre, mas não existe a liberdade senão dentro de uma ordem”⁸².

Convém recordar o quão recente estava a “revolução de Asturias” de outubro de 1934, a reação das pessoas de ordem, assim como a inação de Gil Robles, capaz de encaminhar dita reação, porque esperava “chegar ao poder investido de uma maioria absoluta”⁸³. José Antonio atribuía dita atitude a um afã desmedido de confederações, blocos e alianças, ou seja, a um sentido parlamentar da ação política, quando o que se necessitava era um Estado forte, capaz de fazer frente à desordem⁸⁴. Sem ordem reina a anarquia; e a liberdade não pode se dar junto à anarquia.

E essa ordem será colocada por José Antonio no retorno a duas realidades que o povo havia perdido: Religião e Exército. Quando no cinema Madrid se encerrou o segundo Conselho Nacional da Falange no dia 17 de novembro de 1935, José Antonio falou da maneira de levantar o povo.

“É preciso dar-lhe uma fé coletiva, é preciso voltar à supremacia do espiritual; a pátria, o sentido da Espanha havia sido arrancado do povo. Com isso foi se apagando das almas tudo o que conferia à existência dignidades de serviço coletivo; chegamos nós, espanhóis, a ver espetáculos como este: a sacerdotes e militares que, sitiados pela ironia, creram a sério que tanto a Religião como o Exército eram coisas chamadas a desaparecer, reminiscências de épocas bárbaras, e se afanavam por ser tolerantes, liberais, pacifistas, como para se fazerem perdoar a sotaina e o uniforme. A

81 Ibídem, pp. 66-67.

82 Ibídem, p. 425.

83 J. L. COMELLAS. *Historia de España Moderna y Contemporánea (1474-1965)* (Madrid 1967). p. 605.

84 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 425.

sotaina e o uniforme! O sentido religioso e militar! Quanto o religioso e o militar são os dois únicos modos inteiros e sérios de entender a vida!”⁸⁵.

José Antonio se mostrou intransigente ante duas verdades em perigo: religião e pátria. Como alicerce da reconstrução da Espanha, a religião católica, porque é a verdadeira; e uma Espanha que não seria grande pelo sistema parlamentar de um estado liberal, nem pela luta de classes de um estado socialista, mas por um estado forte e, “por ser de todos, totalitário”⁸⁶.

Mas defendia a liberdade religiosa. Em dezembro de 1933, depois de estabelecer como base que a reconstrução da Espanha tinha que ter um sentido católico, disse:

“Isto não quer dizer que venham a renacer as perseguições religiosas contra quem não o seja. Os tempos das perseguições religiosas passaram” (89).

E agregava no dia 24 de junho de 1934, depois de afirmar seu catolicismo:

“Mas a tolerância é já uma norma inevitável imposta pelos tempos. A ninguém pode ocorrer perseguir os hereges como há séculos, quando era possivelmente necessário”⁸⁷.

Francisco Bravo recorda, como víamos, que José Antonio era católico, mas tolerante com quem não o era⁸⁸.

E de Ledesma Ramos se recolhiam no semanário falangista F.E., de 22 de fevereiro de 1934, as seguintes palavras:

“Existem coisas inegáveis, indiscutíveis, que aos indivíduos e aos grupos não cabe senão aceitar, com entusiasmo ou não. Pois ainda que alguns poderes -como o da Igreja- não se sintam hoje com força moral -nem, desde logo, com desejos de esmagar hereges-, o que nos parece muito bem, porque somos, como a Igreja, partidários da liberdade religiosa de consciência -, há outros que em nome do interesse nacional, a vida

85 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 720.

86 Ibidem, pp. 61-69, e *Puntos Iniciales*, em F.E., 7-XII-1933, pp. 6-7. (89) Ibidem, pp. 6-7.

87 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 678.

88 F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit., p. 67.

grandiosa do Estado e o vigor da pátria, se mostram com suficientes raízes absolutas para esmagar a quem se situe fora ou contra eles”⁸⁹.

Entre os cargos que José Antonio fez ao “bienio terrível” no artigo *Espanha Estancada*, com que *Arriba* iniciava sua publicação no dia 21 de março de 1935, figurava a “Ofensa dos sentimentos religiosos. Foi uma verdadeira complacência na mortificação. Chegou-se à blasfêmia, à perseguição por professar ideias religiosas, ao apogeu de um anticlericalismo soez, já varrido do mundo”⁹⁰.

No entanto, rejeita o relativismo religioso. Disso dão testemunho sua posição ao estabelecer o catolicismo como base da reconstrução da Espanha, porque é a religião verdadeira, e um artigo aparecido em F.E., no qual tentava provar que Ortega y Gasset era antifascista, por frases do mesmo autor.

“Sua fé precisamente consiste em seu ceticismo da F.E. Em crer - como bom filósofo- que há muitas fés, e, portanto, nenhuma válida e verdadeira. Sua fé consiste na razão: um instrumento humano que só vale para destruir a F.E. Por onde Ortega, ao proclamar a supremacia da razão sobre a FÉ, anula a essência mesma do fascismo que é a FÉ sobre a razão”⁹¹.

Agustín del Río Cisneros, conhecedor profundo do pensamento de José Antonio, não tem nenhum reparo em afirmar de maneira rotunda:

“Se houve no século XX uma figura que personifique a defesa da dignidade humana frente à massificação materialista é precisamente José Antonio, paladino universal dos valores eternos do homem”⁹².

No prólogo ao *Epistolário e Textos Biográficos* insiste:

“Com um propósito de simplificação poderíamos ressaltar três linhas essenciais de seu pensamento: a consideração do homem como portador de

89 *El espíritu y decisión jonsista*, F.E., 22-III-1934, p. 10. (Extrato de parágrafos dos escritos de Ledesma Ramos. No entanto, Ledesma Ramos foi intransigente e duro em sua concepção da Igreja: aí começou parte de seu enfrentamento com José Antonio.)

90 *Arriba*, 21-III-1935. p. 1.

91 *Antifascistas en España*, F.E., 7-XII-1933. p. 12.

92 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos cit.*, p. XII.

valores eternos, que implica a prevalência da dignidade humana em todo o sistema de relações pessoais que configuram a vida comunitária...”⁹³.



“O conceito da pessoa humana, o respeito à sua dignidade [...] são ideias básicas, conceitos cardinais que, ou não se teriam invocado, ou não teriam tido o significado que José Antonio lhes atribui, se tivessem nascido de um cérebro de formação distinta da sua, de jurista”⁹⁴.

Ainda descontando toda a carga de panegírico que se observa em alguns matizes das afirmações, é fácil se dar conta da importância que José Antonio concedeu ao tema da dignidade humana. O homem, pelo mero fato de sê-lo, lhe merecia respeito já, extensivo inclusive a quem não pensava como ele. Aludimos à carta com que no dia 15 de maio de 1930 agradecia a de pêsames que lhe enviava Juan Ignacio Luca de Tena.

“Se todos se portassem como você, comigo agora, o que importariam as divergências políticas? O ruim é que, em geral, entre nós se trata os adversários como se não fossem homens, como se não fossem sensíveis; dando-lhes uns empurrões desconsiderados que fazem sangue no mais vivo dos sentimentos”⁹⁵.

Mas a razão suprema pela qual todo homem lhe merecia respeito era por ser um conjunto de alma e corpo. Por isso escreveu no dia 7 de dezembro de 1933 nos Pontos Iniciais:

“Assim, pois, o máximo respeito se tributa à dignidade humana, à integridade do homem e à sua liberdade”⁹⁶.

Francisco Bravo recolhe também a conversação mantida entre José Antonio e Unamuno, durante a visita daquele a Salamanca no dia 10 de fevereiro de 1935.

⁹³ Id., *Epistolario* cit., p. XII.

⁹⁴ Id., *José Antonio, abogado* cit., p. XII.

⁹⁵ Id., *Epistolario* cit., pp. 563-564.

⁹⁶ F.E., 7-XII-1933. p. 7.

“Unamuno: O que tenho lido de você, José Antonio, não está mal, porque sublinha isso do respeito à dignidade humana.

José Antonio: O nosso, don Miguel, tem que se assentar sobre esse postulado. Respeitemos profundamente a dignidade do indivíduo. Mas não se pode consentir que ele perturbe nocivamente a vida em comum”⁹⁷.

Na mesma ideia abundava ao pressentir, no dia 28 de março de 1935, que por causa do capitalismo, vazio de ideais altos, as juventudes

“Acabarão se alistando em outras doutrinas mais radicais, perdendo, quizá para sempre, os valores espirituais inerentes à dignidade humana e à liberdade do homem”.

Só o respeito que tinha à dignidade humana -“posto que o homem é um ser capaz de se salvar ou de se condenar”⁹⁸, pôde lhe ditar as palavras que dirigiu no dia 2 de maio de 1935 em Don Benito a um grupo de mulheres:

“A galanteria não é outra coisa senão uma fraude para a mulher. [...] Nos guardaremos muito bem de tratá-la nunca como uma tola destinatária de galanteios. [...] Tampouco somos feministas [...] Não somos nem galantes nem feministas. [...] Os movimentos espirituais, do indivíduo ou da multidão, respondem sempre a uma destas duas alavancas: o egoísmo e a abnegação. O egoísmo busca o logro direto das satisfações sensuais; a abnegação renuncia às satisfações sensuais em homenagem a uma ordem superior. Pois bem, se houvesse que atribuir aos sexos uma primazia na sujeição a essas duas alavancas, é evidente que a do egoísmo corresponderia ao homem e a da abnegação à mulher. O homem ...! é torrentemente egoísta; em troca, a mulher, quase sempre, aceita uma vida de submissão, de serviço, de oferenda abnegada a uma tarefa”.

III.4. Matrimônio e Família

Raimundo Fernández Cuesta afirma no prólogo à obra de A. del Río Cisneros e E. Pavón Pereyra, *José Antonio, Advogado*:

⁹⁷ F. BRAVO MARTINEZ. *José Antonio* cit., p. 85. (101) *Arriba*, 18-III-1935. p. 4.

⁹⁸ F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 229. (103) *Arriba*, 2-V-1935, p. 3.

“Indicarei que José Antonio não quis ocupar-se nunca do trâmite do divórcio”⁹⁹.

A razão há que buscá-la na ideia que tinha do divórcio. Contamos com o resumo periodístico do discurso de Sanlúcar de Barrameda do dia 8 de novembro de 1933. Nele “Combate o divórcio, que destrói os alicerces das famílias e dos povos sobre os quais se assenta a integridade da pátria”¹⁰⁰.

Na campanha eleitoral de 1933 dizia em Cádiz no dia 12 de novembro:

“A Espanha já não é uma reunião de famílias. Vós sabeis o que era de entranhável a família. Todas vós, as mulheres de Cádiz, as mulheres da Espanha, haveis cada uma constituído vossa família e pensáveis outras constituí-la também à espanhola, na única forma tradicional que nós podemos entender a família. Pois bem: já temos uma magnífica instituição que se chama divórcio. Com o divórcio já é o matrimônio a mais provisória das aventuras, quando a bela grandeza do matrimônio estava em ser irrevogável, estava em ser definitivo, estava em não ter mais saída que a felicidade ou a saída da tragédia, porque não sabem muito bem de coisas profundas os que ignoram que o mesmo nos entrañáveis empenhos do íntimo que nos mais altos empenhos históricos, não é capaz de edificar impérios quem não é capaz de dar fogo a suas naves quando desembarca”¹⁰¹.

No dia seguinte falava em Jerez com a mesma beleza de imagens, dentro da simplicidade de um léxico ao alcance dos mais humildes:

“A Espanha já não sente a família, pois com a Lei do Divórcio se amparou aos que nunca souberam constituir um lar e amparou a essas mulheres que não há quem as resista nem dez minutos. Em Arcos dizia há pouco: vós que haveis nascido e vivido em um lar onde o pai era a autoridade e a mãe o amor, o pai representava o trabalho e a mãe o perdão, como podeis agora compreender que vossas filhas, depois de casadas,

99 A. DEL RIO CISNEROS, *José Antonio, abogado cit.*, p. 11.

100 *La Unión*, Sevilla, 11-XI-1933, em A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario cit.*, p. 208.

101 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., pp. 74-75.

sejam abandonadas como se deixa o salão de espetáculos quando não agrada o filme?”¹⁰².

Tinha uma ideia clara do matrimônio; por isso, não consentia que fosse usado dito tema sem o devido respeito. Felipe Ximénez de Sandoval havia escrito em *Arriba*, de 24 de junho de 1935, um artigo. Nele atacava fortemente a CEDA por consentir as manobras do separatismo catalão. Ao tocar dito assunto introduziu um inciso, que causaria desgosto a José Antonio:

“Tenta-se também a reforma do artigo 43, no que se refere ao divórcio. Deixam passar por alto a ruptura do vínculo de unidade de destino entre os povos da Espanha, e se preocupam de que o divórcio matrimonial tenha escandalizado umas quantas afiliadas da CEDA”¹⁰³.

José Antonio perguntou pelo autor de dito artigo, ao interrogá-lo alguém sobre se a Falange era partidária do divórcio, e disse a Ximénez de Sandoval:

“Toma, lê isso e inteira-te do que penso e do que pensa a Falange do divórcio”.

A nota sairia no número 16 de *Arriba*. Dizia entre outras coisas, depois de afirmar que a Lei do Divórcio havia sido uma “espécie de corrupção” à qual urgia pôr cobro:

“Os autores da Lei do Divórcio, cautelosos, sabiam muito bem que às instituições profundas e fortes, como a família, não se pode combatê-las de frente, mas sim é preciso amolecê-las pelo halago da sensualidade e miná-las por procedimentos insidiosos. Assim, não lhes teria ocorrido pregar de modo direto a imoralidade familiar, mas sim se cuidaram de fomentá-la sorrateiramente com leis como a do divórcio.

Do ponto de vista religioso, o divórcio, para os espanhóis, não existe. Nenhum espanhol casado, com sujeição a rito católico, que é o de quase todos os nascidos em nossas terras, se considerará desligado de vínculo porque uma Audiência dicte uma sentença de divórcio. Para quem, além

102 *Diario de Jerez*, 18-XI-1933, em A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit- p. 252.

103 F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 252. (109) *Ibidem*, p. 252.

disso, entende a vida como milícia e serviço, nada pode haver mais repelente que uma instituição chamada a dar saída covarde ao que, como todas as coisas profundas e grandes, só deve se desenlaçar em maravilha de glória ou em fracasso sofrido em severo silêncio”¹⁰⁴.

No primeiro texto citado, José Antonio se opõe ao divórcio porque destrói a família, alicerce da pátria; neste último alega razões espirituais também.

Sua linha de pensamento se manteve reta. Voltou a insistir no final de 1935 em uma entrevista que lhe fez José Montero Alonso. Algumas das notas não se publicaram então, senão anos mais tarde na revista *Fotos*, de 18 de novembro de 1939:

“Matrimônio: a família é para nós a célula social indestrutível: a primeira das unidades naturais que o sistema liberal capitalista destruiu. E não admitimos que haja mais forma de construir e conservar indissolivelmente a família que o matrimônio”¹⁰⁵.

Falava da família como de algo permanente; é o que havia vivido em sua infância e já víamos que o calor do lar contribuiu em grande maneira a forjar sua personalidade¹⁰⁶. Recordava seus anos de educação familiar forte e carinhosa. O mesmo disse anos mais tarde em uma entrevista aparecida em *Crónica*, de Madrid, no dia 3 de julho de 1931:

“Todas estas impressões vão salpicadas de algum que outro tremendo castigo de meu pai, que já então era ditador. Imagine que ante qualquer coisa que fazíamos contrária a seus desejos nos metia em um quarto, com a particularidade de que deixava a porta aberta, e ali nos condenava a um encarceramento mínimo de oito dias, que se convertiam sempre em um quarto de hora, diminuídos por um indulto que não se fazia esperar”¹⁰⁷.

Ao fundar a Falange, colocará a instrução da infância e da juventude nas mãos do Estado. Mas aqui radicará uma das diferenças fundamentais entre o fascismo que propugna e o de Mussolini. No dia 24 de junho de 1934 dirá a Bravo:

104 *El divorcio*, Arriba, 4-VII-1935. p. 4.

105 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 434.

106 F. XIMENEZ DE SANDOVAL. o. c., p. 16.

107 *Crónica*, de Madrid. 3-VII-1931. A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit., p. 162.

“A infância será educada pelo Estado, mas os pais que quiserem dar a seus filhos uma instrução religiosa poderão utilizar os serviços do clero com plena liberdade. Como sustenta Mussolini - homem providencial dado à Itália -, segundo o Papa, a formação da infância e da juventude corresponde ao Estado. Um acordo inteligente sobre o particular evitará todo equívoco”¹⁰⁸.

José Antonio fazia esta observação depois da afirmação de seu catolicismo e de seus desejos de fazer uma concordata com Roma na qual se reconhecesse a importância do “espírito católico da maioria” dos espanhóis. Embora sobre o que pensava Mussolini do ensino religioso e da encíclica *Non abbiamo bisogno*, que José Antonio parecia não conhecer, falaremos na seção seguinte, convém recordar a data aproximada em que Pio XI pronunciou a frase referida a Mussolini; desde logo, antes de 1925 e, portanto, antes das perseguições ocasionadas à Igreja e que levaram o Papa a publicar a encíclica citada, na qual condenava o fascismo, embora não como sistema, mas em suas aplicações educacionais de estado totalitário.

Em dezembro de 1935, José Antonio pedia aos mestres nacionais que ensinassem às crianças a crer em Deus, depois de afastar delas todo sentimento de ódio e de egoísmo¹⁰⁹.

Em uma linha parecida, no teatro Calderón de Valladolid, na manhã do dia 16 de janeiro de 1936, se escutaram palavras que pediam pensar a quem se davam os votos - dessas eleições de que saiu em fevereiro a Frente Popular -, para que as almas das crianças não se gelassem entre as paredes do local-escola sem a luz de Cristo¹¹⁰.

Em agosto de 1936 dizia em unas notas redigidas na prisão de Alicante nas quais imaginava o que podia ocorrer em uma guerra civil, ao falar das vias de solução para conseguir uma pacificação construtiva:

“Autorização do ensino religioso submetido à inspeção técnica do Estado”¹¹¹.

108 F. BRAVO MARTINEZ. *José Antonio* cit., p. 70.

109 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 816.

110 *Arriba*, 16-I-1936. p. 2.

111 S. PAYNE, o. c. pp. 109-110.

Não especifica o que entendia por “inspeção técnica”. Mas soa a uma intromissão nesses terrenos que prometia delimitar na concordata. Claro que a “inspeção técnica” podia estar não em que ensino religioso se dava nem como se dava, mas sim se se dava e quando se dava. E isto não nos parece uma intromissão tão clara. Porque, do contrário, não se justificaria uma pretensão tal e menos em um católico. As palavras de Pio XI são muito precisas:

“É uma pretensão injustificável [...] a de que uns simples fiéis venham ensinar à Igreja e a sua cabeça o que basta para a educação e formação cristã das almas”¹¹².

III.5. Estados Totalitários

Não é nossa intenção fazer um estudo sobre o totalitarismo estatal de José Antonio, tema, por outra parte, bastante analisado desde sua vertente política e não pouco na religiosa. Apesar de tudo, nos fixaremos em alguns aspectos de dito totalitarismo, que não têm sido suficientemente precisados.

A José Antonio se lhe acusou de anticatólico, inclusive no Parlamento, porque defendia a divinização do Estado. A razão disso podia estar em seu desejo de criar um estado totalitário. A acusação é suficientemente séria como para ser tratada aqui. Existe um trabalho de José Luis de Arrese, *O Estado Totalitário no Pensamento de José Antonio*, no qual se combate e rejeita a acusação à qual aludíamos. As razões fundamentais nas quais se apoia Arrese são: porque a Falange defende o triunfo do indivíduo frente à absorção deste pelo Estado que ocorria nos demais totalitarismos¹¹³; porque a Falange propõe um Estado para todos¹¹⁴ e porque a Falange não tem uma ideia panteísta do Estado¹¹⁵.

112 PIO XI. *Non abbiamo bisogno*, *Doctrina Pontificia*, p. 596. Em conversação mantida no dia 11 de janeiro de 1974, Pilar apontava outra possível explicação: através do ensino religioso filtravam-se muitas vezes ideias separatistas, coisa que José Antonio queria evitar com tal inspeção.

113 J. L. de ARRESE, *El Estado* (Madrid 1945). pp. 37-47.

114 *Ibidem*, pp. 49-53.

115 *Ibidem*, pp. 61-65.

Este breve trabalho de Arrese insiste em que a denominação de “fascista” dada à Falange não quer dizer que seja uma cópia do fascismo italiano, que sim era totalitário, já que o fascismo é um fato universal, e, portanto, podem existir fascismos que não coincidem mais que no nome.

Raimundo Fernández Cuesta prefacia de maneira concisa e clara esta obra que comentamos. Em dito prólogo reafirma a ideia de que a Falange não é totalitária, se por totalitarismo se entende o que são os demais regimes assim chamados.

Embora seja de forma breve, convém ter em conta o que se entendia por Estado totalitário e qual era o ensinamento da Igreja sobre ele.

Foi Mussolini, no discurso do teatro da Scala de Milão no dia 28 de outubro de 1925, quem lançou a consigna: “Nada contra o Estado, nada fora do Estado, tudo no Estado”¹¹⁶. Têm-se dado muitas definições do Estado totalitário, a de R. Fernández Cuesta pode aglutinar as opiniões mais diversas:

“Um sistema político que mediante um estado Leviatã absorve o homem e os direitos que lhe são inerentes por sua própria natureza”¹¹⁷.

Pio XII faz um resumo dos pontos principais de uma concepção totalitária do Estado na encíclica *Summi Pontificatus* de 20 de outubro de 1939:

“Separar o poder político de toda relação com Deus, das normas morais que brotam de Deus como de fonte primária. Conceder ao poder político absoluta autonomia e ilimitada faculdade de ação. Pensar que a família e seu bem-estar é uma instituição destinada exclusivamente ao domínio político da nação. Esquecer que o homem e a família são, por sua própria natureza, anteriores ao Estado. Esquecer que têm direitos e faculdades recebidas diretamente de Deus: direito a prover ao bem temporal e eterno da prole e à formação religiosa”¹¹⁸.

116 *Ibidem*, p. 9.

117 *Ibidem*, p. 10.

118 PIO XI. *Summi Pontificatus*, *Doctrina Pontificia* cit., pp. 778-786.

Ao examinar o juízo que a Igreja tem do Estado totalitário, podemos encontrar enunciada já sua condenação na proposição 39 do *Syllabus* e na encíclica *Quanta cura* de 1864:

“O Estado, por ser fonte e origem de todos os direitos, goza de um direito totalmente ilimitado”¹¹⁹.

Convém precisar que “A Igreja nunca condenou as formas jurídicas de um Estado totalitário: não condenou nem o partido único, nem o chefe único, nem o sistema único”¹²⁰.

O que a Igreja tem condenado é o princípio totalitário; isto é, que o Estado seja um fim em si mesmo e não um meio para a pessoa.

A precisão é importante, porque por aí se podem explicar as palavras de José Antonio, de que o Papa nunca condenou o fascismo italiano, quando sim houve na realidade uma condenação. Falaremos disso imediatamente.

Vamos nos ater aos documentos que analisam o fascismo italiano, por ser este o imediato à vida de José Antonio, embora Pio XI tenha condenado os quatro totalitarismos de seu tempo: a *Action Française*, o fascismo, o nacionalsocialismo e o comunismo ateu.¹²¹

Interessa recordar o apoio que a Igreja prestou ao triunfo do fascismo na Itália. As razões históricas dos anos 1922 e 1923 proporcionaram à Igreja um difícil dilema: a opção entre o comunismo ou o fascismo. Embora Mussolini fosse ateu, e se gabasse disso, Pio XI e o rei Vítor Emanuel preferiram o fascismo ao comunismo. Depois do triunfo de Mussolini, os *popolari* de Dom Sturzo, ante os ataques do fascismo, caíram sob ele, de tal forma que já desde 1923 a democracia cristã - nutrida especialmente dos *popolari* - foi desaparecendo como força política. Hales chega a afirmar que somente na cessação de Dom Sturzo se pode dizer que a Igreja colaborou com o Estado fascista¹²².

119 A. DESQUEYRAT, *L'enseignement «politique» de L'Eglise*, I, *L'Etat* (París 1960). p. 192.

120 *Ibidem*, p. 191.

121 **Nota da Libro & Moschetto:** Não concordamos com a afirmação de que o nacional-socialismo e o fascismo tenham sido condenados, e muito menos com a ideia de que o catolicismo tenha sido usado apenas como “politicagem” pelo fascismo italiano.

122 E. E. Y. HALES, o. c., pp. 320-321.

“É difícil ver como poderia tê-lo evitado, mas é em troca muito fácil saber quanto padeceu às mãos do flamante ditador. Mussolini não havia sido educado dentro do catolicismo como o foi Napoleão. [...] Mas como Napoleão, Mussolini era um realista em política. Encontrava-se governando um país que continuava sendo católico em uma grande maioria e, portanto, havia de chegar a um acordo com a Igreja”¹²³.

O ponto grave do conflito entre a Igreja e Mussolini estava na educação, pois este necessitava “apoderar-se das mentes e dos espíritos dos italianos”, já que “requeria uma entrega total do indivíduo, uns sacrifícios e viver antes de tudo para a grandeza da nação, do partido e do Duce”. Isto só era possível mediante “um ensino moral” nas escolas do Estado e por meio de uma história da Itália habilmente refeita. Ingressavam aos seis anos, na organização.

“Deste modo, aos vinte e um anos, se tivessem feito os suficientes méritos, seriam membros do partido fascista propriamente dito. Tratava-se, pois, de despersonalizar o indivíduo, convertendo os homens em máquinas ao serviço do partido e do ditador”¹²⁴.

No dia 14 de dezembro de 1925, na alocução consistorial, Pio XI recordava que a doutrina social e política da Igreja rejeita igualmente o extremo liberal, o extremo socialista e o extremo totalitário¹²⁵.

No dia 11 de fevereiro de 1929 se firmaram os Pactos de Latrão. Com eles o fascismo inaugurava “uma nova era” na história italiana. Inclusive os católicos mais leais deram rédea solta a seu patriotismo, e Mussolini, “Conquistou então as simpatias até do alto clero da Itália, que até então se havia mantido em atitude de reserva. [...]”

O catolicismo foi reconhecido como religião oficial na Itália”¹²⁶.

O mesmo Von Aretin continua um pouco mais adiante:

“Esta aliança entre o Vaticano e a Itália fomentou a ilusão de que o Regime fascista podia muito bem considerar-se como católico, embora

123 *Ibidem*, p. 320.

124 *Ibidem*, p. 321.

125 *Acta Apostolicae Sedis* 17 (1925). pp. 641-642.

126 K. O. von ARETIN. *El Papado y el mundo moderno* (Madrid 1970), p. 189.

Mussolini desse prioridade, naturalmente, a seu aspecto fascista quando dizia: O Estado fascista tem antes de tudo um caráter moral: é católico, mas é fascista por cima de tudo, exclusiva e essencialmente fascista.”¹²⁷.

Dois artigos teriam consequências especiais: a proibição aos sacerdotes de tomar parte em movimento algum político e o apoio que o Estado outorgaria em troca à Ação Católica. Conseguiu-se uma legislação sobre o matrimônio católico, que seria uma “pesada hipoteca para o fascismo”¹²⁸. Mussolini deu-se conta disso, mas lhe interessava mais haver firmado os pactos que o conteúdo deles.

Pelos Pactos Lateranenses, o Vaticano renunciou ao influxo político na Itália, mas obteve uma legislação contratada. Logo se viu que Mussolini perseguiu aproximar-se da Igreja por motivos políticos unicamente. Dos primeiros conflitos saíram o cessar de Gasparri, “pouco partidário do fascismo”, e a entrada de Pacelli em 1930.

As tensões continuaram a agravar-se, devido ao matiz pagão que adquiria o fascismo, tensões que terminaram com a publicação da encíclica *Non abbiamo bisogno* no dia 29 de junho de 1931, sacada às escondidas do país e publicada em Paris ao não permiti-lo o Estado italiano. Mas “O novo secretário de Estado [Pacelli], homem hábil e diplomático, evitou a ruptura definitiva”¹²⁹.

No dia 7 de setembro se firmava outro acordo pelo qual “as organizações católicas se conservavam somente nominalmente e deviam associar-se com os fascistas”¹³⁰.

Max Gallo dá uma explicação de tantos acordos quando diz:

“A Igreja deve dar-se conta de como um Estado totalitário favorece seus planos, e o fascismo deve contar com a força que possui a Igreja. Por isso as polêmicas terminam em compromissos”¹³¹.

Na encíclica, o Papa denunciava as “brutalidades, os espancamentos, os golpes e o derramamento de sangue”, o “Propósito - já em tão grande

127 *Ibidem*, p. 192.

128 *Ibidem*, p. 189.

129 K. O. von ARETIN, o. c., pp. 190-191.

130 *Ibidem*, p. 191.

131 Max GALLO. *L'Italie de Mussolini, vingt ans d'ère fasciste* (París 1964), p. 293.

parte realizado - de monopolizar inteiramente a juventude, desde a mais tenra infância até a idade adulta, em favor absoluto e exclusivo de um partido, de um Regime, com base em uma ideologia que declaradamente se resolve em uma verdadeira e própria estatolatria pagã, que contradiz não menos os direitos naturais da família que os direitos naturais da Igreja”¹³².

Embora não tenha condenado nem o partido nem o Regime, enquanto tais, sim condenou tudo o que neste Regime era contrário à doutrina e à moral católica¹³³: a estatolatria, a agressão política, o ataque às consciências, o monopólio estatal do ensino e o abuso de juramento na política de partido.

“Semelhante juramento, tal como está formulado, não é lícito”.

O juramento estava redigido nestes termos:

“Juro seguir sem discussão as ordens do Duce e defender com todas as minhas forças e, se é necessário, com meu sangue a causa da revolução fascista”¹³⁴.

O Papa aduzia como razões da ilicitude de tal juramento o poder “mandar, contra toda verdade e justiça, a violação dos direitos da Igreja e das almas”.

Acabamos de ver de uma forma sucinta o que pensava a Igreja do Estado totalitário, encarnado nesses momentos pelo fascismo italiano. O Papa dizia na mesma encíclica *Non abbiamo bisogno* que uma concepção assim do Estado “não é conciliável para um católico com a doutrina da Igreja”. Passamos a seguir ao exame do conceito de totalitarismo que professava José Antonio, para poder ver se a Falange foi um Estado totalitário como o condenado pela Igreja.

São cinco as ocasiões, como prova Arrese, em que José Antonio defende um Estado totalitário, assim, com todas as letras: no dia 29 de outubro de 1933, no discurso fundacional da Falange, nos Pontos Iniciais aparecidos no dia 7 de dezembro do mesmo ano, no discurso que pronuncia em Carpio de Tajo no dia 25 de fevereiro de 1934, em unas

132 PIO XI, *Non abbiamo bisogno*, *Doctrina Pontificia* cit., p. 595.

133 *Ibíd.*, p. 599. (140) *Ibíd.*, p. 598.

134 *Ibíd.*, p. 598. nota. (142) *Ibíd.*, p. 587.

manifestações publicadas em Blanco y Negro no dia 11 de novembro do mesmo ano e no discurso de encerramento do II Conselho Nacional da Falange no dia 17 de novembro de 1935¹³⁵.

Arrese demonstra como o conceito de totalitário não tinha em José Antonio mais sentido que o de um Estado para todos. Muñoz Alonso, por outra parte, demonstra que a José Antonio não lhe preocupou demasiado a terminologia “totalitário e fascista”, porque a Falange não era nem uma coisa nem outra¹³⁶. Nos parece um pouco raro que a um jurista, propenso sempre à precisão terminológica, se lhe escapassem estas coisas. Seria em 1935 quando José Antonio renunciou à expressão “Estado totalitário” para designar a Falange¹³⁷.

Consideramos suficientemente claro, tanto na obra de Arrese, como na de Muñoz Alonso, que a Falange não propugnava a absorção do indivíduo por parte do Estado, senão todo o contrário, pelo qual não nos detemos em dito ponto. Mas sim convém insistir no matiz de Estado panteísta que José Antonio negava que tivesse a Falange.

No dia 19 de dezembro de 1933, em uma discussão parlamentar, sobre a divinização do Estado propugnada pela Falange, dizia Gil Robles:

“Eu, com todos os respeitos devidos à ideia e a quem a sustenta, tenho que dizer com toda a sinceridade que não posso compartilhar esse ideário, porque para mim um Regime que se baseia em um conceito panteísta da divinização do Estado e na anulação da personalidade individual, que é contrário inclusive a princípios religiosos nos quais se apoia minha política, nunca poderá estar em meu programa.”

Respondeu-lhe José Antonio:

“O senhor Gil Robles entende que o aspirar a um Estado integral, totalitário e autoritário é divinizar o Estado, e eu direi ao senhor Gil Robles que a divinização do Estado é cabalmente o contrário do que nós apeteçemos. [...] O que diviniza o Estado é a crença em que a vontade do Estado, que uma vez manifestaram os reis absolutos, e que agora

135 J. L. DE ARRESE. *El Estado* cit., pp. 55-57.

136 A. MUÑOZ ALONSO. *Un pensador para un pueblo*, 2.^a ed. (Madrid 1969), pp. 93-113.

137 J. L. DE ARRESE. *El Estado* cit., p. 61.

manifestam os sufrágios populares, tem sempre razão. Os reis absolutos podiam equivocar-se; o sufrágio popular pode equivocar-se; porque nunca é a Verdade nem é o bem uma coisa que se manifeste nem se profira pela vontade. O bem e a verdade são categorias permanentes da razão e para saber se se tem razão não basta perguntar ao rei [...] nem basta perguntar ao povo - ..., senão que há que ver em cada instante se nossos atos e nossos pensamentos estão de acordo com uma aspiração permanente. [...] Nós queremos que o Estado seja sempre instrumento ao serviço de um destino histórico, ao serviço de uma missão histórica de unidade: encontramos que o Estado se porta bem se crê nesse destino histórico total”¹³⁸.

A divinização do Estado não aparece clara. E algumas expressões que soam a panteísmo estatal, ao utilizar expressões sacras, haverá que explicá-las, mais que como manifestações de uma divinização do Estado, em um sentido bem poético, em tom com o estilo orteguiano. Como aquelas palavras dirigidas a um grupo de falangistas:

“Haveis de fazer-vos os soldados, os marinheiros, os verdadeiros ministros do sacramento da pátria”¹³⁹.

Só porque José Antonio concebia um Estado para todos, parece que falava da necessidade de possuir um Estado totalitário; só o momento histórico podia ser a causa de que outros pensassem que ele defendia um Estado totalitário no sentido fascista. Chegará a negar a existência de Estados totalitários, porque os da Itália e Alemanha não o eram¹⁴⁰. Não cabe outra explicação que o possuir uns conceitos distintos em expressões idênticas.

Como pontos de contato com o fascismo e o nazismo colocava a criação de uma força que se opusesse ao comunismo¹⁴¹. Mas se diferenciá-los deles, porque entre outras coisas rejeitava o panteísmo estatal, já que começava aceitando a realidade do indivíduo livre.

138 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 104.

139 F.E., 8-II-1934. p. 1.

140 J. A. PRIMO DE RIVERA. conferências em Zaragoza, 17-II-1935, e em Valladolid, 3-III-1935, em A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit., pp. 389 y 395.

141 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., pp. 366; 517-518.

Deu a entender em várias ocasiões que o Estado não era o valor supremo. Assim no dia 8 de março de 1934:

“Amamos a pátria, como ela deve ser amada, a primeira depois de Deus”¹⁴².

Tinham-se em conta os imperativos da lei moral¹⁴³. Raimundo Fernández Cuesta afirma que José Antonio, ao conceber sua doutrina do Estado, pensou em cristão, na submissão a uma ética superior.

O Estado totalitário de José Antonio se apoiava no indivíduo livre, e toda uma dimensão dessa vida individual ficava fora do Estado: a religiosa¹⁴⁴. Dava-se à família a importância devida. O exposto anteriormente pode servir-nos para comparar sua posição com a do ataque que o fascismo italiano dirigiu à família, na educação dos filhos.

José Antonio mesmo rebateu a acusação de que a Falange era um plágio do fascismo italiano.

Disse em Cáceres no dia 4 de fevereiro de 1934:

“Quando ouvirmos dizer que somos imitadores responderemos que não é verdade, porque não é o mesmo imitar que voltar sobre si, como eles, porque nós, ao voltar sobre si, nos encontramos com nós mesmos”¹⁴⁵.

Um mês mais tarde repetiu no teatro Calderón de Valladolid:

“Todos sabem que mentem quando dizem de nós que somos uma cópia do fascismo italiano, que não somos católicos e que não somos espanhóis”¹⁴⁶.

No Parlamento se expressou assim no dia 3 de julho do mesmo ano:

“A gente, pouco propícia a fazer distinções delicadas, nos lança em cima todos os atributos do fascismo, sem ver que nós só assumimos do fascismo aquelas essências de valor permanente que também haveis assumido vós, os que chamam os homens do bienio”¹⁴⁷.

142 F.E., 8-III-1934, p. 2.

143 Arriba, 25-IV-1935, p. 4; id., 21-XI-1935, p. 1. (152) J. L. DE ARRESE, *El Estado*, cit., pp. 8-15.

144 R. SERRANO SUÑER, *Entre Hendaya y Gibraltar*, 1.^a ed. (Madrid 1943), p. 371.

145 F.E., 8-II-1934, p. 6.

146 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 196.

147 *Ibíd.*, p. 268.

Referia-se à ideia de que o Estado tem algo que fazer e algo em que crer. E no final do ano 1934, na nota aparecida na imprensa com a notícia de que José Antonio não acudiria ao Congresso Fascista Internacional de Montreux, negava que a Falange fosse um movimento fascista; que certamente tinha alguns pontos de contato porque eram essenciais, mas que cada dia se iam perfilando melhor os caracteres peculiares¹⁴⁸, entre os quais destacava o espiritualismo.

Georges-Roux assinala entre as notas próprias do fascismo espanhol “uma estrutura militar e religiosa” e que a Falange “se declarava resolutamente católica”¹⁴⁹.

Este fascismo peculiar que defendia José Antonio explica as expressões de alguns historiadores atuais. Paul Preston chama à Falange Espanhola das JONS “amálgama pseudofascista”. Jean Bécarrud qualifica a obra de José Antonio de “nacionalista e próxima ao fascismo”¹⁵⁰ e Hugh Thomas diz:

“Na primavera de 1934, José Antonio visitou a Alemanha, mas não viu Hitler e regressou à Espanha deprimido por causa dos nazistas. Meses antes havia tido a mesma experiência na Itália, recebendo muito má impressão de sua curta visita a Mussolini”¹⁵¹.

A Falange se declarava católica e as ideologias totalitárias eram incompatíveis com o cristianismo¹⁵².

“Tinha com aqueles [Estados totalitários] certa semelhança externa e formal, mas nada mais”¹⁵³.

Nos resta analisar dois pontos de interesse: a defesa que José Antonio fez do fascismo italiano depois da encíclica *Non abbiamo bisogno* e o juramento falangista.

O número 8 de F.E. começava com um artigo curto, *Anátema*, que transcrevemos integralmente.

148 Ibidem, p. 395.

149 GEORGES-ROUX, *La guerre civile d'Espagne* (Paris 1963), p. 42. (159) P. PRESTON. *The Spanish Right under the second Republic: an analysis* (1971), p. 5.

150 J. BECARUD, “La deuxième République Espagnole, 1931-1936, Essai d'interprétation”, p. 58.

151 H. THOMAS, o. c., p. 75.

152 J. BECARUD. *Cruz y Raya* cit., p. 54.

153 R. SERRANO SUÑER, *Entre Hendaya y Gibraltar* cit., p. 364.

“O Papa nunca condenou o fascismo italiano. Chamou a Mussolini homem dado à Itália pela Providência divina. Deu capelães a todas as legiões de camisas negras. Celebrou os benefícios sociais e religiosos da legislação fascista, desde o crucifixo nas escolas até a elevação moral da Itália em todos os aspectos da vida. Mas o fascismo foi condenado como anticatólico no *Heraldo* pelo senhorzinho Gil Robles, que estava nervoso precisamente depois da emoção unânime, produzida ante os cristãos honores rendidos a um de nossos mortos. O senhorzinho Gil Robles deve entender que os anátemas da Santa Mãe Igreja não podem vir tão baixo nem desde tão baixo lugar”¹⁵⁴.

Prescindindo do ataque irônico que dirige a Gil Robles, por não ser esta a ocasião de julgá-lo, convém precisar que dentro do texto há coisas exatas e coisas que não o são tanto.

É certo que Pio XI e Mussolini tinham em comum algumas qualidades e coincidiam em alguns objetivos. Unia-os a mesma aversão pelo comunismo e a decisão de que este não se apoderasse da Itália. De fato, já víamos como Pio XI sentia certa simpatia por um Regime que havia salvo a Itália do comunismo. Tanto Mussolini como Pio XI eram realistas e se davam conta do debilitamento, tanto do Estado como da Igreja, na contenda mútua que haviam sustentado ao longo de sessenta anos. Isto os levou aos Pactos de Latrão em 1929. Com ditos pactos ia anexo uma Concordata que reconhecia ao catolicismo como religião oficial, entre outras vantagens para a Igreja. Mas o fundo ideológico de Mussolini continuava atuando e o conflito estourou quando quis absorver a Ação Católica e a instrução da infância e da juventude. A encíclica *Non abbiamo bisogno*, de junho de 1931, denunciava uma série de medidas e atitudes fascistas, ao mesmo tempo que declarava “ilegal” o juramento de cega obediência ao Regime¹⁵⁵.

Pio XI, até sua morte em 1939, considerou Mussolini como um aliado perigoso, ao qual se via com frequência na necessidade de criticar e

154 F.E., 1-III-1934, p. 1. Raimundo Fernández Cuesta nos dizia no dia 12 de janeiro de 1974 que José Antonio sentia admiração por Mussolini.

155 E. E. Y HALES. o. c., pp. 316-325.

denunciar. Diz-se que em certa ocasião comparou tratar com Mussolini com o trato com o diabo¹⁵⁶.

Surpreende que José Antonio, “católico convencido”, falasse assim de Mussolini. Já dissemos que o Papa na encíclica não condenava o fascismo como Regime, mas sim pelas medidas persecutórias. Mas realmente toda a encíclica é uma condena das medidas fascistas. Possivelmente José Antonio, como víamos antes, estivesse pensando nesse fascismo universal, com cujas ideias essenciais coincidia o que propugnava ele, embora não seja provável, já que falava diretamente de Mussolini. Caberia a possibilidade de que não houvesse chegado a suas mãos a encíclica papal; coisa muito difícil, por certo. Ou talvez se tratasse de uma tática por parte de José Antonio: propor a um povo católico como a Espanha a imagem de um Estado forte, que havia trazido a paz sobre Roma, engrandecendo dito poder com a aliança do Vaticano.

Apesar de tudo, se utilizava uma verdade pela metade, em desacordo com sua própria personalidade.

Sobre o juramento fascista recaiu a condenação papal. Na Falange se fazia também um juramento que havia sido redigido por Rafael Sánchez Mazas e figurava nos primitivos carnês de afiliado à Falange¹⁵⁷. Era firmado pelo possuidor, embora não se pronunciasse¹⁵⁸.

O Papa Pio XI dizia na encíclica *Non abbiamo bisogno*:

“O que se deve pensar e julgar [...] acerca de uma fórmula de juramento que até a crianças e meninas impõe cumprir sem discussão ordens que [...] podem mandar [...] a violação dos direitos da Igreja e das almas. [...] Semelhante juramento, tal como está formulado, não é lícito”¹⁵⁹.

Voltamos a copiar aqui o juramento fascista para compará-lo melhor com o falangista. Nestes termos se expressavam ambos os juramentos:

156 Ibidem, p. 325.

157 F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit., p. 45.

158 Conversação com don Fermin Yzurdiaga, 28-IV-1973.

159 PIO XI, *Non abbiamo bisogno*, *Doctrina Pontificia* cit., p. 598.

“Juro seguir sem discussão as ordens do Duce e defender com todas as minhas forças e, se é necessário, com meu sangue a causa da revolução fascista”¹⁶⁰.

Juro dar-me sempre ao serviço da Espanha. Juro não ter outro orgulho que o da pátria e o da Falange e viver sob a Falange com obediência e alegria, ímpeto e paciência, galhardia e silêncio.

Juro lealdade e submissão a nossos chefes, honra à memória de nossos mortos, impassível perseverança em todas as vicissitudes.

Juro, onde quer que esteja, para obedecer ou para mandar, respeito a nossa hierarquia do primeiro ao último posto.

Juro rejeitar e dar por não ouvida toda voz do amigo ou inimigo que possa debilitar o espírito da Falange. Juro manter sobre todas as ideias de unidade, unidade entre as terras da Espanha, unidade entre as classes da Espanha, unidade no homem e entre os homens da Espanha.

Juro viver em santa irmandade com todos os da Falange e prestar todo auxílio e depor toda diferença sempre que me seja invocada esta santa irmandade”¹⁶¹.

Só uma simples leitura do texto faz ver a grande diferença que existe no próprio teor das palavras empregadas por ambos. Da “lealdade e submissão” que jurava o falangista ao seguimento “sem discussão” das ordens do chefe.

Pio XI declarava a ilicitude de tal juramento, apoiado em uma situação de fato: a de que mandem a violação dos direitos da Igreja e das almas.

O “não ter outro orgulho que o da pátria e o da Falange” do juramento falangista, poderia levar a Falange a um enfrentamento com a Igreja em caso de colisão de direitos, ou de que o Estado mandasse algo contra a Igreja?

Haveria que aplicar as normas da moral católica, de que quem presta dito juramento de fidelidade ao Estado - já que é lícito que os súditos

¹⁶⁰ *Ibíd*em, p. 598. nota.

¹⁶¹ F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit, p. 45.

possam acrescentar à obrigação de guardar fidelidade ao Estado pela virtude da piedade, outro título, o da virtude da religião - está obrigado unicamente ao cumprimento das leis justas¹⁶². Porque quando uma lei manda algo injusto cessa a obrigação de obedecê-la, e, portanto, o objeto do juramento também.

Conhecida a concepção de José Antonio sobre as relações da Igreja e do Estado, não parece que caiba a possibilidade de colisão. Mas, por outra parte, essa possibilidade cabe em todos os juramentos que se fazem atualmente inclusive e que levam uma cláusula expressa ou implícita, enquanto as leis não mandarem coisas injustas.

No Estado fascista italiano, Mussolini defendia o “nada contra o Estado”; na Falange se falava de um ordenamento superior e de unas normas de moralidade que respeitar.

III.6. Violência

Tema muito discutido hoje em dia. Mas sobre o qual a Igreja tem uma resposta.

Quando em 1936 o Ministro da Governação, Casares Quiroga, se declarou beligerante contra a Falange, José Antonio não pôde responder mais que com a violência.

“Não sem a repugnância que isto produzia, e me consta, no ânimo de José Antonio, pelo enorme respeito que para ele supunha a pessoa humana”¹⁶³.

Quando a Igreja condena a violência por ilícita é consciente de uma série de circunstâncias nas quais cabe sua licitude.

O tema da violência em José Antonio é tratado de forma accidental pela maioria de seus biógrafos, sendo Muñoz Alonso quem o trata, não tão de passagem, em sua obra *Um Pensador para um Povo*. A tese sustentada por ele coincide com as palavras de Pilar Primo de Rivera, citadas

162 M. ZALBA, *Theologiae Moralis Compendium*, I (Madrid 1958), pp. 651-652.

163 Pilar PRIMO DE RIVERA, o. c., p. 25.

anteriormente. A José Antonio lhe repugnava a violência e se a aceitou foi por ser a “única dialética admissível quando se têm esgotado outros instrumentos de comunicação” enquanto estão em jogo verdades ou valores mais excelsos¹⁶⁴.

“O uso da violência no pensamento de José Antonio não é admissível, nem sequer desculpável, se a violência não vem nos buscar”¹⁶⁵.

De que violência se trata?

“Do emprego da força como argumento válido, eficaz e hipoteticamente justo, para repelir uma agressão de igual natureza ou para defender uns direitos, uns valores ou verdades de categoria suprema, ameaçados politicamente. [...] A violência vem a ser entre os grupos, pessoas ou partidos o que a guerra é entre os Estados”¹⁶⁶.

O uso que José Antonio fez da violência foi de signo defensivo. Aprendeu cedo a pô-la em prática, pois estando no colégio pelos anos de 1910-1912, quando um dia regressou chorando a casa porque uns rapazes lhe haviam dado uma surra, escutou de seu pai esta advertência:

“Tu não bates em ninguém. Mas se alguém te puser a mão em cima, que não eu me inteire que ficaste para trás”¹⁶⁷.

Foi algo que ficou gravado nele. As respostas a golpes de seus anos estudantis repetiram-se com frequência.

Em 1931 se deu uma lei proibindo a posse de armas. José Antonio escrevia em *La Nación* que aquela lei favorecia aos pistoleiros que “ao não ter nada que perder” conservariam suas armas, mas que se equivocavam ditos pistoleiros se esperavam que José Antonio ia defender-se pelo mesmo procedimento¹⁶⁸.

Os testemunhos de seu período pré-falangista rejeitando a violência são muitos.

164 A. MUÑOZ ALONSO, o. c., p. 350.

165 *Ibíd.*, p. 350.

166 *Ibíd.*, p. 350.

167 E. PAVON PEREYRA, *De la vida de José Antonio* cit, p. 19.

168 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 139.

“Embora houvesse afirmado no primeiro número de F.E. que o fim justificava os meios - a violência costuma ser lícita quando se emprega por um ideal que a justifique -, mostrava-se oposto ao emprego do terrorismo político pela Falange. Isto era devido, em parte, a seu desejo de distinguir-se de outros grupos anti-esquerdistas [...] que empregavam pistoleiros assalariados. Pessoalmente, José Antonio aborrecia a ideia da violência física indiscriminada”¹⁶⁹.

Na discussão travada com Luca de Tena em abril de 1933 sobre o fascismo, desmentia que este só pudesse conseguir o poder pela violência¹⁷⁰ e em uma carta a Julián Pemartín do dia 2 de abril fazia uma série de afirmações que recolhe Payne.

“A violência não é censurável sistematicamente. É-o quando se emprega contra a justiça. Mas até Santo Tomás, em casos extremos, admitia a rebelião contra o tirano. Assim, pois, o usar a violência contra uma seita triunfante, semeadora da discórdia, negadora da continuidade nacional e obediente a consignas estranhas (Internacional de Amsterdã, Maçonaria, etcétera), por que vai desqualificar o sistema que essa violência implante?”¹⁷¹.

No discurso fundacional disse José Antonio depois de propor como meta a conseguir pela Falange que se respeitasse a religião:

“E queremos, por último, que se isto há de lograr-se em algum caso pela violência, não nos detenhamos ante a violência. Porque quem disse - ao falar de ‘tudo menos a violência’ - que a suprema hierarquia dos valores morais reside na amabilidade? [...] Bem está, sim, a dialética como primeiro instrumento de comunicação. Mas não há mais dialética admissível que a dialética dos punhos e das pistolas quando se ofende a justiça ou a pátria”¹⁷².

169 S. PAYNE. *Falange* cit., p. 47.

170 J. ARRARAS, *Historia de la Segunda República* cit., p. 153.

171 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 49. (Santo Tomás condena energicamente a sedição. «É evidente que a sedição se opõe à justiça e ao bem comum; o dano que se atenta com a sedição é maior que o dano privado, que se atenta com as rixas» 2-2, 42, 2, c. «No entanto, Santo Tomás observa expressamente que os que defendem o bem comum contra sediciosos agressores, não se deverão chamar também sediciosos. Para ele o decisivo não é o recurso à violência, mas o serviço que se presta ao bem comum», Werner SCHOLLGEN, *Problemas morais de nosso tempo* (Barcelona 1962), p. 256.)

172 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 68.

É Santo Tomás quem afirma:

“Um Regime tirânico não é justo porque não vai ordenado ao bem comum, mas sim ao interesse privado do regente.

Portanto, a perturbação de tal soberania não é sedição ilícita, a não ser quando tão desordenadamente se perturba o domínio tirânico que a comunidade dos súditos sofra mais dano da perturbação que da tirania” (II-II, 42, 2).

Desde a moral católica se nos diz que antes do emprego da violência, ou seja, antes de pensar em outros meios mais radicais, há que esgotar todos os meios legítimos.

José Antonio, mal fundada a Falange, se encontrou com os ataques. Apresenta-se a dificuldade de saber quem atacava primeiro; mas, parece, tanto pelos escritos do mesmo José Antonio, como por seu caráter que rejeitou sempre o uso indiscriminado da violência, inclusive em ocasiões, como réplica a outro ato de violência. Por isso quando em fevereiro de 1934 caiu o falangista Matías Montero, a Falange foi tachada no *ABC* de franciscanismo, porque se esperava algo mais que uma enérgica protesta nos jornais¹⁷³.

No número 3 de F.E., de 18 de janeiro de 1934, recolhia-se a notícia da morte de um não falangista que caiu vendendo o número anterior. Agradecia-se a condena que grande parte da imprensa havia feito do crime e continuava:

“Mas nós não protestamos [...], aceitamos sem a menor repugnância o estado de guerra. Não pedimos auxílio: estamos dispostos a exercer, pelas boas ou pelas más, nosso direito a vender F.E.

Se os vermelhos se obstinam em impedi-lo, lá com eles. Nunca partiram de nós as provocações, mas tampouco pensamos em rehuí-las. Basta de mártires.

Não estamos dispostos a que se derrame nas ruas, de graça, mais sangue dos nossos. [...] Não estamos livres de que caia algum mais. Mas não cairá impunemente”.

173 F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit., p. 38. (184) F.E., 18-I-1934, p. 7.

E, sem embargo, dias mais tarde, José Antonio parecia deter-se ante a violência como réplica. Por isso, aconselhará aos seus que continuem em seus postos, como estava em seu posto o camarada que caiu. Teme que a réplica engrene uma cadeia de represálias sobre todo o povo¹⁷⁴.

Parece que não se adiantou nunca no uso da violência. Nos Pontos Iniciais de dezembro de 1933, depois de afirmar que a violência pode ser lícita em algumas circunstâncias, disse:

“A razão, a justiça e a pátria serão defendidas pela violência quando pela violência - ou pela insídia - as ataque. Mas a Falange Espanhola nunca empregará a violência como instrumento de opressão”¹⁷⁵.

Francisco Bravo pontualiza que o chefe sentia ódio à luta terrorista, e que só a aceitou “porque não havia outro remédio”¹⁷⁶.

Em fevereiro, o semanário F.E. sofria a primeira interrupção em sua tiragem por problemas com a censura; José Antonio aproveitou o acesso a outros jornais, e em uma carta ao diretor de *Luz*¹⁷⁷ e em um artigo publicado no *ABC* com o título *Violência* repetiu que a Falange não se parecia a “uma organização de delinquentes”.

No dia 10 do mesmo mês, no enterro de Matías Montero, quando José Sainz, chefe da Falange toledana, lhe disse com acritude a José Antonio:

“— É que vamos deixar-nos matar como moscas?

— Não — contestou José Antonio —, mas tampouco nos vamos converter em uma banda de assassinos”¹⁷⁸.

No dia 22 de fevereiro reapareceria F.E.; em dito número se publicava a *Oração pelos mortos da Falange*, que havia composto Sánchez Mazas. Entre outras coisas, dizia:

“Afasta, Senhor, de nossos ouvidos as vozes sempiternas dos fariseus [...] que [...] hoje vêm pedir, com vergonhosa insistência, delitos contra delitos e assassinatos por as costas aos que nos pusemos a combater de

174 F.E., 1-II-1934, p. 6.

175 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 93.

176 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 192, nota.

177 *Luz*, 13-II-1934, A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 583. (189) *ABC*, 14-II-1934, *ibidem*, p. 265.

178 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit, p. 265, nota.

frente. Tu não nos elegeste, Senhor, para que fôssemos delinquentes contra os delinquentes”¹⁷⁹.

Ao longo de 1934 os enfrentamentos estudantis foram frequentes. David Jato em *A Rebelião dos Estudantes* analisa uma série de circunstâncias pelas quais os falangistas se viam forçados à violência de rua.

“Dedicar-se friamente a estudar era uma atitude impossível e reprovável. [Nas pastas dos estudantes] ao lado do livro, o cassetete de arame retorcido com uma cabeça de chumbo ou a pistola eram fiéis e muitas vezes insubstituíveis companheiros”¹⁸⁰.

E Raymond Carr apostila:

“José Antonio via com tanto desgosto a guerra de represálias com os militantes das Juventudes Socialistas como a aliança com a direita conservadora, mas como dirigente de um movimento ilegal e pobre não tinha mais alternativa que aceitá-las”¹⁸¹.

Dentro de sua natural repugnância a repelir a agressão com a violência, se observa, com o passar do tempo, um aceitar o inevitável. Havia que dar resposta.

Em junho morria outro falangista em um enfrentamento com os “chíbiris”. Ximénez de Sandoval afirma que esse dia José Antonio “se resignou” a que a Falange deixasse de ser angelical como a havia sonhado¹⁸². Nesse momento gritou: “Isto tem que acabar”¹⁸³.

A réplica chegou às nove e meia da noite, em plena rua de Madrid; embora Raimundo Fernández Cuesta afirme que a ordem do ocorrido depois da morte do falangista Cuéllar a deu Juan Antonio Ansaldo¹⁸⁴. O mesmo José Antonio disse no Parlamento no dia 3 de julho:

179 F.E., 22-II-1934, p. 9.

180 D. JATO, *La rebelión de los estudiantes* (Madrid 1953), p. 69.

181 R. CARR, *Espana 1808-1939*, 2.^a ed. (Barcelona 1970), p. 620. Raimundo Fernández Cuesta nos dizia que cada represália custava a José Antonio uma doença.

182 F. XIMENEZ DE SANDOVAL, o. c., p. 192. Com o apelativo de «chíbiris» «se conhecia em Madrid aos jovens vermelhos, muito amigos de entoar um estribilho achulado à volta de suas excursões domingueiras». Pertenciam às Juventudes Socialistas. Vid. Ricardo DE LA CIERVA, *Historia de la Guerra Civil Española*, I (Madrid 1969), p. 546.

183 *Ibíd.*, p. 192.

184 *Ibíd.*, p. 193.

“Eu não me haveria dedicado para nada, não a usar a violência, mas nem sequer a desculpar a violência, se a violência não houvesse vindo nos buscar a nós”¹⁸⁵.

Ainda se opôs ao emprego da violência por sistema, ainda depois de voltar a figurar a licitude da mesma no programa de *Os Dez Pontos* de El Escorial¹⁸⁶. Por isso, durante esse verão não autorizou que dinamitassem a Casa do Povo da UGT de Madrid, quando já os explosivos estavam preparados¹⁸⁷.

A crise interna que sofreu a Falange em seu quadro de comando durante o ano de 1934, e que terminaria com a expulsão de Ramiro Ledesma, teve como causa principal a posição de José Antonio ante a violência. Payne recorda que a Falange militante, instigada por Ansaldo, apresentou ao mesmo José Antonio o dilema de uma atitude mais violenta ou de que deixasse o partido. A crise foi provocada por Ledesma puxando para a esquerda e os pistoleiros exigindo uma ação direta. Se primeiro saiu expulso Ansaldo, Ledesma, que urgia a revolução, o seria no dia 16 de janeiro de 1935¹⁸⁸. Possivelmente, a eles se referia José Antonio no dia 19 de janeiro de 1935, em uma carta enviada ao diretor de *Informaciones*, na qual falava de outros “revolucionários de aluguel” que haviam tido que sair da Falange “por higiene”¹⁸⁹.

Neste sentido escreve Hugh Thomas:

“[José Antonio foi] um grande inimigo do terrorismo — [em nota]. Essa aversão a apoiar a violência foi o motivo de disputa entre José Antonio e seus companheiros militantes durante todo o ano de 1934.—”¹⁹⁰.

Ao longo de 1935 e durante os dois primeiros meses de 1936 voltou a reprovar a violência e a desaconselhar as provocações que excitassem “os delicados nervos dos súditos de Moscou”¹⁹¹.

185 J. A. PRIMO DE RIVERA. O. C., p. 268.

186 J. M.^a GIL ROBLES, *No fue posible la paz*, cit. (Barcelona 1968). p. 442 nota. Este programa era o resultado de umas conversações entre José Antonio e Pedro Sainz, representantes de Falange Española e do Bloque Nacional. Pensava-se no novo Estado espanhol, e a Falange se comprometia a tratar com benevolência os monárquicos e a Renovación Española.

187 M. GARCIA VENERO, o. c., p. 50.

188 S. PAYNE, *Falange* cit., pp. 51-52.

189 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 606.

190 H. THOMAS, o. c., p. 75.

191 *Arriba*, 18-IV-1935, p. 4; id., 5-XII-1935, p. I; LL. SANTA MARINA o. c., p. 141.

O panorama mudou depois do triunfo da Frente Popular em fevereiro de 1936. Hugh Thomas destaca a onda de violência que desencadeou conscientemente a Falange, determinada a exacerbar a desordem com o fim de justificar o estabelecimento de um regime de ordem. José Antonio seguia ainda declarando-se inimigo da violência. Pretendeu inclusive um acordo com Prieto no dia 16 de abril.

“Parece que por então José Antonio havia perdido toda esperança de conter a violência de seus seguidores”¹⁹².

E esta será uma das acusações pelas quais o Governo determina a detenção de José Antonio no dia 16 de março, ao mesmo tempo que ordena o fechamento dos centros da Falange. Payne escreve a respeito:

“A explicação do Governo foi a acusação aos falangistas de recorrer à violência, o qual era absolutamente certo, mas se tais atos mereciam a proscrição do partido fascista, haveriam devido aplicar-se as mesmas medidas ao Partido Socialista, Partido Comunista, POUM e CNT. Estes últimos grupos políticos, além de haver realizado atos de violência periodicamente, haviam tentado a rebelião armada contra a República constitucional, algo que a Falange Espanhola não se havia permitido ainda. Mas a Administração de Azaña fez muito pouco para governar imparcialmente”¹⁹³.

José Antonio, forçado pelas circunstâncias, havia aceitado um jogo que lhe repugnava. Em *No Importa*, de 6 de junho de 1936, deu a “justificação da violência”.

“Entre o crime e a inveja, temos vivido três anos. [...] Anos fecundos, germinais, que nos têm adestrado para a luta de agora. [...] Porque é indecente querer narcotizar um povo com a isca das soluções pacíficas. JÁ NÃO HÁ SOLUÇÕES PACÍFICAS. A guerra está declarada e tem sido o Governo o primeiro em proclamar-se beligerante. [...]

Não somos, pois, nós quem tem escolhido a violência. É a lei da guerra a que a impõe. Os assassinatos, os incêndios, as tropelias não partiram de nós. — Agora, isso sim — e nisso estriba nossa glória —,

192 H. THOMAS. o. c., p. 117.

193 S. PAYNE, *La revolución española* (Barcelona 1972), p. 197.

nosso impulso, nossa santa violência, foi o primeiro dique com que tropeçou a violência criminosa dos homens de outubro. [...]

Bem haja esta violência, esta guerra na qual não só defendemos a existência da Falange ganha a preço das melhores vidas, mas a existência mesma da Espanha, assaltada por seus inimigos!”¹⁹⁴.

José Antonio repetiu até a saciedade, durante os cinco meses que lhe restavam de vida, que a Falange nunca provocou a violência.

No dia 24 de outubro lhe perguntava Jay Allen, repórter do *New Chronicle* de Londres, na prisão de Alicante:

“— Mas creio recordar que você introduziu uma política de pistoleiros em Madrid.

— Ninguém foi capaz de provar isso. Meus rapazes poderão ter matado, mas depois de haver sido atacados”¹⁹⁵.

Em seu processo negou haver retribuído “a delinquentes de nenhuma espécie e que a afirmação nesse sentido era uma reiterada calúnia política”¹⁹⁶.

Quizá seja Herbert R. Southworth quem afirme com mais insistência a glorificação da violência por parte de José Antonio¹⁹⁷, e em uma linha próxima se coloca John Weiss ao dizer:

“A Falange substitui o mito do racismo pela exaltação da violência apaixonada do catolicismo espanhol”¹⁹⁸.

Mas também as palavras de Gil Robles em sua obra *Não Foi Possível a Paz* podem merecer bastante crédito:

“O fundador da Falange, comenta o mesmo tenente-coronel laureado [Ansaldo], não era assim. [Vinha falando da violência.] Lhe repugnavam instintivamente esses procedimentos. Daí a desavença surgida entre os dois setores do partido: o intelectual e o combatente.

194 *No Importa*, 6-VI-1936; A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., página 514.

195 *New Chronicle*, de Londres, 24-X-1936; A. DEL RIO CISNEROS. *Epistolario* cit., p. 529.

196 A. DEL RIO CISNEROS, *Los procesos* cit., p. 113; F. BRAVO MARTINEZ. *José Antonio* cit.. p. V; F. XIMENEZ SANDOVAL. o. c., p. 536-537.

197 H. R. SOUTHWORTH, o. c.. pp. 4 y 26.

198 J. WEISS. *The Fascist Tradition* (New York 1967). p. 73.

Se chegou a triunfar na Falange o critério da ação direta foi com sua inicial resistência a justificar o direito da vingança”¹⁹⁹.

Quizá quando José Antonio, nos primeiros meses de 1936, se viu incapaz de conter a necessidade de represálias da Falange, e aceitou uns fatos consumados, tem sido o que tem dado pé para que alguns acentuem sua violência. Na obra de Broué/Témime se constituem o terror e a violência nas armas da Falange²⁰⁰. Realmente, o mês de maio de 1936 a primeira linha de Madrid recorreu ao terrorismo mais audaz²⁰¹.

Mas nosso intento é estudar José Antonio. E nesses momentos estava na prisão já.

199 J. M.^a GIL ROBLES, *No fue posible la paz* cit., p. 438.

200 BROUÉ/TÉMINE o. c., p. 35.

201 F. BRAVO MARTINEZ, *Historia de Falange* cit., p. 189.

CAPÍTULO IV

JOSÉ ANTONIO E AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS DA II REPÚBLICA

A situação espanhola do 14 de abril de 1931 ao 20 de novembro de 1936 esteve dominada pela tensão das diversas ideologias que se alternaram no Governo republicano. Algumas, de caráter claramente anticlerical, pretendiam uma revolução íntegra da Espanha. Outras, empenhadas numa luta parlamentar, não souberam quizá aproveitar a “razão” que lhes brindava a maioria.

José Antonio enfrentar-se-á com uns e outros. Com os primeiros, porque tinha um conceito espiritual do homem e lhe repugnava o materialismo; com os outros, porque sua posição retilínea em alguns pontos o fazia inflexível, ainda que houvesse que jogar a vida. Ao longo deste apartado veremos sua atitude ante o comunismo marxista, o socialismo, o capitalismo e os partidos “católicos”.

IV.1. Ante o comunismo marxista.

Sempre se opôs ao triunfo marxista, entre outras razões, porque tal ideologia pulverizava os valores para ele permanentes. Dizia assim no dia 6 de outubro de 1930 no primeiro ato público em que interveio e antes de que se estabelecesse na Espanha a Segunda República.

“Uma revolução agora não se limitaria a derrubar a Monarquia, mas sim arrancaria pela raiz os fundamentos da sociedade. Será uma revolução ao estilo de Moscou, que suprimirá a família, a religião, o patriotismo e mergulhará os homens na abjeção materialista, ao mesmo tempo que empobrecerá a todos e lhes privará de todos os direitos”¹.

Desses valores desterrados pelo comunismo marxista voltará a falar no Manifesto, dirigido aos industriais, comerciantes, lavradores, criadores

1 W. PIQUERAS em D. y M., pp. 273-274. Recolhe ditas palavras, segundo ele pronunciadas por José Antonio.

de gado, pescadores, artesãos, empresários, produtores da Espanha, distribuído em folhas volantes em setembro de 1935:

“Pensai agora no espiritual: pensai na blasfêmia, estimulada quase como virtude cívica; na ideia da pátria arrancada da alma do povo; no sentimento da família, extirpado como —preconceito burguês no pudor feito objeto de escárnio. Pensai em vossas filhas, na escola materialista que o Estado vermelho implantará. ouvirão recomendar o amor livre. Isto não são fantasias. Antes de 1917 poderia se recusar um quadro como enegrecido com vistas de propaganda; mas desde 1917 a realidade da Rússia proclama que tudo é verdadeiro e possível”².

Mas além desta perda de todo o espiritual que traria o marxismo, José Antonio o rejeitava por seu caráter materialista. Expôs isto nos Pontos Iniciais de 1933, ao afirmar sua crença no espiritual³. Dois meses mais tarde, em janeiro de 1934, escrevia em F.E.:

“Nós somos anticapitalistas e antimarxistas, antes de tudo, porque não compreendemos esse —homem econômico— que não existe. O homem é corpo, mas também é alma; e se é verdade que o homem é o elemento principal da economia, há que considerá-lo em seu aspecto espiritual mais que no material”⁴.

Dessas mesmas datas são estas palavras:

“O marxismo é materialista. [...] O conceito materialista do marxismo anula tudo o que de nobre tem o espírito humano, precipitando o homem na irresolução de seus problemas espirituais”⁵.

E o discurso pronunciado no cinema Madrid no dia 19 de maio de 1935 desenvolvia a ideia:

“E esta ditadura comunista tem que nos horrorizar a nós europeus, ocidentais, cristãos, porque esta sim que é a terrível negação do homem; isto sim que é a assunção do homem numa imensa massa amorfa, onde se perde a individualidade, onde se dilui a vestidura corpórea de cada alma

2 Arriba, 5-XII-1935, p. 4.

3 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 92.

4 F.E., 18-I-1934, p. 9.

5 F.E., 11-I-1934, p. 5.

individual e eterna. Notai bem que por isso somos antimarxistas, porque nos horroriza, como horroriza a todo ocidental, a todo cristão, a todo europeu, patrão ou proletário, isto de ser como um animal inferior, num formigueiro”⁶.

Será o caráter materialista e ateu do marxismo o que exporá como réplica ao afirmar que ele não era um bolchevique. Disso foi taxado pela imprensa de direita – ABC à cabeça –, depois de condenar nas Cortes a vergonhosa exploração dos trabalhadores, no dia 31 de julho de 1935.

“O bolchevismo é na raiz uma atitude materialista ante o mundo. O bolchevismo poderá resignar-se a fracassar nas tentativas de coletivização camponesa, mas não cede no que mais lhe importa: em arrancar do povo toda religião, em destruir a célula familiar, em materializar a existência. [...] Donde o antibolchevismo é, cabalmente, a posição que contempla o mundo sob o signo do espiritual. [...] Bolchevique é todo aquele que aspira a lograr vantagens materiais para si e para os seus, caia o que cair; antibolchevique, aquele que está disposto a privar-se de gozos materiais para sustentar valores de qualidade espiritual. [...] Os que hoje, ante um sistema capitalista que range, sacrificamos comodidades e vantagens para lograr um reajuste do mundo, sem que naufrague o espiritual, somos a negação do bolchevismo. Em troca, os que se aferram ao gozo sem termo de opulências gratuitas, os que reputam mais e mais urgente a satisfação de suas últimas superfluidades que o socorro da fome de um povo, esses, intérpretes materialistas do mundo, são os verdadeiros bolcheviques. E com um bolchevismo de espantoso refinamento: o bolchevismo dos privilegiados”⁷.

Rejeitou o comunismo marxista porque carecia de fé em Deus e não tinha sentido religioso algum⁸. Ante a ameaça do triunfo da Frente Popular repetia durante o mês de janeiro de 1936, nos comícios de Zaragoza e Santander, que o perigo tinha aumentado e que a civilização cristã se perdia⁹. A atuação da Frente Popular e a destruição dos valores que ele

6 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 562.

7 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., pp. 643-644. (8) Ibidem, p. 424.

8 Ibidem, p. 708.

9 *Arriba*, 30-I-1936, pp. 2 y 4.

defendia lhe dictaram a Carta a um militar espanhol em maio de 1936. Lia-se nela:

“O [sentido] do movimento que avança é radicalmente antiespanhol. É inimigo da pátria. [...] Menospreza a honra ao fomentar a prostituição coletiva das jovens operárias nesses festejos campestres onde se cultiva toda a impudicícia; socava a família, suplantada na Rússia pelo amor livre, pelos refeitórios coletivos, pela facilidade para o divórcio e para o aborto (não haveis ouvido gritar a muitas espanholas estes dias: ‘Filhos, sim, maridos, não!?’) e renega a honra, que informou sempre os feitos espanhóis ainda nos meios mais humildes”¹⁰.

Nas mesmas ideias insistiu no Último manifesto de José Antonio, no dia 17 de julho de 1936, desde a prisão de Alicante¹¹.

IV.2. Ante o socialismo

A acusação vertida no Parlamento de que José Antonio era bolchevique tinha, no entanto, uma explicação: sua maneira de conceber a justiça social. Urgiu a reforma social, mas não pelos caminhos do comunismo marxista, que prescindia dos valores religiosos, nem por um socialismo a ultranza, já que José Antonio era inimigo da luta de classes.

Rejeitou o socialismo energicamente, coincidindo suas razões com as expostas por Leão XIII na *Rerum novarum*: pela interpretação materialista da História e por sua falta de espiritualidade. Pode-se ver o discurso do ato fundacional do dia 29 de outubro de 1933¹².

Meses depois, no dia 5 de maio de 1934, escrevia para o semanário *España Sindicalista*, de Zaragoza, um artigo que não chegou a publicar-se. Nele analisava uma grande aspiração do socialismo: saciar sua dívida de rancor para com a burguesia, depois de haver extirpado nos operários tudo o espiritual¹³.

10 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 926.

11 Ibidem, pp. 951-952. Nele falava do estímulo, do ódio e da impudência que convertia as famílias em infernos.

12 Ibidem, p. 64.

13 Ibidem, p. 236.

No dia 21 de janeiro e no dia 3 de março de 1935 insistia em dois discursos pronunciados em Valladolid nesse afã do socialismo por arrancar todo valor espiritual¹⁴, por esta razão rejeitava rotundamente dita ideologia no dia 2 de fevereiro de 1936.

“Se a revolução socialista não fosse outra coisa que a implantação de uma nova ordem no econômico, não nos assustaríamos. O que passa é que a revolução socialista é algo muito mais profundo. É o triunfo de um sentido materialista da vida e da História; é a substituição violenta da religião pela irreligiosidade. [...] É a vinda violenta de uma ordem destruidora da civilização ocidental e cristã; é o sinal de clausura de uma civilização que nós, educados em seus valores essenciais, nos resistimos a dar por caducada”¹⁵.

Mas ainda que rejeitasse o socialismo pela tripla razão de que era uma ideologia materialista, atea e propulsora da luta de classes, no entanto, apoiava uma certa socialização. Gabriel Jackson afirma que José Antonio propugnava um socialismo justo em suas origens e aspirações¹⁶. Gerald Brenan insiste na mesma ideia; os ataques que dirigia à República tinham, segundo Brenan, dois motivos: que o Governo republicano não socializasse os bancos nem as ferrovias e temesse empreender a reforma agrária¹⁷. Realmente, José Antonio se dava conta de que à Espanha urgía uma reforma.

Mas é Salvador de Madariaga quem vai mais longe em suas afirmações:

“Valente, inteligente e idealista, José Antonio era um ditador de um humor agudo e irreprimível; mas opinava que, por ser inevitável o triunfo final do comunismo, convinha ir hacia ele pela via autoritária do fascismo. Esta opinião, que naturalmente não fazia pública, mas que me consta haver sido sua, prova que, a diferença da imensa maioria de seus sequazes, José Antonio não tinha um ‘pelo’ de tolo, já que o fascismo tem demonstrado

14 Ibídem, pp. 398 y 424.

15 Arriba. 6-II-1936, p. 4.

16 G. JACKSON, *The Spanish Republic* cit, p. 178.

17 G. BRENNAN, *El laberinto español* (París 1962), pp. 232-233.

forte tendência ao comunismo em economia e o comunismo forte tendência ao fascismo em política”¹⁸.

Com todo o respeito que nos merece a opinião de Madariaga, cremos que suas afirmações carecem de força ao não serem provadas. É mais: após a leitura das obras de José Antonio, nos parece, antes, que sua posição foi contrária completamente a esse comunismo marxista, cujo triunfo “parece inevitável”. A não ser que Madariaga entenda por comunismo a implantação de uma justiça social onde tenham cabida os sentimentos religiosos das pessoas e a atuação da Igreja como informadora dessa ordem, e onde não exista a luta de classes, mas sim o respeito às pessoas. Mas de um comunismo assim não parece falar Madariaga.

José Antonio falou de uma justiça social, inclusive impulsionada por esse Estado forte em que pensava.

“A riqueza tem como primeiro destino melhorar as condições de vida de todos; não sacrificar a maioria para o luxo e o agrado de uma minoria.

O trabalho é o melhor título de dignidade civil. Nada pode merecer mais a atenção do Estado que a dignidade e o bem-estar dos trabalhadores.

Assim considerará como primeira obrigação sua, custe o que custar, proporcionar a todo homem trabalho que lhe assegure não só o sustento, mas uma vida digna e humana.

Isso não o fará como esmola, mas como cumprimento de um dever”¹⁹.

No dia 4 de fevereiro de 1934 dizia em Cáceres:

“A Falange Espanhola quer. [...] Primeiro, uma justiça social, que não nos seja concedida como barganha; uma justiça social que alcance a todos, posto que para nós não há classes, já que até a mesma aspiração dos operários não é aspiração deles unicamente, mas aspiração total da Espanha”²⁰.

Ao longo de 1935 sentiu como tarefa urgente a promoção social. A Segunda República passava grande parte de seu tempo em discussões, a

18 S. MADARIAGA, o. c., p. 551.

19 F.E., 7-XII-1933, p. 7.

20 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 154.

maioria das vezes inúteis, enquanto o mal-estar do povo crescia. Joaquín Arrarás recolhe o resumo de uma conferência pronunciada por José Antonio em Barcelona no dia 3 de maio. Ali proclamou o que ele mesmo denominava seu “sino”:

“Dizer sempre às pessoas acomodadas as coisas mais desagradáveis, como é indicar-lhes que não de renunciar a parte de suas vantagens, e ser recebido por isto a tiros pelos mesmos operários”²¹.

O tema da reforma agrária chegou a obcecá-lo quase; convencido de sua necessidade, escrevia assim sobre o modo de fazê-la em novembro de 1935:

“Há que fazer a reforma agrária revolucionariamente; isto é, impondo aos que têm grandes terras o sacrifício de entregar aos camponeses a parte que lhes faça falta. As reformas agrárias como a que rege agora, a base de pagar a seus donos o preço inteiro de suas terras, são uma zombaria para os lavradores. Terão passado duzentos anos e a reforma agrária estará por fazer”²².

No dia 1 de janeiro de 1936 dizia em pleno campo andaluz, em Linares, onde os latifúndios faziam mais urgente a reforma:

“Solicitamos que os grandes latifundiários deem uma parte de seus terrenos aos lavradores e não falem tanto de religião, quando precisamente vão contra ela ao permitir que se morram de fome pessoas que poderiam viver com uma pequena porção de terra que cultivassem”²³.

Num barril de pólvora, como era a Espanha desses anos, não é de estranhar que uma doutrina tão tajante soasse a bolcheviquismo. Mais uma vez, parece difícil distinguir esse ponto em que reforma e revolução começam a separar-se.

Como é bem conhecido, dois documentos de exceção para conhecer a doutrina social da Igreja são as encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno*.

21 J. ARRARAS, *Historia de la cruzada* cit., VIII, p. 350.

22 Arriba, 7-XI-1935, p. 4.

23 *La Unión* de Sevilla, 4-II-1936, A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit- p. 465.

Na primeira, Leão XIII rejeitava a solução do socialismo por promover a luta de classes e a anulação do direito de propriedade privada. Como único caminho acertado propunha o ensino da Igreja. Reconhecido o caráter irreversível da desigualdade entre os homens, via nesta não a ocasião de conflitos mútuos, mas de acordos em que capital e trabalho, representando a dignidade humana, vivessem as virtudes da caridade e da justiça. Reservava ao Estado um papel limitado a circunstâncias em que o interesse de uma classe se visse ameaçado pela outra.

Na segunda, Pio XI, quarenta anos mais tarde, insistia nas mesmas normas. Mas a evolução dos sistemas anteriores o conduzia a ver, num socialismo suavizado, aspectos que contavam com sua aprovação, dada a semelhança que tinham com os princípios cristãos. Na tarefa reguladora do Estado propunha a solução do Estado corporativo. Nele se devia contar com:

“A colaboração pacífica das classes, a repressão das organizações e das tentativas socialistas, a ação moderadora de uma magistratura especial”²⁴.

Pio XI, no entanto, enfatizava que a função do Estado é ajudar e não substituir a livre atividade de ambas as classes.

Com esta doutrina da Igreja diante de nós, não nos parece fácil sustentar a acusação de que José Antonio propugnava um bolcheviquismo [entenda-se comunismo] onde houvesse desaparecido a propriedade privada e reinasse soberana a luta de classes. Embora sim nos resulte compreensível dita acusação, se pensarmos nas palavras que o mesmo Pio XI escrevia na encíclica *Divini Redemptoris*, em 1937, denunciando os padrões católicos que em certo lugar haviam logrado impedir que se lesse a *Quadragesimo anno* em suas igrejas locais²⁵.

Exponhamos brevemente a opinião que José Antonio tinha sobre o grande capitalismo. Descobria nele um atentado à economia pessoal e por isso o rejeitava. Escreverá em Arriba, no dia 28 de março de 1935, que havia que suprimir os conselhos de administração porque, “alheios ao

24 PIO XI. *Quadragesimo anno*, P. GALINDO. O. C., p. 645.

25 E. E. Y. HALES, o. c., p. 252.

capital e ao trabalho, vivem à custa de ambos”²⁶. Além disso, o grande capitalismo não podia saciar as juventudes que

“Acabarão se alistando em outras doutrinas mais radicais, perdendo, talvez para sempre, os valores espirituais inerentes à dignidade humana e à liberdade do homem”²⁷.

Com estas palavras denunciava o ponto fraco para ele do capitalismo: a falta de valores espirituais. Cujo motivo será ressaltado de novo no número 25 de “Arriba”, do dia 5 de dezembro de 1935, ao prever e enjuiciar como as direitas deixaram que triunfassem as esquerdas.

“Pelo obtuso egoísmo capitalista, esse a que o senhor Calvo Sotelo quer dar espiritualidade [...], sem haver antes parado para pensar que um capitalismo ou um comunismo com espiritualidade não seriam já tal capitalismo nem tal comunismo, como o positivismo não seria tal com metafísica, nem a maçonaria seria tal com os sete sacramentos”²⁸.

IV.3. Ante a CEDA

José Antonio sentiu sempre certo receio ante a CEDA, precisamente pelo caráter clerical deste partido. Até tal ponto que Payne fundamenta nesta razão sua negativa a apresentar-se por Madrid nas eleições de 1933.

“Aproveitando seus contatos familiares e sua conhecida oposição à ideologia liberal, ofereceram a José Antonio um lugar nas candidaturas de direita em Madri e Cádiz. Ele recusou a proposta de concorrer por Madri porque, se fosse eleito, acabaria vinculado à política clerical e conservadora da CEDA”²⁹.

26 *Arriba*, 28-III-1935. p. 4.

27 *Ibíd.*, p. 1.

28 *Arriba*, 5-XII-1935, p. 1.

29 S. PAYNE, *Falange* cit., p. 31. De fato, *El Debate* deu todo seu apoio a José Antonio Primo de Rivera «simplesmente porque é o único candidato católico e de direitas». Vid, Javier TUSELL GOMEZ, *La Segunda República en Madrid. Elecciones y partidos políticos*, Madrid, Editorial Tecnos, 1970, p. 69.

Outra razão para essa antipatia era sua postura em relação ao parlamentarismo. Ele era contra o sufrágio universal porque não acreditava na vontade coletiva. No discurso de fundação da Falange, em 29 de outubro de 1933, disse com ironia:

“E como essa vontade coletiva, essa vontade soberana, só se expressa por meio do sufrágio – uma mera suposição em que a maioria, por ser maior, acredita adivinhar melhor a vontade superior –, no final das contas o sufrágio, essa farsa de cédulas depositadas numa urna de vidro, teria a virtude de nos dizer a cada momento se Deus existe ou não existe, se a verdade é verdade ou não é, se a pátria deve permanecer ou se é melhor que ela se suicide de uma vez”³⁰.

Nas eleições de 1933, a CEDA obteve uma vitória expressiva sobre os partidos de centro e de esquerda. Mas não conseguiu a maioria. A formação do governo foi entregue a Lerroux, chefe do Partido Radical. Ao longo do biênio 1933-1936, as leis anticlericais deixaram de ser aplicadas, a instrução religiosa continuou e até mesmo a Igreja recebeu alguns subsídios³¹. Mas na hora de revisar a própria Constituição, como Gil Robles queria, todas as tentativas eram sabotadas e se perdiam em debates intermináveis. Um exemplo pode ser a discussão sobre o subsídio ao clero, que, iniciada em 1934, sempre teve sua aprovação bloqueada³².

José Antonio acusará a CEDA de branda, porque, segundo ele, contava com uma grande maioria mas, devido a alianças e compromissos, via sua atuação constantemente travada³³. No dia 5 de fevereiro de 1936, dizia em Sanlúcar de Barrameda, falando sobre a atuação política de 1933:

“Naquela época salvou-se a religião, a pátria, a ordem; no entanto, o crucifixo ainda não está nas escolas. [...] A CEDA tinha em seu programa repor a cruz nas escolas; no entanto, como seu aliado Partido Radical era um conglomerado de velhos anticlericais, ainda não se cumpriu essa parte da promessa”³⁴.

30 J. A PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 61.

31 S. PAYNE, *Falange* cit., p. 137.

32 C. SECO SERRANO, o. c., p. 84.

33 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C.: *Así se gobierna*, pp. 281-283; *De frente a un nuevo año*, pp. 293-295; *Carta a un militar español*, pp. 317-325, etc.

34 *Sanlúcar*, 8-II-1936, A DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 467.

José Antonio criticava duramente uma atuação que considerava confusa. Mas acreditamos que muitas de suas acusações vieram do calor da discussão política. A CEDA não contava com a maioria absoluta no Parlamento, e dentro das regras do jogo democrático suas decisões podiam ser sabotadas, pois a razão é dada pelos votos. Sem essa maioria no Senado, a CEDA não podia conseguir mais. José Antonio falava movido por sua posição antiparlamentarista, segundo a qual a verdade não está nos votos.

Em abril de 1934, reuniu-se no Escorial a JAP (Juventudes de Ação Popular). José Antonio escrevia na F.E. sobre essa reunião com o título *Neve no Escorial*:

“Lhes ensinarão como se pode colocar Deus acima de todas as coisas e, no entanto, concordar em compartilhar o poder com os maçons, perdoar a expulsão do cardeal primaz, não falar de ensino religioso nem da revogação da Lei do Divórcio nem da cristianização da vida”³⁵.

Durante o verão de 1934, José Antonio insistiu repetidamente com o Governo sobre os preparativos que a Catalunha estava fazendo rumo à separação³⁶. Sua carta ao general Franco de 24 de setembro foi o ponto culminante. Nela, falava-lhe da revolução socialista que se preparava, à qual se unia “a separação possivelmente irremediável da Catalunha”³⁷. Não esqueçamos que algo que lhe causava náuseas era a desintegração da Espanha. Possivelmente isso o inflamava na própria terminologia que empregava. Mas voltamos a insistir que o calor da discussão política podia ditar muitas de suas afirmações.

É verdade que em outubro de 1934 chegou a ser declarado o Estado Catalão, mas o surto separatista foi reprimido e até mesmo o Estatuto que os catalães possuíam desde a proclamação da Segunda República lhes foi retirado. Portanto, nos parece exagerado falar dos anos do biênio conservador como dias de esplendor do separatismo.

35 F.E., 26-IV-1934, p. 3. A JAP eram as Juventudes de Acción Popular. E Acción Popular era o partido fundado por don Ángel Herrera, e que dirigido por Gil Robles se expressava em *El Debate*. Acción Popular reuniu alguns dos antigos mauristas, a grupos de católicos e a outros adscritos antes a Unión Patriótica.

36 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C.: *España, a la deriva*, p. 275; *El separatismo sin máscara*, p. 277; *España es irrevocable*, p. 285, etc.

37 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 299.

Nos panfletos que ao longo de 1934 apareciam nos atos marxistas e nos quais se convidava a se alistar na Falange todos aqueles que quisessem servir a Espanha, mesmo com risco de vida, dizia-se referindo-se à CEDA:

“Para os demais, todo apelo é inútil. Não se pode pedir o sacrifício da vida a quem começou por perder a vergonha”³⁸.

E foi indiscutível a boa vontade de muitos políticos de direita³⁹. Carlos Seco Serrano, referindo-se ao início de 1935, afirma que a CEDA pretendia eliminar da Constituição o espírito descaradamente antirreligioso⁴⁰. Se não conseguiu foi pelas dificuldades colocadas pelos outros partidos.

José Antonio atribuía isso à falta de decisão. De tal forma que, já em fevereiro de 1935, num discurso pronunciado em Salamanca no dia 10, falaria do fracasso de ambos os partidos.

“O Partido Radical [porque seus] únicos ideais de juventude foram degolar frades e atropelar freiras”

“Ação Popular [porque] se comprometeu [...] a anular a lei do Divórcio, a introduzir o crucifixo nas escolas, a defender as grandes coisas (religião, família, ordem) ameaçadas pela revolução, sem que aos quinze meses de seu sucesso tenha conseguido impor quase nada do que solenemente prometia”⁴¹.

Esse aparente jogo duplo que ele via na CEDA lhe inspirou, para o jornal *Arriba* de 31 de dezembro de 1935, o seguinte parágrafo:

“A política do segundo biênio [...] tem sido estérilmente conservadora de tudo que impede qualquer alegria em relação ao futuro. Política híbrida;

38 A. DEL RIO CISNEROS, *Epistolario* cit., p. 334.

39 Gil Robles se expressou assim no Parlamento durante a discussão da Lei de Congregações Religiosas: «Eu, que sempre combato dentro da mais estrita legalidade, quando se trata de uma lei como esta, injusta, não tenho inconveniente em dizer que farei todo o impossível e todo o que estiver em minha mão para desobedecê-la e para pregar sua desobediência individual e coletivamente. [...] «Para mim a tese é clara: quando uma lei é injusta, quando a lei vai contra os princípios morais e contra a própria consciência, essa consciência obriga à desobediência, seja como seja afrontando todas as consequências, não como deputado, mas como homem.» J. ARRARAS, *Historia de la Segunda República Española*, II (Madrid 1964), pp. 91-92.

40 C. SECO SERRANO, o. c., p. 113.

41 J. A. PRIMO DE RIVERA, O. C., p. 414. No discurso pronunciado no teatro Madrid no dia 2 de fevereiro de 1936, analisando também as causas do fracasso do biênio cedista-radical dizia: «Aí tendes a escola, onde já não se forma a alma das crianças para que sejam espanhóis e cristãos; nossa escola penetrada de marxismo, que foi cauteloso para instalar-se na escola nos dois anos do Governo socialista, e que não foi desalojado dela nos dois anos do Governo cedista e radical.» *Arriba*, 6-II-1936, p. 4.

nem laica por completo, para não ferir os católicos, nem inspirada em sentido religioso, para não mortificar os velhos anticlericais radicais; nem generosa no social, para respeitar o egoísmo dos velhos caciques agrários, nem desprovida de alguma declaração platônica democrático-cristã, a cargo do inquieto canonista senhor Jiménez”⁴².

Seu julgamento sobre a aliança entre a CEDA e os radicais não poderia ser mais duro, como se lia no jornal *Arriba* de 9 de janeiro de 1936:

“Os radicais, velhos anticlericais, e os cedistas, instrumentos submissos do Vaticano, em que poderiam concordar? Sua coincidência teve que se montar sobre a renúncia de cada um a ser quem era”⁴³.

Em plena ebulição eleitoral, escrevia no *Arriba* de 23 de janeiro de 1936, enumerando as razões que o afastavam da CEDA:

“Não podemos nos colocar ao lado do rancor [...] da barbárie irreligiosa, que as esquerdas representam.

Mas contra isso encontramos agravados como nunca nas direitas o conservadorismo obtuso de sempre, a falta de fé numa unidade de destino, a falta de todo conceito sólido de Estado, a espantosa desídia espiritual diante dos valores supremos, o horror ao heroísmo, a organização de uma covarde defesa de interesses subalternos”⁴⁴.

E na mesma edição do *Arriba*, sob o título *Atentados Eleições*, falava assim:

“Parece que nossas direitas, com uma vela a Deus e outra ao Diabo, se veem desamparadas tanto pela inteligência angélica quanto pela diabólica, e vão se convertendo naqueles de quem dizia Dante: —Que não os quer nem o céu nem o inferno—.

42 *Arriba*, 31-X-1935, p. 4. (Giménez Fernández, ministro da Agricultura de 4-X-1934 a 3-IV-1935, costumava atuar no Parlamento utilizando muitas citações de Leão XIII. Quando dito ministro, na discussão sobre a Lei do Trigo, falou da implantação de uma economia dirigida que favorecesse o pequeno produtor sobre o industrial, alguém lhe replicou que se o catolicismo favorecia uma tal política, não teria inconveniente em declarar-se cismático. Vid, C. SECO SERRANO, o. c., p. 104.)

43 *Arriba*, 9-I-1936, p. 1.

44 Id., 23-I-1936, p. 1.

Com uma inteligência diabólica [...] o marxismo sabe que não dessas direitas deve temer, mas sim de nós”⁴⁵.

Como víamos antes, o sentido parlamentarista da CEDA e sua fé na força dos votos afastaram a opinião de José Antonio, inimigo dos regimes democráticos.

“Já é hora de acabar com a idolatria eleitoral. As multidões são falíveis como os indivíduos, e geralmente erram mais. A verdade é a verdade (ainda que tenha cem votos) e a mentira é a mentira (ainda que tenha cem milhões). O que é preciso é buscar com afincos a verdade, acreditar nela e impô-la contra os menos ou contra os mais”⁴⁶.

Encerramos este tópico insistindo em como os pontos de vista de José Antonio e dos líderes da CEDA eram totalmente distintos. Num Regime republicano, vemos estes últimos mais alinhados com os postulados da lei. Portanto, pode ser injusto o tratamento que José Antonio lhes dá. A Gil Robles repugnava tudo que fosse anticonstitucional. A José Antonio “doía” a situação a que a Espanha tinha chegado. Mas também a Gil Robles. Um confiava na solução seguindo os caminhos que o parlamentarismo lhe oferecia. José Antonio desconfiava plenamente deles.

45 *Ibidem*, p. 1.

46 *Id.*, 4-VII-1935, p. 1.

Conclusão

Parece-nos estar diante de um homem sinceramente religioso. Um homem que herda crenças, que cultiva essa fé pelo estudo e que a vive.

A doutrina da Igreja Católica será para ele o fundamento da reconstrução da Espanha, porque é a doutrina espanhola, mas sobretudo porque é a verdadeira.

Manifesta-se com ideias bastante novas ao conceber a atuação da Igreja na política. Mais que um católico que atua na política, aparece como um político que é católico. Por isso não entende nem perdoa que alguém se arvore o direito de atuar em política em nome da Igreja.

Concebe a Igreja Católica como uma sociedade, distinta da civil, com a qual não pode se confundir, mas com igual posição que o Estado. À Igreja se deve ajuda, colaboração e respeito, mas sem que haja ingerências mútuas.

Nunca falará do Estado como um valor supremo, pois acima dele há uma ética à qual se submeter. Defende a formação de um Estado forte no qual se respeitem a dignidade pessoal do indivíduo e seus valores espirituais.



Crucifixo que Carmen Primo de Rivera entregou a seu irmão José Antonio na véspera de ser fuzilado e que este recebeu, depois de beijá-lo, com as palavras: “Fico muito contente, pois não tinha.”



Escapulário de cavaleiro mercedário, à cuja Ordem pertencia José Antonio, e que pendia sempre da cabeceira de sua cama; na fotografia aparecem também as medalhas que lhe deu Pilar Millán Astray. Ditos objetos foram reconhecidos por Miguel Primo de Rivera ao serem exumados os restos de José Antonio, no dia 20 de novembro de 1939.



Esta cruz assinala, no pátio da antiga prisão de Alicante, o lugar onde foi fuzilado José Antonio.

*Ojalá fuera la mía la última sangre que
la que se vertiera en discursos civiles. Ojalá
contara ya en paz al pueblo español, con
buenas calidades anticonstitucionales, la patria, el,
la justicia.*

José Antonio

*Últimas linhas do testamento de José Antonio;
sem dúvida, a prova mais irrefutável de sua
profunda e autêntica religiosidade.*